

HELENA MIDORI KASHIWAGI

**O PROCESSO DE PERCEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO
NAS COMUNIDADES MARGINAIS URBANAS: O CASO DA
FAVELA DO PAROLIN EM CURITIBA – PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Salete Kozel
Teixeira

CURITIBA

2004

*“ A interdisciplinaridade integra, une e
eleva-nos ao patamar
da humildade ”*

(Helena Kashiwagi, 2004)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder a oportunidade em realizar mais um desejo, agraciando-me com saúde, determinação e muita fé ao longo dessa empreitada; em especial, ao Robson, meu noivo, amigo e companheiro, por me proporcionar o equilíbrio e sobretudo o inegável incentivo nos momentos difíceis; aos pequenos Hiromi e Hideyuki pela compreensão nos instantes de ausência; a minha irmã, Yuri, por sempre estar ao meu lado, acreditando e torcendo pela minha vitória; especial agradecimento à minha querida orientadora professora, Salete Kozel, que me aceitou como sua orientanda no meio desta caminhada e, com sua energia, seu otimismo e seu conhecimento soube habilmente mostrar-me os caminhos e encorajar-me nas ocasiões de dúvidas e de incertezas; à minha mãe pelos sábios conselhos; à minha irmã Sayumi e aos meus sobrinhos Mika, Yuta e Sara, pelo carinho e alegria de estar juntos; à senhora minha avó e à minha madrinha “que neste ano partiram”, cujo sofrimento fortaleceu os laços familiares; aos meus cunhados, Mauro e Yoshikata, pela disposição em ajudar-me; a todos os meus familiares pelo apoio; a Helena Yuki por sua amizade e cuidados com minha saúde; a Rita e sua família por compartilharem os momentos de dor e alegria; a Nágila por me incentivar e apoiar para a realização deste mestrado; a todos os entrevistados e, em particular, ao Sr. Edson, presidente da associação de moradores; ao Sr. Vianna pelas informações e o carinho da acolhida em sua casa; à COHAB-CT, que me liberou de minhas atividades para participar das aulas e dos seminários, em especial, ao meu gerente, Mauro, e a minha chefe, Vivian, pelo total apoio, sem o qual essa pesquisa não teria se realizado; aos amigos de trabalho: Eliete, pela ajuda na execução dos gráficos e das tabelas, Pedro Douglas, Rogoski, Machado e Olavo, pela ajuda na elaboração das figuras, apresentações e painéis de seminários, Cardon que também é companheira de mestrado pela troca de idéias, Odenir pela indicação de leitura e pelas conversas transcendentais, Melissa, Paty, Keila e Edi, pelo entusiasmo e atenção nas nossas conversas, aos colegas Ronaldo, Ricardo, Giovana, Mary, Patrícia, Marcos, Beto, enfim, a todos que contribuíram na elaboração dos mapas mentais; não poderia deixar de

agradecer aos colegas da informática, Zeca, Sadock, Robson e Ronie, pela disposição em sempre ajudar-me; a colega e amiga Marta pela amizade; agradeço também a Daisy e a Rosi Mary pelo apoio e a oportunidade consentida; à UFPR e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia que aprovaram o meu ingresso neste mestrado; aos professores do mestrado que me fizeram olhar o urbano sob uma ótica interdisciplinar; ao Professor Francisco Mendonça pelas primeiras aulas que foram fundamentais para me situar no contexto da Geografia e, especialmente, por se dispor a participar da banca de defesa deste, apesar do curto período de estada no Brasil; em especial, ao Professor Everton pela atenção mesmo antes de ingressar no programa; ao Zem pela amizade, disposição e boa vontade na resolução das burocracias; aos colegas do curso, em especial, Anderson, Vânia, Claudião, Raul, Rosirene e Elisangela, pela convivência e a amizade construída; ao Vilde pela correção dos artigos enviados aos congressos; à Professora Ana Izabel pela revisão minuciosa desta dissertação; ao Professor Sylvio Fausto Gil Filho e a Professora Cristina de Araújo Lima pelas contribuições no processo de qualificação; a professora Olga Firkowski, como coordenadora do curso, ágil e eficiente no atendimento e na resolução de problemas burocráticos; não poderia deixar de agradecer o pessoal da Biblioteca Milena, Sr. José, Sofia e a todos pela simpatia e paciência no atendimento; aos meus médicos pelos cuidados com minha saúde, em especial ao Dr. Valter que me incentivou a fazer esse mestrado; enfim, a todos que ajudaram de alguma forma na realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
RÉSUMÉ	13
INTRODUÇÃO	14
CAPITULO I AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO LEGAL	17
1.1 O ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO	17
1.1.1 A visão marxista do espaço	21
1.1.2 As transformações sócio-espaciais.....	27
1.1.3 O processo de expansão urbana e metropolização.....	30
1.2 A URBANIZAÇÃO DE CURITIBA.....	33
1.2.1 A necessidade de um plano diretor.....	38
1.2.2 O início das ocupações irregulares.....	42
1.2.3 O fenômeno “favela”.....	48
1.3 OS DESAFIOS DO PODER PÚBLICO.....	51
1.3.1 As ações do poder público local.....	56
1.3.2 Reflexões sobre as intervenções em favelas.....	63
1.3.3 A necessidade de uma visão interdisciplinar sobre o urbano.....	66
CAPÍTULO II A ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DO ESPAÇO	71
2.1 CONTEXTUALIZANDO A FENOMENOLOGIA.....	71
2.1.1 A origem da fenomenologia.....	75
2.1.2 A fenomenologia como método de abordagem do espaço.....	78
2.1.3 Análise e percepção do espaço através das imagens do vivido.....	80
2.2 CONCEITUANDO O ESPAÇO VIVIDO.....	83
2.2.1 Espaço e lugar como fenômenos da experiência.....	88
2.2.2 O mundo percebido: comportamento e cognição.....	92
2.2.3 Construindo os mapas mentais.....	97
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE SEMIÓTICA.....	99
2.3.1 A semiótica interagindo com o olhar fenomenológico do espaço.....	108

CAPÍTULO III A LEITURA FENOMENOLÓGICA DA FAVELA.....	110
3.1 BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO E DA FAVELA.....	111
3.1.1 Caracterizando os moradores da favela.....	117
3.2 A PESQUISA	122
3.2.1 Organização da pesquisa empírica.....	123
3.2.2 Obstáculos enfrentados no trabalho de campo.....	125
3.2.3 Definindo o universo de análise.....	127
3.3 ANALISANDO OS RESULTADOS.....	129
3.3.1 Interpretação dos mapas mentais.....	130
3.3.2 Descobrimdo os elementos urbanos por meio da representação do mundo vivido	159
3.3.3 Associando o mundo vivido com o mundo concebido pela cidade legal.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
4.1 Os reflexos do empírico sobre o Planejamento Urbano.....	169
4.2 Estabelecendo os limites e o alcance da pesquisa.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA.....	180
ANEXOS.....	182

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE CURITIBA E ENTORNO (1955 a 1995).....	35
FIGURA 2 – MAPA DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA	43
FIGURA 3 – MAPA DAS REGIONAIS DE CURITIBA	47
FIGURA 4 – MAPA DE SETORIZAÇÃO DA FAVELA PAROLIN	50
FIGURA 5 – ESQUEMA DE PERCEPÇÃO.....	93
FIGURA 6 – MODELO SÍGNICO DIÁDICO DE SAUSSURE.....	100
FIGURA 7 – MODELO SÍGNICO TRIÁDICO DE PIERCE	104
FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO BAIRRO PAROLIN E CENTRO DE CURITIBA....	112
FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DA FAVELA DO PAROLIN	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE LOCALIDADES, SEGUNDO POPULAÇÃO, TAMANHO, ANO.....	30
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E PARANÁ.....	34
TABELA 3 – ÁREAS E DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES POR CATEGORIA EM TODO O MUNICÍPIO.....	45
TABELA 4 – ÁREAS E DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES POR CATEGORIA SEGUNDO AS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA	46
TABELA 5 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES - FAIXA ETÁRIA.....	118
TABELA 6 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES - ALFABETIZAÇÃO....	119
TABELA 7 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES - ANALFABETISMO...	120
TABELA 8 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES – RENDA MENSAL....	121
TABELA 9 – MAPAS MENTAIS – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA IMAGEM.....	131
TABELA 10 – MAPAS MENTAIS – DISTRIBUIÇÃO DA IMAGEM.....	136
TABELA 11 – MAPAS MENTAIS – ESPECIFICAÇÕES DOS ÍCONES.....	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	61
QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS SIGNOS DE PIERCE.	105
QUADRO 3 – CLASSES RESULTANTES DA COMBINAÇÃO DAS TRÊS TRICOTOMIAS DE PIERCE.....	107
QUADRO 4 – CONTRAPOSIÇÃO DO MUNDO VIVIDO E O MUNDO CONCEBIDO DA CIDADE LEGAL.....	161

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Nº DE PESSOAS ALFABETIZADAS DE ACORDO COM A IDADE.....	119
GRÁFICO 2 – Nº DE PESSOAS RESPONSÁVEIS PELA CASA CONFORME FAIXA SALARIAL	121
GRÁFICO 3 – ANÁLISE MAPAS MENTAIS QUANTO A FORMA	131
GRÁFICO 4 – ANÁLISE MAPAS MENTAIS QUANTO A DISTRIBUIÇÃO DA IMAGEM.....	137
GRÁFICO 5 – ANÁLISE MAPAS MENTAIS QUANTO A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍCONES.....	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	– Área de Preservação Ambiental
CIAM	– Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COMEC	– Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba
COHAB	– Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COHAPAR	– Companhia de Habitação do Paraná
CIC	– Cidade Industrial de Curitiba
CNPU	– Comissão Nacional de Política Urbana
CNDU	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
FMH	– Fundo Municipal de Habitação
GAALIS	– Grupo de Análise e Aprovação de Loteamentos de Interesse Social
IPPUC	– Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	– Imposto Predial e Territorial Urbano
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	– Instituto de Planejamento Regional e Desenvolvimento
PDI	– Plano de Desenvolvimento Integrado
PMC	– Prefeitura Municipal de Curitiba
RIT	– Rede Integrada de Transporte
RMC	– Região Metropolitana de Curitiba
SHRU	– Seminário de Habitação e Reforma Urbana
SEPL	– Secretaria do Estado de Planejamento
URBS	– Urbanização de Curitiba S. A.

RESUMO

Este trabalho aborda a questão das comunidades marginais urbanas, sob o enfoque da Geografia Humanística, utilizando como aporte teórico-metodológico a Fenomenologia para a abordagem do espaço. Objetiva-se com essa abordagem identificar uma nova paisagem, consolidada pelas experiências e vivências do lugar, desvendando elementos urbanos por meio das representações do mundo vivido. O ambiente pesquisado foi a Favela do Parolin, pois as dificuldades e insucessos nos processos de intervenção urbana nessa ocupação, instigaram a compreender o processo de percepção e apropriação do espaço pelos moradores, constituindo-se no cerne desta pesquisa. O trabalho permeou a investigação do espaço vivido pelos moradores da favela e não-moradores, contrapondo seus valores e significações aos conceitos concebidos pela cidade legal. Com a interface dos diversos campos dos saberes, buscou-se interpretar as construções sógnicas e fundamentá-las com a aplicação da metodologia KOZEL (2001) para interpretação de mapas mentais. Com essa ótica interdisciplinar, adentramos numa visão mais humanizada do planejamento urbano, em que a associação da leitura dos fenômenos cognitivos, afetivos e sociais permite-nos perceber os espaços enquanto lugares e desvendar novas leituras e análises do espaço urbano. Esta pesquisa, ao percorrer os caminhos da interdisciplinaridade, visa contribuir com o desenvolvimento de pesquisas na linha da Geografia Humanística, bem como convidar os planejadores urbanos a fazerem uma reflexão e obterem um amadurecimento dos próprios conceitos. É um instigante desafio de trilhar novos caminhos de olhar o urbano, pensar, sentir e ver o homem como parte integrante do meio ambiente, com valores culturais, sociais e afetivos pela terra que devem ser considerados nos processos de intervenção urbana.

Palavras-chave: Fenomenologia; Planejamento Urbano; Interdisciplinaridade; Percepção; Espaço Vivido.

ABSTRACT

This work approaches the urban marginal communities subject, under the focus of the Humanistic Geography, using as theoretical methodological contribution of the Phenomenology for the approach of the space. It is aimed at with that approach to identify a new landscape, consolidated by the experiences and existences of the place, unmasking urban elements through the representations of the lived world. The researched atmosphere was the Slum of Parolin, because the difficulties and failures in the processes of urban intervention in that occupation, urged to understand the perception process and appropriation of the space for the residents, being constituted in the structure of this research. The work permeated the investigation of the space lived by the residents of the slum and no-residents, opposing their values and significances to the concepts become pregnant by the legal city. With the interface of the several fields of the you know, it was looked for to interpret the constructions signs and to base them with the application of the methodology KOZEL (2001) for interpretation of mental maps. With that optics interdisciplinary, we penetrated in a humanized vision of the urban planning, in that the association of the reading of the phenomena cognitive, affectionate and social allows to notice us the spaces while places and to unmask new readings and analyses of the urban space. This research, when traveling the roads of the interdisciplinary, seeks to contribute with the development of researches in the line of the Humanistic Geography, as well as to invite the urban planners make her a reflection and they obtain a ripening of the own concepts. It is an interesting challenge of treading new roads of looking the urban, to think, to feel and to see the man as integral part of the environment, with values cultural, social and affectionate for the earth that you/they should be considered in the processes of urban intervention.

Key-words: Phenomenology; Urban Planning; Interdisciplinary; Perception;
Lived Space.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse la question des communautés marginales urbaines à partir de l'approche de la Géographie Humaniste, employant la Phénoménologie comme appui théorique et méthodologique pour la discussion de la question de l'espace. L'objectif de cette approche est d'identifier un nouveau paysage, consolidé par les expériences et la vie sur place, en dévoilant les éléments urbains à travers des représentations du monde vécu. Le lieu de recherches a été le Bidonville du Parolin, car les difficultés et échecs des interventions urbaines dans cette occupation, ont obligé à la compréhension du processus de perception et appropriation de l'espace par les résidents, ce qui est devenu le point fort de cette recherche. Ce travail s'est basée sur l'enquête sur l'espace vécu avec les résidents et non-résidents du bidonville, en opposant ses valeurs et significations à ceux conçus par la ville légale. Avec l'interface des plusieurs domaines du savoir, on a cherché à identifier les constructions des signes et les interpréter avec la méthodologie d'interprétation des cartes mentales (KOZEL, 2001). À partir de cette approche interdisciplinaire, nous avons découvert un point de vue plus humanisé de la planification urbaine, où l'association de la lecture des phénomènes cognitives, affectueux, et sociales permet la perception des espaces comme des lieux et le dévoilement des nouvelles lectures et analyses de l'espace urbain. Cette recherche, en parcourant les voies interdisciplinaires, a pour but de contribuer au développement des recherches sur le domaine de la Géographie Humaniste, aussi bien qu'inviter les planificateurs urbains à réfléchir sur ses propres concepts et les mûrir. C'est un défi intéressant parcourir des nouveaux chemins sur le regard sur l'urbain, penser, sentir et voir l'homme comme part intégrante de l'environnement, avec des valeurs culturelles, sociales et affectueux vis-à-vis de la terre que doivent être considérés dans les processus d'intervention urbaine.

Mots-clefs: Phénoménologie; Planification Urbain; Interdisciplinarité; Perception; Espace vécu.

INTRODUÇÃO

O presente estudo discute o processo de percepção e de apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas, tendo como estudo de caso a favela do Parolin. Esta pesquisa surgiu da necessidade de se compreender os constantes insucessos nos processos de intervenção urbana nessas ocupações irregulares. Diante dessas dificuldades, alguns questionamentos nortearam esta pesquisa, tais como: Por que os moradores resistem em deixar o lugar onde vivem? Por que algumas famílias, mesmo após serem reassentadas em loteamentos planejados, retornam ao local onde viviam? Qual é o grau de afetividade que as pessoas de tais comunidades têm pela terra? e por último, as políticas habitacionais não estariam relocando as favelas? Essas questões constituíram-se no cerne desta pesquisa, pois despertaram a curiosidade para compreender o processo de percepção e de apropriação do espaço por esses indivíduos, associando a visão do espaço vivido, sentido, do mundo percebido pelos moradores da favela, ao espaço concebido da cidade legal.

As favelas têm sido uma das principais preocupações do poder público, principalmente aquelas, que devido ao tempo de existência, consolidaram-se no local. Uma das maiores dificuldades encontradas é a intervenção urbana que consiste na urbanização e/ou na regularização fundiária dessas áreas. Transformar uma favela, um espaço informal, em um bairro, promovendo sua integração com a cidade legal, é, para os planejadores urbanos, resultado da aplicação de leis urbanísticas, que garantam aos indivíduos dessas comunidades acesso à cidade. Entretanto, a inserção de elementos urbanos que existem na cidade legal não significa a solução ou a resposta às necessidades destas famílias. Dentro desse contexto, este trabalho faz uma abordagem humanístico-cultural a partir da fenomenologia e da percepção, desvendando, pelas construções sógnicas, os significados e a identidade do lugar e dessa forma, revendo o conceito de espaço como lugar e redimensionando o território a partir das representações cognitivas que interpretam o ambiente vivido. A compreensão e a interpretação do comportamento do coletivo permite revelar que a favela é muito mais do que a aparente violência e ambiente de precariedade. As experiências do espaço vivido, a compreensão do mundo percebido pelos

moradores dessas comunidades marginais permitem através das subjetividades do olhar fenomenológico do espaço, decodificar os elementos sógnicos e construir a imagem e a identidade do lugar.

Diante do problema exposto, este trabalho estruturou-se em três capítulos: o primeiro e o segundo proporcionam a fundamentação teórico-metodológica necessária para subsidiar a análise do objeto de estudo desta pesquisa, que percorre o terceiro capítulo do trabalho.

No primeiro capítulo, abordamos as transformações do espaço legal, partindo de uma visão marxista do espaço, na qual nos projetamos às lutas das classes sociais diante de uma sociedade capitalista que configura e seletiza os espaços da cidade. Evidenciamos a problemática espacial urbana, reforçada por um planejamento urbano progressista, que denuncia o conflito de classes que leva ao crescimento acelerado da metrópole e ao surgimento das ocupações irregulares. E, para se compreender esse crescimento desordenado, destacamos a importância de um plano diretor para controlar a expansão urbana e as práticas administrativas de atuação em áreas irregulares, mas sobretudo colocamos em questão os desafios do poder público que, mesmo amparado pelas leis urbanísticas (recentemente adaptadas ao Estatuto da Cidade), enfrenta dificuldades em intervir e, ao mesmo tempo, conter o crescimento e o surgimento de novas ocupações irregulares. E interligamos o primeiro ao segundo capítulo, no qual há a discussão sobre a necessidade de uma visão interdisciplinar sobre o urbano, abordada recentemente por LÍVIA DE OLIVEIRA (2004), cuja ótica permite-nos ampliar o conhecimento e rever os conceitos disciplinares.

Dessa forma, o segundo capítulo faz uma abordagem fenomenológica do espaço, na tentativa de buscar essa interdisciplinaridade nos estudos sobre o urbano. Com isso, discutimos a origem desse pensamento filosófico, que embasa a vertente da Geografia Humanística e visualiza os fenômenos a partir de suas essências, abstraindo-se de conceitos e de cientificismo. Nessa idéia, discutimos os espaços como lugares vivenciados e experienciados, complexos de significados que são singelamente interpretados pela Semiótica e relacionados à Fenomenologia e ao planejamento urbano. Essa interface nos conhecimentos foi se consolidando à medida que se avançava a pesquisa, permitindo-nos um novo discurso sobre a análise espacial. Assim, desafiamos o normativo e o concreto e

partimos para a leitura de uma comunidade marginal urbana, como estudo de caso, conhecida também como Favela do Parolin ou do Valetão. Ao convivermos com a realidade local, percebemos que havia uma grande união entre os moradores, configurando uma comunidade marginalizada pela sociedade.

O terceiro capítulo consagra esse desafio que, a cada dificuldade encontrada, levava-nos a insistir nessa investigação. Durante dois meses, percorremos a favela, na tentativa de levantar os dados necessários para a análise em questão. Muitos obstáculos foram enfrentados. Entre eles, a Lei do Silêncio, o toque de recolher, mesmo durante o dia, tiroteios entre traficantes e a Polícia, demonstrando o cotidiano de uma favela, semelhante ao de outras grandes capitais. Mesmo assim, algumas famílias dispuseram-se a participar das entrevistas e da elaboração dos mapas mentais. O mesmo foi feito com os moradores do bairro e com alguns planejadores urbanos. Para análise dos mapas mentais, adotamos a metodologia desenvolvida por KOZEL (2001). Os resultados foram muito instigantes e revelaram que a ótica interdisciplinar permite-nos atravessar as barreiras do real ao imaginário, ou seja, pelas representações cognitivas do mundo real, pudemos compreender as percepções imaginárias do mundo vivido de cada indivíduo. Assim, um novo olhar sobre o urbano renasce, colocando em questão a lógica do planejamento urbano e a valorização do espaço como lugar vivenciado e experienciado pelo homem.

Nesse sentido, objetiva-se neste trabalho investigar novos caminhos de olhar o urbano, de pensar, de sentir e de ver o homem como parte integrante do meio ambiente, com valores culturais, sociais e afetivos pelo lugar que devem ser considerados nos processos de intervenção urbana, principalmente, neste caso, nas comunidades marginais urbanas. Ao compreendermos com mais profundidade os processos de apropriação e de percepção do espaço, observamos o florescimento de novos temas e práticas sobre as análises espaciais, afinados com o conceitos legais do planejamento urbano.

CAPITULO I

AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO LEGAL

1.1 O ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO

O processo de ocupação extensiva e desordenada do espaço urbano tem produzido um ambiente degradado, seja ambiental, espacial e socialmente, provocando a falta de qualidade de vida de seus habitantes. Essa dinâmica de crescimento urbano reflete sobretudo a falta de oportunidades numa sociedade capitalista, induzindo, dessa forma, à seletização dos espaços. De acordo com ALVAREZ e TOMAZI (1993, p. 23), com base nos conceitos de MARX, “na sociedade capitalista as relações sociais de produção definem dois grandes grupos: de um lado, os capitalistas, que são aqueles que possuem os meios de produção (máquinas, ferramentas, capital, etc.) necessários para transformar a natureza e produzir mercadorias; de outro, os trabalhadores, também chamados, no seu conjunto, de proletariado, aqueles que nada possuem, a não ser o seu corpo e a sua disposição de trabalhar”. E, ainda, salientam que “a produção na sociedade capitalista só se realiza porque capitalistas e trabalhadores entram em relação”.

Nesse sentido, percebe-se que o indivíduo que chega à grande cidade para conseguir se estabelecer precisa participar desta sociedade, dessa nova cidade, diferente da vida no campo. Dentro da visão marxista citada por SILVEIRA (1993, p. 231) “...no mundo desenvolvido e em países em adiantada fase de industrialização, mais de dois terços da população vivem nas cidades, em ocupações na indústria, no comércio e nos serviços. A mecanização do campo intensificou o processo de urbanização e muitas cidades assumiram um caráter de metrópole, com seus 2, 4, 6 e até mais de 10 milhões de habitantes”.

A vida na metrópole trouxe novos valores. A modernidade desestabilizou as relações humanas, no que diz respeito aos valores tradicionais, como a família e seus princípios hierárquicos, e a fé religiosa e seus dogmas. Dessa forma, o Estado, antes eficiente no atendimento às necessidades básicas da população, mostra-se incapaz de fazer face às crescentes demandas dos diversos grupos sociais. Desse modo, “...os problemas urbanos se avolumam, também, nos diversos países do mundo desenvolvido, revelando um decréscimo gradativo da

qualidade de vida. Surgem os movimentos sociais urbanos, reivindicando melhorias nos setores de transportes, de saúde, de habitação, de segurança, etc., que demandam não apenas a manutenção e ampliação dos serviços sociais, mas a própria mudança de gestão pública”. (SILVEIRA, 1993, p. 233)

Segundo LAFER (1984, p. 160), esta mudança de gestão pública

...exige soluções não apenas pragmáticas, mas adequadas ao desenvolvimento que o País espera atingir. Assim, a criação de espaços compatíveis com as funções urbanas deve levar em conta o convívio na cidade. Deverão ser criados modelos com objetivo de fornecer elementos que se possam constituir em subsídios para propostas de expansão e renovação urbana, especialmente no que se refere a zonas centrais de prestação de serviços e áreas habitacionais. Deverão ser enfocados os problemas de localização industrial procurando abranger todos os aspectos da vida urbana e suas relações.

As transformações socioespaciais sob a “...análise espacial marxista em escala urbana, evoluiu, ao longo da década de 1970, juntamente com um desenvolvimento mais amplo que combinou diversas ênfases disciplinares (econômica, sociológica e geográfica) num foco comum sobre a economia política da urbanização”. (SOJA, 1993, p. 117) Assim, o autor ainda complementa que “subjacente a esse desenvolvimento integrador, houve um conjunto de pressupostos sobre a natureza mutável do processo de urbanização no capitalismo avançado”. (1993, p. 117)

Salienta, ainda, que a crescente importância do capital monopolista, sua expansão em escala global e sua dependência cada vez maior da administração e do planejamento estatais foram interpretadas como havendo introduzido novas condições históricas (e espaciais) nas formações sociais contemporâneas e portanto, na política da luta de classes. Isto é, essas novas condições “...exigiram uma abordagem da cidade e do processo de urbanização diferente da que havia caracterizado o tratamento dos problemas urbanos no capitalismo competitivo da época de Marx”. Dessa forma, o processo de urbanização “...tornou-se um hieróglifo social revelador, através do qual era possível desvendar a dinâmica do desenvolvimento capitalista pós-guerra, bem como desenvolver a estratégia de uma resposta política apropriada a uma economia mundial cada vez mais urbanizada”. (SOJA, 1993, p. 117-118)

Assim, dentro dessa problemática espacial urbana, ele remete-se à cidade, afirmando que:

A cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro da produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como um instrumento do Estado, que atendia às classes dominantes através da organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação de capital e da administração da crise. Deu-se grande atenção não somente às contradições no local de trabalho (o ponto de produção), mas também ao conflito de classes em torno da habitação e do meio ambiente construído, à prestação e à localização dos serviços públicos pelo Estado, ao desenvolvimento econômico das comunidades e dos bairros, às atividades das organizações financeiras e a outras questões que giravam em torno do modo como o espaço urbano era socialmente organizado para o consumo e a reprodução. Assim, uma problemática espacial especificamente urbana – incorporada na dinâmica dos movimentos sociais urbanos – foi colocada na agenda das considerações teóricas e da ação social radical. (SOJA, 1993, p. 118)

Torna-se evidente, então, que a análise espacial marxista prosperou, mas, primordialmente, como um adendo, uma ênfase metodológica, ao que se converteu no foco dominante da política urbana: a busca de uma teoria marxista do Estado capitalista tardio. Apenas a obra de Lefèbvre penetrou na confusão e na ambivalência, de modo a projetar, sem concessões, uma problemática espacial urbana imperativa no cerne do marxismo contemporâneo.

Destaca-se ainda que os textos de Lefèbvre são marcados pela busca persistente de uma compreensão política de como e por que o capitalismo sobreviveu, desde a forma industrial competitiva da época de Marx até o atual capitalismo industrial oligopolista e controlado pelo Estado. LEFÈBVRE (*apud* SOJA, 1993, p. 114) menciona, no único texto explicitamente espacializado, retirado de sua tese *La Survie du Capitalisme* (1976), em que diz: "...o capitalismo descobriu-se capaz de atenuar (se não resolver) suas contradições internas durante um século e, conseqüentemente, nos cem anos decorridos desde a redação do *Capital*, logrou alcançar um 'crescimento'. Não podemos calcular a que preço, mas realmente sabemos por qual meio: *ocupando o espaço, produzindo um espaço*".

A tese de LEFÈBVRE baseia-se na afirmação de que o espaço socialmente produzido é aquele em que se reproduzem as relações dominantes de produção. A crise final do capitalismo só poderá surgir quando as relações de produção não mais puderem ser reproduzidas. Assim, Lefèbvre define uma ampla problemática espacial do capitalismo e eleva-a a uma posição central, dentro da luta de classes, inserindo as relações de classe nas contradições configuradoras

do espaço socialmente organizado. LEFÈBVRE afirma que nem sempre a problemática espacial tenha tido essa centralidade e salienta que “...tampouco apresenta a luta pelo espaço como um substituto ou uma alternativa da luta de classes. Em vez disso, afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial”. (SOJA, 1993, p. 116)

1.1.1 A VISÃO MARXISTA DO ESPAÇO

Com efeito, vemos acontecerem transformações socioespaciais. Segundo ULTRAMARI (2001, p. 20) essas transformações sobre a forma física da cidade podem ser explicadas por uma compreensão marxista, “onde o conflito de classes e a acumulação do capital explicam o crescimento desigual (injustiça social), ou seja, a diferença qualitativa e quantitativa na apropriação de recursos e potencialidades urbanas pelo binômio centro/periferia geográfica”.

Nessa perspectiva, GOTTDIENER (1985) observa alguns dos principais momentos recentes e distintos de analisar-se as cidades e constata como as teorias têm se sucedido no caminho de uma complexidade crescente, evidenciando um “paradigma convencional”, ou seja, aquele que observa a cidade como fenômeno que poderia ser explicado por meio de analogias com as ciências biológicas. Assim, ULTRAMARI (2001, p. 19) acredita que “segundo esses paradigmas, e constituindo aquilo que se chamaria de “ecologia humana”¹, males sociais e desvios morais seriam mais facilmente observáveis se fizessemos uma análise no sentido centrífugo da metrópole, do centro para periferia. Ao mesmo tempo, a localização central indica obrigatoriamente também uma dominação social”. Assim, a partir desse raciocínio de analogia meramente orgânica, o autor salienta que BURGESS (1925) “ao se preocupar com o crescimento da metrópole, afirma que o espaço urbano de ocupação amplia-se em proporções similares ao crescimento demográfico”. Contudo, para PARK (1916) é mais evidente essa perspectiva, chegando a “reduzir uma questão de exclusão social a fatores tão simplesmente de adensamento de pessoas, características inerentes das cidades”, e complementa:

Crescendo a cidade em população, as influências de simpatia, rivalidade e necessidade econômica mais sutis tendem a controlar a distribuição de população... surgem quarteirões de residências elegantes, dos quais são excluídas as classes mais pobres... Crescem então cortiços que são habitados por grandes números das classes sociais pobres incapazes de se defenderem da associação de marginais e viciados. (PARK, 1916 In: VELHO, 1967, p. 33 *apud* ULTRAMARI, 2001, p. 19)

¹ Fala-se aqui dos trabalhos de um grupo de sociólogos da Universidade de Chicago que, na busca de entendimento da sociedade urbana, repetem preocupações já observadas na geografia (definição de áreas sociais) e, sobretudo, com a ecologia, tal qual essa analisa o mundo vegetal e animal. (TORRES, 1996 *apud* ULTRAMARI, 2001)

Entretanto, ULTRAMARI (2001) ressalta que “em pouco tempo, a despeito da fragilidade que caracterizou esses entendimentos a respeito do crescimento da metrópole, eles perderam sua base referencial, ao ficar claro que a cidade não mais constituía necessariamente um binômio centro/subúrbio”. Nesse contexto, ele afirma:

O surgimento das metrópoles em países pobres² instabilizaria ainda mais essa referência pela constituição de um novo binômio, diferente em forma e conteúdo daquele que desaparecera nos países ricos. É o binômio, centro/periferia³ que surge ao mesmo tempo que o espaço que os contém, as metrópoles dos países pobres. O que se evidencia aqui não é a fragilidade de uma teoria, mas sim o desaparecimento de seu objeto. A cidade, ao se polinuclear, ao deixar de ser confinada e mononucleada rejeita pois esses paradigmas tradicionais. (ULTRAMARI, 2001, p. 19)

MANUEL CASTELLS, em sua obra “*A Questão Urbana*” (1983), retoma a visão marxista, complexificando-a e adotando uma visão estruturalista de análise. Insere na discussão da questão urbana, a importância do Estado interventor e a dos movimentos sociais. Sendo a obra da década de 70 e referência na interpretação da realidade das cidades brasileiras de então⁴, percebe-se que a intervenção do Estado já se fazia menor: reduziam-se os recursos voltados para as grandes intervenções urbanas e, mais que isso, caminhava-se para desestatização, descentralização, liberalização econômica, redução do poder de controle estatal e até mesmo revisão da figura do Estado-Nação. Destaca que a cidade não apenas perderia seus paradigmas de centralidade espacial, como perderia também a figura de um agente hegemônico. Em obra mais recente CASTELLS (1999), complementa que os movimentos sociais antes com referência estrutural, passam a ser marginal, isto é, pensados como algo não mais no sentido de objetivar a realização de demandas não-atendidas, mas sim como uma oposição a algo que a literatura contemporânea parece insistir em colocar como mais avassalador que a própria marginalidade e carências sociais: a globalização.

² Esse fato ficará evidente somente a partir da segunda metade do século XX com o início das grandes migrações campo-cidade e melhoria relativa nos indicadores de saúde nesses países. (ULTRAMARI, 2001, p. 19)

³ Diferencia-se aqui periferia de subúrbio pelos níveis de provimento de serviços e infra-estruturas. O primeiro uma vez caracterizou de forma absoluta as metrópoles dos países ricos, o segundo, também em mudanças, ainda caracteriza as metrópoles dos países pobres. (ULTRAMARI, 2001, p. 19)

⁴ No final dos anos 70 e início dos 80, essa obra de Castells – assim como as de Lefebvre, Lojkin, Topalov, dentre outros – foi referência obrigatória para a compreensão das cidades brasileiras, constituindo um dos instrumentos que denotavam a importância da sociologia francesa estruturalista (marxista) no país. Em termos concretos, isso significava valorizar a importância do estado monolítico com estruturas homogêneas e movimentos sociais como força modificadora das cidades. (ULTRAMARI, 2001, p. 21)

A despeito de reconhecer-se a importância desse novo fenômeno, a globalização parece ainda submetê-lo a um projeto nacional, ou seja, “as cidades são, de um lado, os elos de uma corporação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação nacional, indispensável à realização do modelo nacional adotado”. Percebe-se a preocupação com as relações de produção, bem como a questão da corporação. E, ao se perguntar como será a cidade brasileira do futuro, pergunta-se, primeiro, como será o trabalho. “Essa é uma pergunta crucial: como será o trabalho nos próximos anos? Da forma como ele for, dependerá a forma como a urbanização se dará, também porque aí pode estar a semente de nova consciência política”. (SANTOS, 1996, p. 126)

Para LEFÈBVRE (1972), dentre outros autores clássicos do pensamento marxista sobre a cidade, apenas a classe operária pode tornar-se agente, o suporte de alguma realização de interesse social, uma verdadeira “revolução urbana”. Logo, certas bases sobre as quais essas teorias foram pensadas enfrentaram não apenas mudanças estruturais como também, via de regra, fragilizaram-se.

Dentro desse contexto, ULTRAMARI ressalta que:

A insistência de o Estado assumir para si, por exemplo, a responsabilidade de padrões mínimos de habitabilidade nas cidades, aí incluindo a casa própria, elimina um embate potencial entre capitalistas e operários, ou, de forma mais específica, entre proprietários e inquilinos. Da mesma maneira, formas novas de acesso a terra, que não aquela tradicional e legal⁵, por meio da aprovação de loteamentos por parte do Estado e da venda de lotes por parte de empreendedores (um exemplo do crescimento horizontal das cidades), canalizam o embate, mais uma vez para opor Estado à população carente. Com isso redirige-se o foco de uma luta de classes para um embate entre um agente, o estado, e a população em geral: ou por não ser atendida em suas demandas básicas de moradia ou simplesmente por ter comprometida a qualidade de suas vidas numa cidade que homogeniza os efeitos dos problemas. (ULTRAMARI, 2001, p. 20)

O problema de um humanismo real, colocado por Maquiavel, foi retomado por Marx cem anos atrás. Podemos dizer que esteja resolvido? Marx propôs-se

⁵ Segundo Ultramari, a arquiteta Ermínia Maricato, a partir de um conhecimento empírico da administração municipal de São Paulo, afirma que o ilegal do solo e as edificações em meio urbano atingem mais de 50% das construções nas cidades brasileiras, não considerando as legislações de uso e ocupação do solo, de zoneamento, de parcelamento do solo e de edificação. (MARICATO, 1996, p. 21 *apud* ULTRAMARI, 2001, p. 20)

precisamente para fazer uma humanidade, encontrar um outro apoio que não aquele, sempre equívoco, dos princípios. Procurou na situação e no movimento vital dos homens mais explorados, mais oprimidos, mais desprovidos de poder, o fundamento de um poder revolucionário, isto é, capaz de suprimir a exploração e a opressão. Mas ficou claro que todo o problema estava em constituir um poder dos sem-poder. Cem anos depois de Marx, o problema de um humanismo real está intacto. Se chamamos humanismo a uma filosofia do homem interior que não encontra a menor dificuldade de princípio nas relações com os outros, a menor opacidade no funcionamento social, e substitui a cultura política pela exortação moral, Maquiavel não é humanista. Mas, se chamamos humanismo a uma filosofia que enfrenta como problema a relação do homem com o homem e a constituição entre eles de uma situação e de uma história que lhes sejam comuns, então é preciso dizer que Maquiavel formulou algumas das condições de todo o humanismo sério. E a renegação de Maquiavel, tão comum hoje, assume então um sentido inquietante: seria a decisão de ignorar as tarefas de um humanismo verdadeiro. O único humanismo sério é aquele que espera, através do mundo, o reconhecimento efetivo do homem pelo homem; logo, ele não poderia preceder à hora em que a humanidade consegue seus próprios meios de comunicação e de comunhão. (MERLEAU-PONTY, 1991)

JAMESON (1994) coloca que o marxismo é a única teoria capaz de pensar adequadamente o capitalismo tardio dentro de uma perspectiva histórica e dialética, evitando celebrações e repúdios redutores. Já que o marxismo é a ciência do capitalismo, não se pode cogitar de sua morte, mas sim do surgimento de um marxismo pós-moderno. Questiona o que é marxismo? Ou, se preferirem, o que o marxismo não é? Não é, em particular, uma filosofia do século XIX, como alguns (de Foucault a Kolakowski) sugeriram, embora tenha seguramente emergido da filosofia do século XIX (mas seria possível argumentar facilmente que a dialética é, em si mesma, um projeto não concluído, que antecipa modos de pensamento e realidade que até hoje não começaram a existir). Essa resposta pode ser parcialmente justificada pela afirmação de que o marxismo não é de forma nenhuma, nesse sentido, uma filosofia. Ele se apresenta, com um incômodo característico, como uma unidade-de-teoria-e-prática. Mas pode ficar mais claro dizer que ele pode ser melhor pensado como uma problemática: ele pode ser identificado não por posições específicas, sejam elas de tipo político,

econômico ou filosófico, mas sim por sua dedicação a um complexo específico de problemas, cujas formulações estão sempre em movimento e em reestruturação e rearranjo históricos, junto com seu objeto de estudo, o próprio capitalismo. Pode-se portanto afirmar facilmente, também, que o que é produtivo na problemática marxista é sua capacidade de gerar novos problemas, como pode ser visto no caso do encontro com o capitalismo tardio.

Nesse sentido, JAMESON (1994) ressalta que as crises do paradigma marxista, então, sempre ocorreram exatamente nos momentos em que seu objeto de estudo fundamental – o capitalismo como sistema – parecia estar mudando de aparência, ou passando por mutações imprevistas e imprevisíveis. Em 1899, Bernstein, em sua obra *Presupposition of Socialism*, propôs radicalmente rever o marxismo à luz de seu suposto fracasso em fazer justiça à complexidade das classes sociais modernas bem como à adaptabilidade do capitalismo contemporâneo. São esses aspectos do pós-modernismo inicial que reaparecem nos anos setenta de nossa época, quando versões mais sofisticadas, tanto do diagnóstico quanto da receita, começam a surgir em número cada vez maior. Após a obra de Bernstein, o livro de HINDNESS e HIRST (1977), sobre *Das Kapital* pode ser visto como um primeiro momento do pronunciamento do pós-marxismo. Esses pós-marxismos, tanto os que se aferravam à tradição como os que demandavam sua total liquidação, variam de acordo com a forma pela qual eles encenavam o destino do objeto que o marxismo tinha a vocação inicial de analisar, a saber, o capitalismo. Eles podem argumentar, por exemplo, que o capitalismo clássico não existe mais e deu lugar a esse novo pós-capitalismo (conceito de sociedade pós-industrial de Daniel Bell constitui uma das versões mais influentes dessa estratégia), no qual os aspectos enumerados por Marx – mais particularmente a dinâmica das classes sociais antagônicas e a primazia do econômico – não existem. Ou pode-se tentar defender a idéia de que algo como o capitalismo ainda existe, mas se tornou benigno e, por alguma razão (por apoiar-se em um consumo de mercadorias mais generalizado, ou na alfabetização de massas, ou em uma percepção mais esclarecida de seus próprios interesses), tornou-se mais responsável com relação à vontade popular e às necessidades coletivas; de modo que já não é mais necessário postular mudanças sistêmicas radicais, quanto mais uma revolução. Essa é, supõe-se, a posição dos vários movimentos social-democratas-remanescentes.

Para o autor, o capitalismo ainda existe realmente, mas sua capacidade de gerar riquezas e de melhorar a condição de seus subordinados tem sido subestimada significativamente (principalmente pelos marxistas). De fato, o capitalismo seria, atualmente, o único caminho viável para a modernização e o aperfeiçoamento universal ou, até mesmo, para a prosperidade.

1.1.2 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O Brasil alcançou no século XX, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Inicialmente litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX. Evolução que foi considerada quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização, cuja urbanização no dizer de VIANNA (1956, *apud* SANTOS, 1996, p.17), “...é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores”. Nesse processo de evolução social e crescente urbanização, percebe-se que a residência dos trabalhadores agrícolas passa a ser cada vez mais urbana, evidenciando que, mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no País, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). (SANTOS, 1996, p. 9)

Neste trabalho, estudaremos as conseqüências geradas por essa acelerada urbanização nas cidades grandes, restringindo-nos ao estudo de favelas, consideradas, para o poder público, um problema de difícil solução. Nesse sentido, SANTOS ressalta que, “...a grande cidade, mais do que antes, é um pólo de pobreza, o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. Lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais”. Esses pobres, em geral, migrantes do meio rural e até mesmo de outros estados, com hábitos e valores rurais, somados à falta de qualificação para entrar no mercado de trabalho, contribuem de modo significativo para as transformações socioeconômicas, espaciais e culturais da cidade.

SANTOS salienta ainda que “a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial”. E

complementa "...ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade".

Essa pobreza decorrente da modernização urbana e industrial nas metrópoles e nas cidades brasileiras concentra riquezas e terras urbanas, provocando o seletivo acesso da população aos equipamentos e serviços públicos. Percebe-se, nos pólos de desenvolvimento no Brasil, cidades capitalistas, com cenários de segregação social, de degradação ambiental, com aumento da violência, conforme denunciam os relatórios da ONU.⁶ Ao mesmo tempo, estudos nos mostram que essa globalização em curso também está promovendo a desindustrialização, desmetropolização e a desassociação profunda entre a reprodução do capital e a reprodução de grande contingente populacional, que devido à falta de qualificação profissional não entra nesse mercado produtivo. É uma forma de exclusão social, produzindo uma sociedade fragmentada, agravada por esse fenômeno de globalização e de reestruturação produtiva. (FEDOZZI, 2001, p. 94)

Nesse sentido, FOLADORI (2001, p. 73) salienta que, na cidade capitalista, a venda do solo é o resultado do caráter produtivo, ou seja, a riqueza passa, porém gradativamente, a ser produzida dentro da cidade. A cidade converte-se prioritariamente em um centro produtivo e de moradia de classes trabalhadoras. Se antes estávamos frente a cidades que cresciam lentamente, e nas quais a estrutura espacial das classes estava determinada de antemão, agora estamos frente a cidades que crescem exponencialmente, e a estrutura espacial do assentamento das classes regula-se pelo preço. A pressão sobre o solo mercantiliza-se e, com ele, a renda capitalista do solo regula a forma como se organiza e se usa o espaço urbano.

Com essa seletização do espaço, observamos que as cidades brasileiras, especialmente as grandes e as médias, espelham a contradição que caracteriza a sociedade brasileira, perfilada entre pólos de prosperidade, de modernidade e

⁶ O último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra que o Brasil caiu no índice que mede a pobreza nos países em desenvolvimento e que a distribuição de renda entre a população piorou. No índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida, o Brasil ficou na 74ª posição entre 174 países. Quanto ao índice de pobreza (IPH), o Brasil desceu da 19ª posição para a 21ª entre os 85 países em desenvolvimento. (ZERO HORA, 2000, p. 32 *apud* FEDOZZI, 2001, p. 94)

riqueza e de pólos de pobreza, localizados nas periferias das cidades, onde carecem de políticas públicas e infra-estrutura urbana. Nesse ambiente marginalizado, ampliam-se formas ilegais de sobrevivência e o envolvimento de segmentos populacionais com tráfico de drogas, crime organizado e a banalização da violência. Essa contradição estrutural, acentuada pela distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, faz com que apenas determinados grupos sociais usufruam com relativa tranqüilidade das vantagens que as grandes cidades oferecem, ao passo que a grande maioria da população “sorve” esses benefícios pelas bordas. (MAMMARELLA, 2001, p. 59)

Dentro desse contexto social, SANTOS, ao remeter à vida dos que vivem na marginalidade, levanta algumas questões:

Como, nas cidades, vive a maioria dos brasileiros? Quais as suas condições de trabalho e não trabalho? Qual a sua renda? Que acesso tem aos benefícios da modernidade? Quais as suas carências principais? Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e níveis de renda? Quais as conseqüências da marginalização e segregação? Quais os problemas da habitação e da mobilidade, da educação e da saúde, do lazer e da seguridade social? (SANTOS, 1996, p. 10)

Esses questionamentos constituem-se na problemática existente na maioria das metrópoles brasileiras que, devido à crise financeira que os estados e os municípios vêm atravessando, têm sido o desafio das gestões públicas de encontrar melhorias das condições de urbanidade que essas cidades requerem. Esse retrato de segregação social espelha-se nas várias metrópoles do Brasil e decorre do processo de urbanização acelerada ocorrida nos anos 60/70, com a forte migração que se iniciou nos anos 50, com fluxos populacionais de sentido rural-urbano e migração urbana a partir dos anos 70. Esse processo de expansão urbana e metropolização configura a periferização das cidades médias e grandes, a segregação espacial, acompanhada de favelização e deterioração de espaços, a especialização das funções urbanas e as demandas comuns por serviços e infra-estrutura urbana. (NEGREIROS, 2001, p. 89)

1.1.3 O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA E METROPOLIZAÇÃO

No Brasil, a partir dos anos 50, nota-se as tendências à aglomeração da população e da urbanização. Os núcleos com mais de 20.000 habitantes que, na década de 40 eram pouco menos de 15% no conjunto da população brasileira, passam a 28,43% em 1960, e atingem 51%, ou seja, mais da metade da população em 1980. “A população urbana das aglomerações com mais de 20.000 habitantes cresce mais depressa que a população total e que a população urbana do País, e o mesmo fenômeno se verifica em escala regional”. (SANTOS, 1996, p. 71)

Mas, somente a partir dos anos 70, as cidades com mais de 100.000 habitantes passaram a ser consideradas cidades médias. Essas cidades assumem funções de centros regionais, que passam a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades. A evolução do crescimento das cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes pode ser vista na TABELA 01 a seguir:

TABELA 01 – NÚMERO DE LOCALIDADES SEGUNDO POPULAÇÃO

(Recenseamento dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980)

	1940	1950	1960	1970	1980
Entre 100.000 e 200.000 hab.	11	15	28	60	95
Entre 200.000 e 500.000 hab.	5	9	11	19	33
Mais de 500.000 hab.	2	3	6	9	14
Total com mais de 100.000 hab.	18	27	45	88	142

FONTE: A Urbanização Brasileira (SANTOS, 1996, p. 73)

Entretanto, o autor levanta a seguinte questão: “Podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias?” A interpretação das estatísticas gera significados diferentes, pois o que se chamava de cidade média em 1940/1950, naturalmente não é mais a cidade média dos anos 1970/80. Hoje, para uma cidade ser média, a aglomeração dever ter em torno dos 100.000 habitantes. Isso não invalida o uso do quadro estatístico, mas sugere cautela em sua interpretação.

As aglomerações com mais de 100.000 habitantes, raras em 1940 – quando eram apenas 18 no país – vêem o seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980 e 183 em 1991. A partir de 1970, passa a ser 100.000 o patamar necessário para identificação de cidades médias em boa parte do território nacional. As localidades com mais de 100.000 e menos de 200.000 habitantes viram o seu número multiplicado por quase nove entre 1940 e 1980, ou seja, passando de 11 para 95. Aquelas com população entre 200.000 e 500.000 habitantes triplicaram seu número entre 1960 e 1980, ou seja eram 11 em 1960 e são 33 em 1980. As cidades com mais de meio milhão de habitantes eram somente duas em 1940 e somam 14 em 1980. Dos núcleos com mais de 500.000 habitantes, em 1940, ambos estavam na Região Sudeste. Já em 1980, o Sudeste contava com cinco, a Região Sul com dois, e os outros sete nas outras regiões. No total, esses núcleos representavam 7,7% da população brasileira em 1940, já em 1980 era 31,5%. (SANTOS, 1996, p. 74)

Nessa trajetória da evolução das aglomerações urbanas, o autor refere-se à questão da urbanização concentrada e metropolização no Brasil, afirmando que:

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes médias (em torno de meio milhão de habitantes). (SANTOS, 1996, p. 69)

Evidencia-se que, no Brasil, a metropolização e a macrourbanização, “...ganhou, nas últimas duas décadas, importância fundamental: concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, contemporâneas da dispersão geográfica da produção física”.

Segundo SOUZA (1978), o fenômeno da metropolização vai muito além da denominação legal. Segundo esse conceito, foram criadas por lei nove regiões metropolitanas no País: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, cujos critérios adotados atendiam à época de sua fundação. Atualmente, poderíamos dizer que outras “regiões

urbanas” apresentam a mesma característica, por exemplo a cidade de Brasília com suas cidades satélites Também, dentro desse conceito, denominadas de macrometrópole paulista, eram as cidades de Campinas e de Santos, desde os anos 70. Para LINARDI (1992), algumas cidades, no norte do Paraná, aspiram à mesma classificação como metrópole, pois têm funções interdependentes, devido às facilidades de transporte e à proximidade entre elas. (SOUZA, 1978; LINARDI, 1992 *apud* SANTOS, 1996, p. 75)

Em 1971, LANGENBUCH escrevia sobre metropolização, considerando a metrópole como um tipo especial de cidade que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa. Após quase vinte anos, PANIZZI (1990) destaca que “a palavra ‘metrópole’ é, todavia, timidamente utilizada no Brasil, quando as novas realidades da mundialização ampliam o processo de sua criação como o lócus por excelência das relações sociais e econômicas”. Dentro desse contexto, LAMPARELLI (1990) lamenta que “continuemos insistindo em referências que já não iluminam suficientemente a problemática das transformações vividas ultimamente pelo espaço”. (LANGENBUCH, 1971; PANIZZI, 1990; LAMPARELLI, 1990 *apud* SANTOS, p. 75)

1.2 A URBANIZAÇÃO DE CURITIBA

Para falar da urbanização de Curitiba e compreender o processo de crescimento e de expansão da cidade, faz-se necessário conhecer um pouco da história dessa cidade, mesmo que num breve histórico, pois a discussão deste estudo remete-se às conseqüências dessa urbanização, cujo recorte adotado objetiva estudar as ocupações irregulares. Entretanto, é um desafio dissertar sobre Curitiba, em tão poucas linhas, uma vez que se trata de uma cidade rica em experiências de planejamento urbano, que a elevam a cidade-modelo⁷.

Sendo assim, num breve histórico de sua fundação aos dias atuais, a história de Curitiba inicia-se no final do século XVII, na qual a povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais contava com 90 habitantes e suas casas ficavam em torno da capelinha existente no centro da atual Praça Tiradentes. O crescente aumento da população exigia o estabelecimento de normas que regulassem a vida em sociedade. Como conseqüência disso, foi criada a Câmara Municipal de Curitiba, em 1693. Assim, a povoação recebeu o predicado de Vila. Estava fundada Curitiba. Nesses 311 anos de sua fundação considerou-se importante mencionar as épocas em que há registros de número de habitantes, de forma a acompanharmos o processo de evolução da ocupação urbana da Cidade. Em meados do século XVIII, o distrito de Curitiba possuía 2.500 habitantes. Em 1780, a cidade contava com 3.194 habitantes (dos quais 848 eram escravos). Em 1812, a população era de 10.500 habitantes. No período de 1890-96, Curitiba recebeu 28 mil imigrantes. Entre 1907 e 1914, mais 27 mil imigrantes. Essa imigração fez triplicar a população em menos de 20 anos. Em 1920, a população de Curitiba era de 78.986 habitantes.⁸

A seguir na TABELA 02, vê-se a demonstrativo da evolução da população em Curitiba e sua Região Metropolitana no período de 1940 a 1991.

⁷ Segundo García, Curitiba – cidade-modelo, Curitiba – cidade planejada, Curitiba – capital brasileira da qualidade de vida, Curitiba – cidade moderna e humana, Curitiba – capital ecológica, Curitiba – capital de Primeiro Mundo são algumas das sínteses mais recorrentes que compõem a imagem da cidade, veiculada pela mídia, ao nível local, com importantes desdobramentos ao nível nacional e internacional nos últimos anos. (GARCIA *apud* DEL RIO, OLIVEIRA. (Org.) 1999, p. 83)

⁸ Dados obtidos no Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001.

**TABELA 02 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA,
REGIÃO METROPOLITANA E PARANÁ
(Nas décadas de 1940 a 1991)**

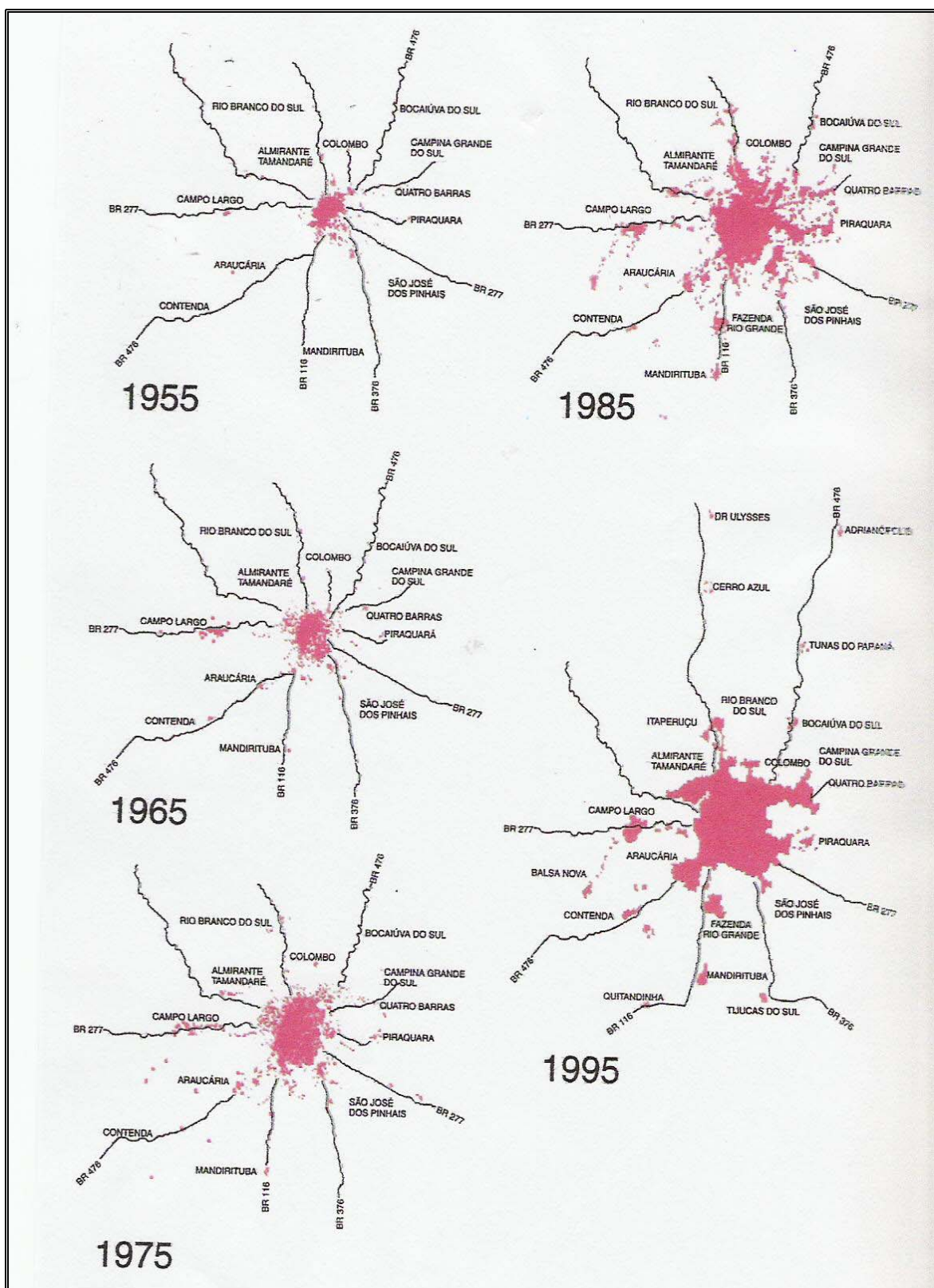
Ano	Curitiba (hab.)	RMC (hab.)	% Curitiba na RMC	Paraná (hab.)	% Curitiba no Paraná	% RMC no Paraná
1940	140.656	202.956	69,30	1.236.276	11,38	16,42
1950	180.575	307.294	58,76	2.115.547	8,54	14,53
1960	361.309	510.539	70,77	4.277.763	8,45	11,93
1970	609.026	821.233	74,16	6.929.868	8,79	11,85
1980	1.024.975	1.440.626	71,15	7.629.392	13,43	18,88
1991	1.315.035	2.000.805	65,72	8.448.713	15,57	23,68

FONTE: IBGE (Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991)

Concomitante à evolução da população, ocorre uma rápida ocupação do território (FIGURA 01), principalmente com a chegada dos imigrantes que, segundo a política imigratória da época, procurava instalar esses imigrantes camponeses nos arredores da cidade. Ao longo do século XIX, há registros da preocupação dos governantes quanto ao crescimento da cidade, sobretudo em regiões próximas ao centro de Curitiba. O crescimento desordenado era rigorosamente fiscalizado pela municipalidade. A década de 1880 foi marcada por grandes transformações no cenário urbano⁹, mas foi em 1895 que ocorreu uma mudança no Código de Posturas Municipais de Curitiba, que tem sua importância por ter ficado visível o legislar da Câmara sob o amparo do saber especializado, como o de médicos e de engenheiros, principalmente no que se referia às construções e às obras de urbanização. Em 1903, o quadro urbano ampliou-se e iniciou-se então o processo de hierarquização da cidade, representada pela divisão dos locais de moradia, conforme a classe social.

⁹ Nessa época, além da estrada de ferro e da primeira linha de bondes, foram inaugurados também o Passeio Público, o Teatro São Theodoro e a Santa Casa de Misericórdia. (Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001).

**FIGURA 01 – EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE CURITIBA E ENTORNO
(1955 a 1995)**



FONTE: COMEC, IPPUC, 1995

Nessa época, passou-se a elitizar os espaços centrais, permitindo somente casas de alvenaria com dois ou três pavimentos. Em 1912 e 1916, a administração pública foi marcada por grandes projetos, mas, apesar do grande crescimento da cidade na virada do século, Curitiba ainda permanecia como lugar provinciano.¹⁰

Em 1919, novas reformulações no Código de Posturas, menos evidentes, devido à época da Primeira Guerra Mundial, na qual a economia brasileira sofreu abalos e a balança comercial ficou mais dependente dos Estados Unidos. A mais importante das reformulações, referia-se à regulamentação do tráfego de veículos.¹¹ Outra mudança foi uma melhor delimitação das zonas da cidade.

Assim, definia-se que a zona suburbana era a que estava situada em um raio de até um quilômetro da zona urbana e que o “rocio” era a área compreendida entre a zona suburbana e os limites do município. Na década de 1920, incentivou-se o crescimento da cidade para a região sul, abrindo-se largas avenidas, área conhecida por Cidade Nova. Nessa época, abriu-se acesso a diversos bairros, pavimentaram-se diversos logradouros, reformaram-se praças, mudaram-se as feições do centro, especialmente a Rua XV de Novembro, que foi a primeira via a receber pavimentação asfáltica. Na década de 1930, ocorreu o declínio da atividade ervateira e cafeeira e a falta de recursos fez a administração pública recorrer à tendência hierarquizadora dos planos urbanísticos do início do século, bastante influenciados pela Europa. Então, as funções da cidade foram divididas em três zonas: zona central, com comércio e moradias de alto padrão (Zona I); zona de fábricas e moradias para operários mais qualificados (Zona II) e zona de moradias de operários menos qualificados e pequenos sítiantes (Zona III).

Segundo MENEZES (1994), até o início da década de 1940, Curitiba passou por uma série de transformações no seu perfil demográfico e na organização do espaço. Esse foi um período em que o uso e a ocupação do solo,

¹⁰ Dentre os grandes projetos modernizadores, destacam-se a construção do Paço Municipal (atual Museu Paranaense), o Mercado Provisório, o calçamento e o alinhamento de ruas, a canalização do rio Ivo, a retificação do rio Belém, a reforma do Passeio Público, reforma de praças, a inauguração do bonde elétrico e a doação do terreno nos quais viria a ser construído o prédio central da Universidade Federal do Paraná. (Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001).

¹¹ A circulação dos veículos, a sinalização, o estacionamento, o limite de velocidade, o registro do automóvel e a habilitação passaram a constar das normas estipuladas pela Câmara. (Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001).

e suas funções, eram atribuídas ao papel que cada classe ou setor social ocupava no sistema produtivo. Em consequência disso, os instrumentos de ordem jurídica adotados resultaram numa cidade dividida entre as elites e as classes subalternas. Contudo, as intervenções no espaço urbano eram fundamentalmente práticas, baseadas em critérios técnicos, funcionais e estéticos. Nessa época, não havia uma reflexão crítica sobre a ocupação social do espaço urbano (a partir do começo do século XX, o Urbanismo surgiu como disciplina com pretensões científicas, na Europa e nos Estados Unidos, modificando a forma de pensar a cidade). A transformação do meio construído passou a ser concebida como uma forma de solucionar a questão urbana.¹² Nesse sentido, o autor coloca que reformar a cidade significava reformar a vida das pessoas:

Essa estratégia mereceu uma transformação nas concepções sociopolíticas dos problemas urbanos e na invenção de novos instrumentos de intervenção no espaço. Desse modo, foi aproximando o conceito de organismo biológico ao conceito de meio urbano, que estava sujeito às disfunções, pois era um organismo vivo, e, assim, precisaria passar muitas vezes por “intervenções cirúrgicas” para voltar ao seu estado “normal”. Nesse sentido, o controle do solo urbano e as reformas da cidade garantiriam o funcionamento normal das atividades sociais e, conseqüentemente, a solução de problemas urbanos. Dessa maneira, encerra-se nesse período a idéia de reformar a cidade, torná-la moderna, ainda com uma política abertamente discriminatória.¹³ (IPEA, 2001, p. 87).

Com essas transformações no meio urbano, o poder público viu a necessidade de um plano diretor para a cidade. Assim, na década de 1940, deu-se início à elaboração do primeiro Plano Urbano da cidade, feito pela empresa paulista Coimbra Bueno & Cia. que encomendou o plano ao arquiteto francês Alfredo Agache. Esse primeiro plano diretor ficou conhecido como Plano Agache.

¹² MENEZES, 1994, p. 87 *apud* Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001).

¹³ Refere-se aos homens que não eram de bem, ou seja, aqueles que enfeavam a cidade, no caso, os bêbados, os doentes, os mendigos, os imigrantes, os vadios, as prostitutas, que incomodavam e ameaçavam a elite curitibana. Para a manutenção da ordem pública, esses “desviantes” foram afastados, pelo poder, para os subúrbios. (SHAAF, GOUVEIA, 1991, p. 74 *apud* Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001).

1.2.1 A NECESSIDADE DE UM PLANO DIRETOR

A elaboração do primeiro Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, em 1943, Plano Agache, tinha como intuito disciplinar a ocupação do solo urbano, estabelecendo diretrizes e normas técnicas para ordenar os crescimentos físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego e organizando as funções urbanas, além de coordenar e zonear as atividades e a codificar as edificações, estimulando e orientando o desenvolvimento da cidade. O Plano propunha dividir a cidade em zonas especializadas, classificando-as em: militar, esportivo, abastecimento, educação, industrial, administrativo e alguns centros de recreação e de lazer.

Após uma década, esse primeiro Plano Diretor precisou sofrer alterações que modificaram o zoneamento da cidade, ou seja, subdividiu-se em zonas comercial e residencial e criou-se a zona agrícola, para acompanhar o rápido e imprevisível crescimento da cidade nessa época. A economia do Paraná era impulsionada pela cultura cafeeira e, como consequência desse desenvolvimento, surgem edifícios “arranha-céus”, construídos de forma desordenada em áreas impróprias; fábricas e estabelecimentos comerciais em áreas consideradas residenciais; loteamentos “clandestinos” em áreas fora do perímetro urbano e os primeiros núcleos de favelamento, desde os anos 40. Na década de 1950, surgiram novos núcleos, como Vila Guaíra, Uberaba, Vista Alegre, Vila Hauer e **Parolin**, que hoje é a favela mais antiga de Curitiba. (IPEA, 2001)

Na gestão de 1956, criou-se o Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo, que tinha como objetivo exercer o controle urbanístico da cidade. Assim, revisou-se o Plano Agache. Um dos principais desafios para os administradores municipais da época era a questão referente ao surgimento de loteamentos clandestinos. Buscando ajustar esses loteamentos à área urbana, realizou-se o primeiro levantamento aerofotogramétrico da cidade, que balizou o projeto de vias de continuidade e de acesso a esses loteamentos, integrando-os à malha urbana e também possibilitando maior controle das áreas degradadas.

Nesse sentido, no início da década de 1960, era premente a elaboração de um novo Plano Diretor que levasse em conta os conceitos mais recentes do urbanismo moderno. Em 1963, foi criada a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), com o objetivo de proceder a estudos que privilegiassem os

planejamentos econômico, social e territorial e propiciassem condições para a formulação de um novo Plano Diretor para Curitiba.

Em 1965, foi elaborado um Plano Preliminar de Urbanismo pela empresa paulista Serete Engenharia S. A. e por Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, que deu origem ao Plano Diretor de Curitiba, transformado em lei pela Câmara Municipal em 1966. Nessa mesma época, em 1965, foram criadas duas instituições de fundamental importância: o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), com a função de detalhar e de implementar o Plano e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB).

Em resumo, os planos de urbanização de Curitiba anteriores ao atual Plano Diretor, foram :

1943 – Plano Agache

1953 – Zoneamento da Cidade – Lei nº 699/53

1960 – Plano Piloto de Zoneamento de Uso do Solo – Lei nº 1908/60

1965 – Plano Preliminar Urbanístico

1966 – Plano Diretor de Curitiba – Lei nº 2828/66

O Plano Diretor foi efetivamente implantado a partir de 1970. Durante o período 1971 a 1983, destacam-se mudanças no Plano, referentes ao transporte coletivo, com a criação da Rede Integrada de Transporte (RIT).¹⁴ Assim, Curitiba saiu de um padrão radial de planejamento para um sistema linearizado de indução do crescimento. As primeiras ações físicas de concretização e de implantação do Plano Diretor foram os eixos trinários. Com as mudanças no sistema viário e no transporte, foram desenvolvidas legislações para alterar as ocupações nos setores que eram basicamente unifamiliares. Essas transformações no uso e na ocupação do solo, objetivavam melhorar a qualidade de vida da população envolvida, de forma a aumentar o número de pessoas a usufruir o transporte coletivo e a infra-estrutura implantada, induzindo-as a ocupar os espaços próximos a esses eixos. Contudo, esses investimentos elevaram o preço da terra e a população de baixa renda foi em busca de lotes mais acessíveis em áreas mais periféricas.

¹⁴ Consistia em propor terminais de transporte, que seriam construídos em áreas intermediárias ou nas extremidades das vias estruturais. Nos terminais, os usuários trocariam de veículo sem precisar pagar outra passagem. Ao longo das estruturais, circulariam os ônibus expressos. Para interligar os terminais no sentido radial, foram criadas linhas de ônibus interbairros e mantidos os ônibus convencionais, que passaram a ser conhecidos como alimentadores. (Volume 5 da Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumentos de planejamento e gestão urbana. Curitiba / IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001).

Algumas das disfunções nos objetivos e nas diretrizes do Plano que mostram a falta de sincronia entre o transporte coletivo, o sistema viário e o uso do solo, considerados como indutores do crescimento, foi a ocupação da região leste, área de mananciais e, principalmente, a ocupação na região sul, nas quais foram criados loteamentos pela COHAB-CT, sobre zona agrícola.

Segundo FIRKOWSKI (2001, p. 57-58), a grande polêmica envolve a existência, ou não, de um Plano Diretor para Curitiba, à medida que o suposto Plano, legalizado pela Lei 2828/66, teria sido revogado pela promulgação da Lei 4199/72, que dispõe sobre o “Zoneamento de Uso do Solo”, destacando que uma das leituras que se pode fazer do Plano é a de que Curitiba teve, a partir de 1972, várias Leis de Zoneamento e Uso do Solo, mas não um Plano Diretor propriamente dito.

Entretanto, na década de 1980, época em que a crise econômica atingiu com mais força as classes trabalhadoras, o poder público viu-se pressionado a responder às necessidades sociais básicas da população carente. A solução foi ampliar as áreas destinadas à moradia popular, uma vez que a recessão atingiu especialmente o setor industrial. Então, implantaram conjuntos habitacionais na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). No entanto, hoje, essa região encontra-se com capacidade física praticamente esgotada no que se refere à implantação de novas plantas industriais de grande porte.

PEREIRA (1993, p. 28) ressalta que, nas últimas décadas, a distribuição espacial da população de Curitiba sofreu grandes transformações, pois, até a década de 50, a ocupação do solo urbano ocorreu de modo extensivo e de baixa densidade. A maioria dos assentamentos situava-se na área central, mas a maior expansão houve nas áreas ao norte da cidade nos períodos de 1961 a 1970. Na década seguinte, os conjuntos habitacionais ocuparam a periferia da cidade, havendo a concentração da população nos bairros periféricos. Dessa forma, o Plano Diretor, aprovado em 1966, pretendia a consolidação do crescimento da cidade ao longo de eixos lineares chamados de linhas estruturais. A partir disso, definiu-se o zoneamento e o plano passou de instrumento disciplinar a agente de desenvolvimento. A implantação do plano urbanístico impôs um determinado padrão de vida na cidade, definindo os usos dos seus espaços.

Esse ordenamento do território, numa sociedade capitalista – cujos espaços foram setorizados, de certa maneira, elitizados e associados ao

crescimento acelerado – levou a população mais carente à ocupação irregular. Assim sendo, passado algumas décadas de prática de elaboração de Planos Diretores segundo o receituário tecnocrático, parece evidente a falência do planejamento urbano em produzir cidades equilibradas. O tratamento da cidade como um objeto puramente técnico, no qual a função da lei seria o de estabelecer os padrões de qualidade para o seu funcionamento, converge na indiferente quanto à realidade de desigualdade das condições de renda e sua influência sobre o funcionamento dos mercados imobiliários urbanos.¹⁵

¹⁵ ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Instituto Pólis, 2001, p. 40-41.

1.2.2 O INÍCIO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES

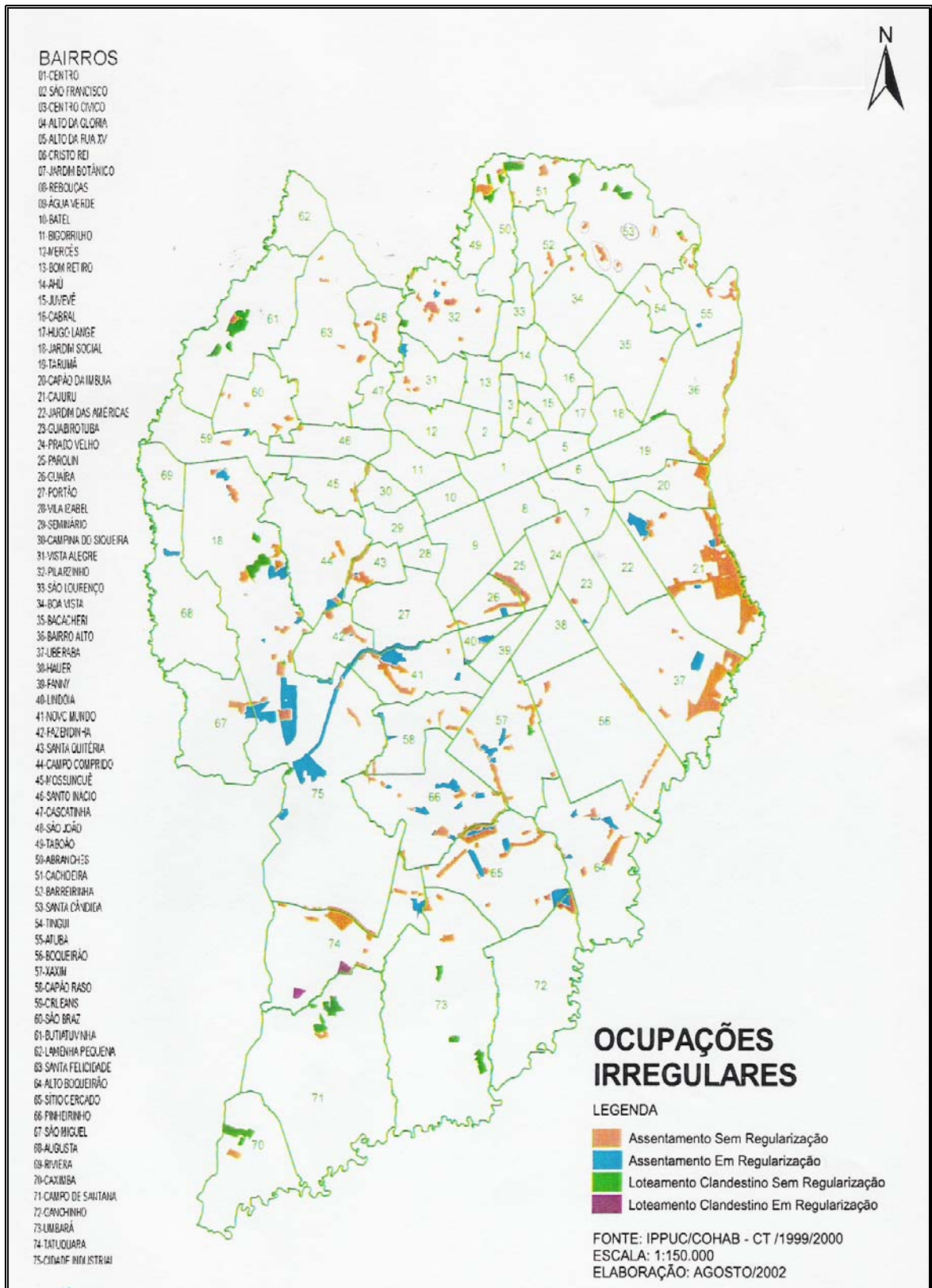
O fenômeno de metropolização, citado por SANTOS (1996), adquiriu fundamental importância nas últimas duas décadas, tendo em vista as diversas consequências desse processo de expansão urbana. Esse acelerado crescimento leva à ocupação desordenada do território e dá origem às favelas. Estas são formadas por comunidades marginalizadas pela sociedade e sem condições de subsistência aglomeram-se em áreas irregulares.

Segundo MOURA (2001, p. 204), a “metropolização de Curitiba caracterizou-se por um processo intenso de êxodo rural e concentração urbana ocorrido num curto espaço de tempo. De 1970 para 1996, a população da Região Metropolitana de Curitiba cresceu de 869.837 para 2.425.361 habitantes, aglutinando, respectivamente, 12,55% e 26,94% da população do estado”. Na década de 90, não se confirmaram as tendências de crescimento acelerado ocorridas nos anos 80. Em 2000, a metrópole curitibana é considerada uma das regiões metropolitanas com as maiores taxas de crescimento populacional no Brasil.

Paralelo a esse crescimento populacional, entre os anos 70 e 90, o processo de industrialização, com maior expressividade no interior do estado, intensificou-se no espaço metropolitano. Ao mesmo tempo, tornou-se mais intensa a ocupação desses espaços por grupos empobrecidos e pelos migrantes de menor poder aquisitivo, ao contrário de Curitiba, cuja valorização da terra, da moradia e as melhorias urbanas foram reservadas aos moradores de melhor nível de renda. Assim, a “periferia de Curitiba crescia e formatava-se uma mancha de ocupação sem referências locais, multiplicando suas relações espaciais, criando redes tangenciais ou marginais sem necessariamente envolver a cidade-pólo”. (ULTRAMARI, 2001, p. 26)

No mapa, a seguir na FIGURA 02, podemos observar a distribuição das ocupações irregulares no município de Curitiba, que se classificam em quatro categorias: assentamentos sem regularização e em regularização, loteamentos clandestinos sem regularização e em regularização.

FIGURA 02 – MAPA DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA



FONTE: IPPUC, COHAB-CT 1999/2000

O crescimento econômico, associado ao crescimento demográfico, produz os mais contraditórios efeitos sobre o meio urbano, ou seja, se por um lado as cidades grandes oferecem maiores oportunidades de ocupação e de obtenção de rendimentos, por outro também é nelas que se verifica maior concorrência e discriminação em relação ao mercado de trabalho. Na cidade, há melhores condições de vida e serviços municipais, mas é verdade que os custos dessa melhoria são maiores, seja de moradia seja de alimentação. O acesso à educação e aos serviços de saúde são outras vantagens da cidade grande. Essas contradições tendem a se complexificar à medida que as cidades crescem e que a urbanização condensa-se e os serviços públicos de saúde e educação tornam-se cada vez mais seletivos, pois estão condicionados a um determinado padrão de rendimento. Assim, as desigualdades sociais assentam-se numa contradição estrutural que está relacionada à distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, fazendo com que determinados grupos sociais possam usufruir das vantagens que as grandes cidades oferecem, ao passo que a grande maioria da população “sorve” esses benefícios pelas bordas. (MAMMARELLA, 2001, p. 59).

Essas desigualdades socioeconômicas, socioespaciais e territoriais, provenientes dessa política de estabilização e ajuste estrutural sobre a dimensão metropolitana, induziram à hierarquização dos espaços intrametropolitanos. Surgem as ocupações irregulares de Curitiba. No primeiro levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC) em 1969, existiam em Curitiba 21 áreas de ocupação irregular, totalizando 2.213 unidades habitacionais. Passada uma década, a cidade, em 1980, de acordo com resultados de pesquisa realizada pelo IPPUC, existiam aproximadamente 50 áreas caracterizadas como favelas, cujo número cresceu para 209 em 1990 e para 238 em 1992, tendo, neste último caso, um total de 44.713 domicílios. Em 1994, novo trabalho foi realizado pelo IPPUC, no tocante às áreas de sub-habitação no município de Curitiba, quando foram detectadas 244 áreas, totalizando 50.663 domicílios. Atualmente, existem 301 ocupações irregulares, totalizando em 57.333 domicílios, conforme mostra a TABELA 03 a seguir:

**TABELA 03 – ÁREAS E DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES
POR CATEGORIA (EM TODO O MUNICÍPIO 1999 – 2000)**

Categoria das Áreas	Áreas		Domicílios	
	nº	%	nº	%
Assentamentos em regularização	78	25,91	19.199	33,49
Assentamentos sem regularização	184	61,13	34.334	59,89
Loteamentos clandestinos em regularização	3	1,00	513	0,89
Loteamentos clandestinos sem regularização	36	11,96	3.287	5,73
Total	301	100,00	57.333	100,00

FONTE: IPPUC (Pesquisa de Campo realizada no período de nov.99 a abr.2000), COHAB-CT

Segundo a Lei 6766/70 (Federal) e 2460/66 (Municipal), as “ocupações irregulares” são “...todos os assentamentos urbanos efetuados sobre áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas, bem como aqueles promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pelas leis de parcelamento. (IPPUC – Pesquisa Ocupações Irregulares 1999-2000)

O IPPUC, em conjunto com a COHAB-CT, classificou as ocupações irregulares do solo urbano, dentro de critérios estabelecidos em comum acordo, em quatro grupos específicos de áreas, seguindo as seguintes categorias:

A) Ocupações irregulares em regularização, que são assentamentos que passaram por um processo de infra-estruturação progressiva, recebendo investimentos públicos, tais como: rede de abastecimento de água, energia elétrica, melhorias no sistema viário, na coleta de lixo, nos equipamentos públicos, etc., e com o processo de regularização fundiária em andamento. Normalmente, essas áreas estão perfeitamente integradas ao seu entorno, tanto do ponto de vista de infra-estrutura e serviços públicos como da tipologia das habitações.

B) Ocupações irregulares sem regularização, cuja diferença fundamental, em relação ao anterior, é que neste não existe processo de regularização fundiária em andamento, podendo as áreas contar com infra-estrutura completa, parcial ou nenhuma infra-estrutura.

C) Loteamentos clandestinos em regularização, que são assentamentos em áreas que foram parceladas, vendidas e ocupadas por iniciativa de seus legítimos proprietários, à revelia da lei e quase sempre sem a infra-estrutura mínima exigida, além de possuir padrões urbanísticos inferiores aos preconizados pela Lei Municipal de Parcelamento para a zona na qual estão inseridos.

D) Loteamentos clandestinos sem regularização, cuja diferença fundamental em relação ao anterior é que neste não existe processo de regularização fundiária em andamento, podendo as áreas contar com infra-estrutura completa, parcial ou nenhuma infra-estrutura.

A TABELA 04, a seguir, resume o número de ocupações irregulares por regionais em Curitiba. (FIGURA 03 – Mapa das regionais de Curitiba)

TABELA 04 – ÁREAS E DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES POR CATEGORIA (SEGUNDO AS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA 1999 – 2000)

Regionais	Assentamentos				Loteamentos Clandestinos				Total	
	Em regularização		Sem regularização		Em regularização		Sem regularização			
	Áreas	Domicílios	Áreas	Domicílios	Áreas	Domicílios	Áreas	Domicílios	Áreas	Domicílios
Bairro Novo	5	.845	15	3.504	1	127	9	1.104	30	8.580
Boa Vista	3	123	37	2.988			17	1.010	57	4.121
Boqueirão	8	688	19	2.733			1	43	28	3.464
Cajuru	6	1.841	32	12.065					38	13.906
Matriz			1	200					1	200
Pinheirinho	20	3.448	25	2.975	2	386	1	63	48	6.872
PORTÃO	31	7.578	28	7.239			1	22	60	14.839
Sta. Felicidade	5	1.676	27	2.630			7	1.045	39	5.351
Total	78	19.199	184	34.334	3	513	36	3.287	301	57.333

FONTE: IPPUC (Pesquisa de Campo realizada no período de nov. 99 a abr. 2000), COHAB-CT

Na regional do PORTÃO, das 28 áreas de assentamento sem regularização, a de maior destaque é a Favela do Parolin, conhecida também por Valetão, pois é a maior em número de domicílios, totalizando 1719. (IPPUC, 99-2000).

1.2.3 O FENÔMENO “FAVELA”

A palavra fenômeno¹⁶ é definida como “fato natural constatado, suscetível de estudo científico, e que pode tornar-se objeto de experiência ou estudo”. Essa definição faz-se pertinente quando colocada por GUIMARÃES (2000, p. 352) quanto ao estudo do fenômeno favela, na qual a autora ressalta ser um dos maiores desafios enfrentados para quem decide estudar esse fenômeno, a inexistência de informações a respeito. Destaca que, mesmo que se alegue tratar-se de uma realidade que sofre contínuas mudanças (invasão diária de novas áreas, construção de moradias em áreas já consolidadas e em processo de remoção, devido a obras urbanísticas e/ou a áreas de risco que precisam ser desocupadas), é notável a carência de dados.

Segundo a autora citada, um dos primeiros pontos a ser destacado é saber o que o IBGE considera favela.¹⁷

Sob a denominação de aglomerado subnormal, o Censo somente considera um setor censitário como favelizado quando nele existem cinquenta ou mais casas faveladas contíguas. Caso um aglomerado possua trinta casas em um setor, quarenta em outro setor e 45 em um terceiro, ainda assim esses setores não são considerados favela, o que, por um lado, leva a uma visão subestimada da realidade. Por outro lado, quando identificada a presença de cinquenta ou mais casas faveladas num mesmo setor, o Censo considera todo aquele setor favelizado. Ou seja, a forma como o fenômeno é censitariamente definido pode levar a uma visão sub ou superestimada da realidade. (GUIMARÃES, 2000 *apud* RIBEIRO (Org.), 2000, p. 353)

Para o IBGE (2003), o objeto desta pesquisa, a área da Favela do Parolin, é considerado aglomerado subnormal. Contudo, para esse órgão, essa favela constitui-se de cinco setores (FIGURA 04), mas somente quatro são considerados aglomerados “subnormais” (ANEXOS 01, 02, 03, 04 e 05). Para receber esta denominação, de setor especial de aglomerado subnormal, é preciso ser constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), os domicílios dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em

¹⁶ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa da Editora Nova Cultural

¹⁷ Segundo GARCÍAS “...a expressão favela vem do sertão da Bahia onde se organizavam socialmente os seguidores de Antonio Conselheiro (Guerra de Canudos). Terminada a luta, muitos soldados vieram para o Rio de Janeiro acompanhados de suas cabrochas (mulata jovem). As cabrochas eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, estado da Bahia. Recordavam muito de sua Bahia, do seu morro e assim ficou conhecido como Favela os morros cariocas. Nasceu o nome “favela”. Pouco a pouco o termo favela foi se alargando e englobando outros conceitos como: pobreza, sub-habitação, desemprego, êxodo rural..., embora ainda fortemente vinculado à figura do morro. (ISTO É. 14 out. 1998 *apud* GARCÍAS, 2000, p. 206)

sua maioria, de serviços públicos essenciais. Entendemos assim que o setor 150, que compõe a Favela do Parolin, difere dos demais por não ser constituído de 51 domicílios, mas as características de ilegalidade são as mesmas. Segundo GUIMARÃES (2000), essa determinação faz com que tenhamos uma visão subestimada da realidade dessas comunidades marginais.

Para complementar essa visão distorcida da realidade, a favela e os favelados, segundo FERRAZ¹⁸ são encarados de forma diversificada pelas várias instituições especializadas:

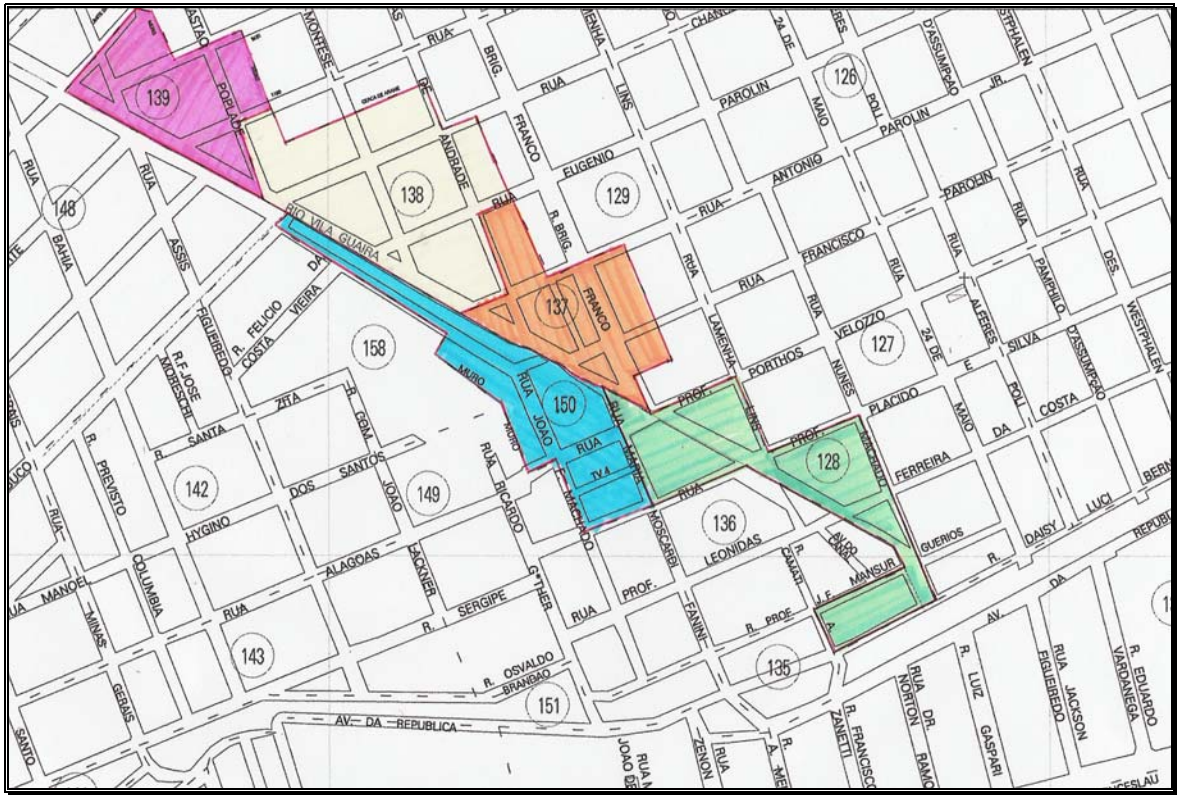
...para os engenheiros e arquitetos constituem simplesmente um atentado à estética urbana; para a polícia, uma concentração de marginais; para os psicólogos, a aberração do comportamento; para os sociólogos, os favelados constituem uma camada social marginalizada pela população, os funcionários públicos impressionam-se com o caráter clandestino da favela e o político vê no favelado um excelente tema para suas pregações demagógicas; e finalmente, para alguns economistas, o favelado é um indivíduo à procura da modernização. (FERRAZ, 1999 *apud* GARCÍAS, 2000, p. 207)

Para GARCÍAS (2000, p. 207), a diversidade na problemática presente nas favelas não se pode e nem deve ser remetida a uma esfera singular, isto é, essa heterogeneidade deve ser analisada sob várias óticas para que sejam observados todos os processos intervenientes no fenômeno, ou seja, resultados dos processos sociais, culturais, econômicos e político. GIACOMINI (1983) salienta que a favela é “o problema de pessoas de uma humanidade ferida, de uma história violada, de sonho que se transforma em pesadelo para si ou continua sonho nos filhos... A favela só pode ser compreendida como problema estrutural a partir da vida dolorosa de pessoas que são vítimas dessa estrutura, que testemunham e denunciam o fracasso do sistema capitalista”. De acordo com PERLMAN¹⁹ (1977), as favelas constituem-se, assim, num dreno da economia urbana, pois desviam parasiticamente os escassos recursos destinados a serviços e à infra-estrutura municipais. (PERLMAN, 1977; GIACOMINI, 1983 *apud* GARCÍAS, 2000, p. 208-209)

¹⁸ FERRAZ, H. *Filosofia urbana*. São Paulo: Tecci, 1999.

¹⁹ PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FIGURA 04 – MAPA DE SETORIZAÇÃO DA FAVELA DO PAROLIN
(Setor 128, 137, 138 e 139 – AGLOMERADOS SUBNORMAIS)



FONTE: IBGE, 2003

1.3 OS DESAFIOS AO PODER PÚBLICO

As favelas são, e sempre foram, um problema de difícil solução para o poder público, tornando-se um dos maiores desafios do governo. Os números não são precisos, porém, podemos afirmar que mais da metade de nossas cidades é constituída por assentamentos irregulares, ilegais ou clandestinos, que contrariam de alguma maneira as formas legais de urbanização. Desde a década de 1970, os municípios vêm investindo nas chamadas favelas, reconhecendo sua existência como parte da cidade. Entretanto, embora a urbanização das favelas venha sendo defendida e praticada há décadas, a titularidade definitiva dessas áreas para seus verdadeiros moradores vem esbarrando em processos judiciais intermináveis e enormes dificuldades de registro nos cartórios.²⁰ Muitos são os esforços e as iniciativas do poder público no atendimento às comunidades marginais urbanas, sendo uma das mais recentes conquistas legais a aprovação da Lei 10.257/2001, que regulamenta o Estatuto da Cidade.

Essa nova lei de política urbana regulamenta as diretrizes e os instrumentos para a política urbana do país, nos níveis federal, estadual e municipal, e visa a uma cidade mais eqüitativa, sustentável e democrática, conseqüentemente à inclusão social, e sua implementação vêm se consolidando por meio do Ministério das Cidades. Este foi criado com a missão de formular e de conduzir essa nova política de desenvolvimento urbano para o Brasil, desencadeando, assim, a realização de conferências locais, regionais e estaduais, para a implementação desse desenvolvimento urbano. Nessas audiências públicas, os cidadãos tiveram a participação direta (e universal) nos processos decisórios e nas tomadas de decisões do Município sobre as intervenções no território. Paralelamente a esse contexto participativo, em Curitiba, ocorreu a revisão e a atualização do Plano Integrado de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Curitiba.²¹

Entretanto, para melhor compreensão do momento atual, é preciso retornarmos algumas décadas, principalmente à década de 1960, que foi marcada

²⁰ ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Instituto Pólis, 2001, p. 39.

²¹ O primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba foi elaborado em 1978. E, após 22 anos, em 2000, com um cenário metropolitano com profundas alterações, houve a necessidade de uma revisão das políticas propostas no primeiro Plano. Assim, essa revisão teve início em setembro de 2000, que objetivou sistematizar os estudos e propostas formulados nesse intervalo de tempo; e também incorporar novas reflexões sobre os principais temas metropolitanos. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPL. **Relatório da Fase Preparatória do PDI – RMC 2000**. Curitiba, 2001.

pelo crescimento vertiginoso e desordenado das cidades brasileiras, crescente perda de qualidade de vida nos centros urbanos, falta de habitação, de serviços de saneamento, transporte coletivo, saúde, educação, segurança, fatores estes geradores dos problemas ambientais urbanos que se tornaram alvo de intensos debates pelo poder público. Assim, em 1963, realizou-se o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) e esses problemas foram amplamente discutidos e consubstanciaram em documento, elencando propostas que foram encaminhadas ao então Presidente da República, João Goulart. (ALCÂNTARA, 2001, p. 11) Segundo Alcântara, o relatório final do SHRU é enfático, pois, ao mesmo tempo, é absurdamente atual, ao afirmar que “ todo o cidadão tem direito à moradia digna, para si e sua família, e para que isso se faça é necessário uma legislação federal que estabeleça o direito à propriedade, na perspectiva de prevalência do interesse social sobre o interesse privado, e discipline o uso e a ocupação da terra, acompanhada de urgente Reforma Urbana”.

O autor ressalta que, em 1983, o país vivenciava os efeitos de elevados e crescentes índices de urbanização e cita que, nessa época, o último presidente militar enviou ao Legislativo um projeto de lei de desenvolvimento urbano, concebido na Comissão Nacional de Política Urbana (CNPU) e gestado posteriormente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), cujo texto constitucional referia-se ao urbano unicamente ao capítulo relativo aos tributos, quando tratava do Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU. Vigorava a Constituição de 1969. Mostra-nos a desatenção prestada por sucessivos governos ao aparato jurídico-legal referente ao desenvolvimento urbano que, apesar do quadro verificado, ainda se subordinava ao velho Código Civil de 1916. Entretanto, a eloqüente gravidade do quadro urbano, somada ao empenho da sociedade civil organizada, levou os constituintes de 1988 a dedicarem um capítulo específico à política urbana (arts. 182 e 183).

Dessa forma, durante o processo de construção da Constituição de 1988, houve a inclusão do capítulo “Da Política Urbana” no texto constitucional, que previa uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana, reatualizando os instrumentos urbanísticos para uma Brasil urbanizado.

Após um longo período de negociações na esfera federal, foi finalmente aprovada, em julho de 2001, a regulamentação dos arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. O seu parágrafo único diz: “Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Assim, o Estatuto da Cidade foi regulamentado. Essa lei levou 11 anos de tramitação legislativa, nos quais muitos foram os embates que explicitavam os conflitos entre os diversificados interesses sobre o destino de nossas cidades. Essa lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Estatuto da Cidade, em atendimento às necessidades de grandes contingentes populacionais pobres, indica que devem ser desenvolvidos esforços para a simplificação da legislação de parcelamento, de uso e ocupação do solo, de modo a facilitar o enquadramento das construções, realizadas pela própria população, às normas estabelecidas para as edificações, com o objetivo de possibilitar a redução de custos nos processos construtivos adotados e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais.

A inclusão dos artigos 182 e 183, que compõem o capítulo da Política Urbana, foi uma vitória da ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade, à habitação, ao acesso a melhores serviços públicos e, por decorrência, a oportunidades de vida urbana digna para todos. Nesse sentido, o artigo 182 estabelece a política de desenvolvimento urbano e tem por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo que o instrumento básico desta política é o Plano Diretor. E o artigo 183, abre a possibilidade de regularização de extensas áreas da cidade ocupadas por favelas, vilas, ou invasões, bem como loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias urbanas, transpondo essas formas de moradia para a cidade denominada formal.

Nesse contexto, o poder público municipal deve responsabilizar-se pelo estabelecimento de normas especiais de urbanização, de uso e de ocupação do solo e de edificação, consideradas a situação socioeconômica da população

atendida, e também fixar, para essas áreas, as normas ambientais pertinentes. Essas recomendações vêm ao encontro das reivindicações da população moradora de favelas, invasões, vilas ou de alagados que, em alguns casos, até já foram urbanizadas e continuam sem a regularização fundiária. Essa intervenção urbana, apoiada nos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, possibilitará as ações do poder público municipal inverter o quadro de ocupações “ilegais” e promover a regularização urbanística da cidade. (OLIVEIRA I., 2001, p. 13)

Para PEREIRA (2002), uma das novidades do Estatuto da Cidade é o usucapião²² especial de imóvel urbano, considera um dos instrumentos extremamente polêmico, no qual pontua “...sem dúvida, é um instrumento de grande impacto em nossas cidades, porque existem muitas áreas de ocupação irregular que são propriedades privadas, sobre as quais poderia, imediatamente após a vigência desta lei, passar a valer o usucapião”. E salienta que,

...o usucapião urbano, que pode ser, e aí está a novidade, tanto individual quanto coletivo, e sobre áreas privadas (o usucapião sobre áreas públicas foi vetado). Embora com a restrição de aplicação sobre áreas privadas, esse instrumento avança ao facilitar o usucapião por parte de um conjunto de moradores, não exigindo que cada morador, individualmente, tenha que comprovar residência por mais de cinco anos na área em questão. Tomando-se como exemplo uma favela, que está ocupando uma determinada área: individualmente, as pessoas não têm como provar o tempo de residência, mas a existência da favela é facilmente comprovada, gerando o direito de usucapião. Dessa forma, essa população poderá ter assegurado o direito ao seu lote. (PEREIRA, 2002, p. 22)

Quando a posse de um imóvel é exercida por uma multidão de pessoas, na qual não há limites determinados que extremem um possuidor do outro, temos a chamada composses ou a posse múltipla. Tem-se outras classificações de posse²³, como a “justa ou injusta”, e, subjetivamente, como a de “boa ou de má fé”, segundo a idade, como “nova” (menos de um ano e um dia) ou “velha” (acima do período citado) e outras seja pelas ações possessórias, seja pelo usucapião. O imóvel citado é mais conhecido por favela e essa multidão de possuidores não tem títulos ou ignora a que título exerce a posse, seja ela coletiva ou individual, e ainda reclama um processo de regularização. Essa atitude de “existência” no local, gera relações jurídicas entre a população residente na área, aqueles que a

²² Modo derivado de aquisição da propriedade, pela posse continuada dela durante um determinado tempo. (USUCAPIÃO, In: DICIONÁRIO da Língua Portuguesa Larousse Cultural. São Paulo: Círculo do Livro Ltda., 1987, p. 441)

²³ Código Civil Brasileiro, Lei 3071 de 1916, em vigor desde 1º de janeiro de 1917. (ALFONSIN, 1997, p. 46)

titulam, a vizinhança e o próprio município, num contexto que engloba o direito privado e o direito público, reunidas com o direito urbanístico.

Diante do exposto no artigo 183, verificamos que as ações do poder público nem sempre são satisfatórias, pois os interlocutores dos planos e dos zoneamentos acabam destinando aos pobres o espaço da política habitacional e a gestão da ilegalidade. As favelas produzidas de forma autoconstruída nos espaços que “sobram” da cidade regulada – ou seja, nas áreas vedadas para o estabelecimento dos mercados formais (como beira de córregos, encostas, áreas rurais ou de preservação), tornam-se então objeto da gestão cotidiana. Essa gestão trata de incorporar, a conta-gotas, essas áreas à cidade, regularizando, urbanizando, dotando de infra-estrutura e nunca eliminando definitivamente a precariedade e as marcas da diferença em relação às áreas reguladas. Perpetua-se assim uma dinâmica altamente perversa sob o ponto de vista urbanístico – de um lado, nas áreas reguladas, são produzidos “vazios” e áreas subutilizadas; de outro, reproduz-se ao infinito a precariedade dos assentamentos populares.

1.3.1 AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO LOCAL

A Prefeitura Municipal de Curitiba, desde o surgimento das primeiras favelas, na década de 60 (IPEA, 2001), adotou uma política de desocupação das áreas. A partir de 1964, várias alternativas foram efetivadas para solucionar o problema das favelas, que ainda não se mostrava tão grave como em outras capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife), mas começa a preocupar o poder público, pois as favelas cresciam sobre terrenos públicos e particulares. Mas, em 1965, quando da constituição da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), inicia a política de desfavelamento, com a transferência de famílias para Núcleos Habitacionais. Nessa época, então, construíram o Núcleo Habitacional de Vila Nossa Senhora da Luz, com 2.100 casas, para onde foram transferidas famílias de algumas favelas. A preocupação, na época, estava voltada para o aspecto da moradia, não se considerando, por exemplo, o deslocamento violento da população e a distância do conjunto, criando dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, de acesso às escolas, de ônus adicional para o orçamento com o transporte, entre outros problemas. Outro problema percebido foi a não-preparação da população para o ingresso nas novas moradias, esquecendo-se, também, a falta de qualificação para um trabalho que seja bem-remunerado, comprometeria a possibilidade de pagamento das prestações da casa nova. (PMC, 1981, p. 12)

Assim, na tentativa de reduzir os problemas gerados, em 1969, a Prefeitura construiu Núcleos de Habitação Transitória²⁴ nos bairros Boqueirão, Santa Amélia, Barreirinha e Campo Alegre, objetivando oferecer à população favela viver num estágio intermediário entre a favela e a comunidade urbana, visando posteriormente à integração à vida normal da cidade. Essa situação inicialmente teve a intenção provisória, que passou para uma situação definitiva. Em 1972, esses conjuntos foram abolidos, sendo as casas doadas aos moradores que, na época, tinham conseguido comprar seu próprio terreno. Em 1974, uma proposta de construir um muro hidráulico que fornecia água e esgoto, em que o favelado acoplaria o seu barraco, para posterior ampliação de sua moradia, não foi bem aceita. Verificou-se que acima de suas necessidades básicas, o mais

²⁴ Esses conjuntos habitacionais eram compostos de pequenas casas, tipo meia-água, sem infra-estrutura como água, luz, arruamento, esgoto e outros serviços. A previsão de permanência das famílias nos conjuntos era de 6 meses a 2 anos.

importante era a posse do terreno. Assim, ainda em 1975, propõe-se um plano de desfavelamento para Curitiba, pois as favelas cresciam num ritmo acelerado devido às transformações ocorridas no sistema de produção agrícola do Estado, aumentando o fluxo migratório. Esse plano de desfavelamento fundamentava-se em oferecer uma habitação compatível com o nível socioeconômico dessa população e no trabalho social, capacitando essa população favelada a assumir novos hábitos, valores e um novo esquema de vida, dentro da realidade urbana. Os resultados obtidos foram considerados satisfatórios, entretanto, atingiu apenas 13% da população favelada do município, em 1977. (PMC, 1981, p.15)

Em 1980, a Prefeitura passou a ter um diálogo mais aberto, aceitando negociações com a população favelada. Esse novo comportamento do poder público foi documentado pela “Carta da Favela”²⁵ (transcrita no ANEXO 06), na qual foi traçada a política geral do município frente à questão. As propostas da Carta tinham, como variável principal, a situação do terreno, visando ao desfavelamento, ou seja, a possibilidade de compra e de repasse do terreno ou, nos casos de a propriedade ser pública, permitir o processo de urbanização da favela. O documento apresentado no efervescente início dos anos 80 aprofunda e aperfeiçoa os princípios normativos que vinham sendo gestados pelas práticas de desfavelamento desde o final dos anos 60. O sentido geral da Carta, traduzida em seis propostas básicas de atuação, era pensar em medidas efetivas, de aplicação imediata, que possibilitassem a melhoria das condições de vida e a promoção social das populações que habitavam nas áreas de favelas. (SOUZA, 1999, p. 215)

De uma forma resumida, as propostas da “Carta da Favela” referiam-se à:

- a) urbanização das favelas situadas em terrenos do Município, desde que as áreas apresentassem condições favoráveis;
- b) para as favelas situadas em terrenos insalubres, era dada a oportunidade de aquisição de unidades em programas especiais da COHAB, cuja relocação dava-se, na medida do possível, para a mesma região em que a favela estava situada, evitando desestruturar a situação de vida dos moradores no que se refere a emprego, escola, transporte coletivo, etc.;
- c) para as favelas situadas em terrenos particulares, a solução

²⁵ Normatizada em 31 de março de 1980, por Jaime Lerner. Atrás de si a Carta tinha um histórico de conflitos entre as associações e movimentos de bairro de um lado e a prefeitura de outro. O movimento popular buscava a posse definitiva da terra e tomava a iniciativa de urbanizar as favelas numa luta corpo a corpo contra os fiscais da prefeitura e os proprietários particulares de terras ocupadas. (ROLIM, 1985 *apud* SOUZA, 1999, p. 215)

possível era a urbanização, mas dependia das negociações com os proprietários, cujas negociações eram de grande morosidade; d) para as famílias que haviam adquirido terreno próprio, podiam ter as construções de suas moradias financiadas pela COHAB, através do Programa FICAM; e) a implantação de comunidades rurbanas, para as famílias de origem rural, que eram residentes em favelas. Os critérios de seleção dos moradores foi ser de origem rural e saber trabalhar com a terra, não ter propriedades e ser morador da área metropolitana pelo menos há um ano do lançamento do programa. Para que essas propostas atingissem seus objetivos, a ação social da Prefeitura voltou-se para a capacitação da comunidade a fim de promover a mudança social. Para garantir o processo participativo da comunidade, levantaram-se as necessidades, os interesses e as expectativas dessas comunidades, incorporando-os em programas de atuação. (PMC, 1981)

Em Curitiba, o planejamento urbano utilizou-se do princípio de que a ocupação e os usos na cidade podem ser induzidos, sendo que o adensamento devia ser compatível com a infra-estrutura urbana disponível. Uma vez definido o zoneamento da cidade com as normas gerais de uso e de ocupação do solo para cada região, os parâmetros devem ser monitorados, de forma a permitir uma avaliação constante da evolução da cidade. (IPEA, 2001)

Em 1966, a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), passou a definir diretrizes de planejamento para a cidade. Tem como uma de suas principais atividades o desenvolvimento de pesquisas e os levantamentos para subsidiar o monitoramento da cidade e de seu Plano Diretor. O acompanhamento de algumas disfunções, particularmente daquelas relacionadas a Ocupações Irregulares do Solo Urbano, tem sido feito por levantamentos bianuais²⁶ desde a década de 70. É o órgão responsável pelo processo de intervenção na estrutura urbana, preocupando-se, principalmente, nas áreas centrais da cidade, em não deteriorar ou mesmo destruir seus valores físicos-culturais. O Plano Diretor de Curitiba, na época, procurou sintetizar a situação econômica e social e as tendências prováveis do crescimento da cidade, orientando a expansão urbana e procurando evitar o agravamento dos problemas já existentes no Município.

²⁶ Segundo informa Relatório Bianual de Ocupações Irregulares no Município de Curitiba produzido no final de 1999 e início de 2000. IPPUC, 1999-2000.

Esse retorno às origens, deve-se parcialmente aos lotes e as moradias ofertados pela COHAB, disponíveis em áreas periféricas, tendo em vista o esgotamento das grandes glebas localizadas em áreas centrais da cidade. Esse fenômeno foi decorrente da valorização imobiliária e do processo de expansão urbana da cidade. Assim, técnicos da COHAB²⁷ verificaram, em reuniões com as comunidades dessas áreas irregulares que, se a relocação estivesse dentro de um raio de 3 km do local atual de moradia, cujo lote seja dotado de infra-estrutura básica, o impacto e a rejeição do novo local de moradia seria menor. Esse descontentamento também ocorreu nos casos de regularização fundiária, no qual o remanejamento dentro do próprio lugar gerou rejeição, mas cujo impacto foi suavizado com a posse do terreno.

A atuação da COHAB, em regularizações fundiárias e na oferta de loteamento popular, tem permitido à população de baixa renda a aquisição de lotes. Paralelamente, estão sendo evitadas medidas que consolidem as ocupações em áreas de proteção ambiental, vindo assim a comprometer tais regiões (por exemplo: APA do Passaúna, APA do Iguaçu). Nesses casos, os esforços são para a remoção das famílias dessas áreas, por meio da ação da COHAB; o mesmo acontece nas áreas ocupadas na RMC. Esse controle também é exercido por restrição na forma de ocupação dos loteamentos regulares localizados nas APAs, fundos de vales, áreas verdes e, ainda, em áreas sujeitas a enchentes. (IPEA, 2001, p. 124)

A COHAB e a prefeitura são responsáveis pelo tratamento urbanístico nas áreas degradadas e uma das preocupações está em aproximá-las dos padrões adotados na cidade formal, desconsiderando as singularidades e tipicidades dessas ocupações irregulares. Verifica-se, assim, índices e parâmetros urbanísticos pouco adequados às ocupações de baixa renda. Nota-se a falta de uma abordagem interdisciplinar no ordenamento jurídico no que se refere à regularização de áreas de baixa renda. (IPEA, 2001)

A COHAB é o órgão municipal responsável por implantar as políticas e programas habitacionais de interesse social, conforme a Lei Municipal nº 9.802/2000, que institui incentivos para a implantação desses programas

²⁷ Informação obtida com os técnicos da Coordenadoria da Regularização fundiária da COHAB-CT. Eles acreditam que essa aproximação do novo lugar de morada reduza a resistência e a insatisfação em deixar o lugar ocupado.

Habitacionais de Interesse Social²⁸. Nos seus 39 anos de funcionamento, a COHAB contabiliza o atendimento de aproximadamente 110.000 famílias distribuídas em casas, apartamentos e lotes urbanizados, cuja população beneficiada chega a 450 mil pessoas²⁹.

Segundo NASS (2002), os recentes planos diretores, com base no Estatuto da Cidade, definem instrumentos específicos para intervenção em assentamentos e ocupações irregulares, com a regularização fundiária, mas também estabelecem oportunidades e incentivos aos proprietários de terrenos, as imobiliárias e a cooperativa de moradores na implantação de projetos habitacionais. Nesse contexto, alguns municípios criaram fundos municipais de habitação (FMH) e ou fundos de terra³⁰. Nass ressalta que:

...os fundos municipais de habitação são muito utilizados pelas prefeituras municipais como suporte financeiro para as políticas habitacionais de interesse social, onde esses fundos são quase sempre regulamentados por legislação municipal específica que os caracterizam como instrumento básico para prover recursos destinados à oferta de oportunidades habitacionais de baixa renda. (IPPUC, 2001 *apud* NASS, 2002, p. 25)

Para ALFONSIN (1997), um dos grandes desafios da política pública no Brasil é encontrar soluções para as populações de baixa renda que não têm acesso à terra, questão esta muito discutida pela reforma agrária e pela reforma urbana. As soluções adequadas ainda parecem estar longe de acontecer e, como o crescimento natural das cidades e a migração exigem soluções imediatas, as populações de baixa ou nenhuma renda continuam a ocupar e a invadir áreas livres, públicas ou privadas, em sua maioria, áreas impróprias para habitação. Essas comunidades marginais urbanas têm sido o problema de muitas administrações municipais, que buscam, quando possível, regularizar essas ocupações irregulares, com uma política habitacional que conta com a regularização fundiária, a fim de amenizar o impacto vivido por essas populações, então, moradoras das áreas não reconhecidas pela cidade formal.

²⁸ Consideram-se programas habitacionais de interesse social para os fins desta lei, aqueles gerenciados pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) e destinados às famílias de baixa renda. Os loteamentos de interesse social serão admitidos nas zonas e setores definidos na Lei de Zoneamento e Uso do solo, com exceção das APAS (Áreas de Proteção Ambiental), ZR-1 (Zona Residencial Um), ZR-P (Zona Residencial do Passaúna), ZR-SF (Zona Residencial de Santa Felicidade) e ZI (Zonas Industriais).

²⁹ Informativo da COHAB – CT N° 6, maio de 2004.

³⁰ ...provindos da aplicação de instrumentos urbanísticos, entre os quais, o solo criado e a negociação de índices de ocupação e uso do solo – a outorga do direito de construir – e também das áreas reservadas ao município na aprovação de processos de parcelamento do solo. (NASS, 2002)

Nesse contexto, ela destaca os instrumentos de regularização fundiária existentes, que dizem respeito diretamente à regularização, como as Áreas Especiais de Interesse Social, a Concessão do Direito Real de Uso, a Usucapião Urbana e a Regularização de Loteamentos, com as particularidades de cada cidade, conforme mostra o quadro a seguir (QUADRO 01). Desconsidera os fundos municipais, por serem um instrumento de interface com a política de regularização e destinados à captação de recursos para a política habitacional.

QUADRO 01 – INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

INSTRUMENTO UTILIZADO	OBJETO	CONCEITO
Zonas ou Áreas Especiais de Interesse Social	Assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente caracterizados por irregularidades jurídicas ou urbanísticas na ocupação do solo urbano.	Flexibilização dos parâmetros urbanísticos quanto ao uso, ocupação e parcelamento do solo, a partir do reconhecimento das tipicidades locais, para facilitação da regularização fundiária do assentamento.
Concessão do Direito Real de Uso	Posse de terras públicas	Contrato feito pelo município com os moradores de terrenos próprio dessa pessoa jurídica, para utilização como moradia, por um determinado tempo.
Apoio à Usucapião Urbana	Posse de terras privadas	Aquisição de direito real (propriedade ou aforamento) em relação à privada sobre a qual se tem posse, durante 5 anos contínuos, para fins de moradia, em lote não superior a 250 m ² .
Lei Federal nº 6766/79 e leis municipais de regularização de loteamentos	Loteamentos irregulares ou clandestinos	Regularização do loteamento e posterior titulação dos lotes, assumidos pelo município, sem prejuízo de ação regressiva contra o loteador.

FONTE: ALFONSIN, 1997, p. 27

Quando o poder público decide pela regularização fundiária de um determinado espaço urbano, a área, se estiver registrada como propriedade privada, precisa, conforme o caso, ser desapropriada. Inicia-se assim a busca daqueles que titulam a área e, em alguns casos, estas encontram-se em inventário em decorrência da morte do proprietário. A tramitação passa a ser morosa, dificultando a regularização fundiária, o que representa um desafio para

quem se empenha nessa regularização. A desapropriação referida é prevista nas principais leis (federais) reguladoras de desapropriação: o Decreto-Lei 3365 de 1941, que regula a desapropriação por utilidade pública, e Lei 4132 de 1962, que dispõe sobre a desapropriação por interesse social. (ALFONSIN, 1997, p.57,60)

O conceito de regularização pode confundir-se com qualquer outra forma de intervenção, devido à extensão de problemas urbanos que podem ser contemplados por essa forma de intervenção pública do espaço. Para a autora, regularização fundiária é definida da seguinte forma:

Regularização fundiária é o processo de intervenção pública, sob aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária. (ALFONSIN, 1997, p. 24)

Ressalta ainda que é importante compreender o que se entende por regularização fundiária, pois a expressão tem se prestado a diversas interpretações, representando vários sentidos, em diferentes cidades, que significa a maneira como se trabalha a questão.

Em alguns locais, a ênfase recai meramente na regularização jurídica dos lotes. Em outras cidades, na recuperação urbana do assentamento, através da urbanização da área. Em outras áreas, observa-se ainda uma grande preocupação com a regularização urbanística dos assentamentos, procedendo a muitas iniciativas de transformação de áreas afetadas originalmente para outros usos em Áreas Especiais de Interesse Social. (ALFONSIN, 1997, p. 23)

ALFONSIN (1997, p. 25), ao precisar o conceito de regularização fundiária, adverte que “regularização fundiária ocorre quando se preserva a posse dos moradores no próprio local onde fixaram residência”. Não se aplica às situações de risco, quando o município necessariamente precisa realizar o reassentamento das famílias, removendo-as para locais adequados à moradia. A autora afirma que “relocalização não se confunde, portanto, com regularização”.

1.3.2 REFLEXÕES SOBRE AS INTERVENÇÕES EM FAVELAS

Em Curitiba, em 1981, já se discutia a complexidade de intervir-se nas favelas, verificando-se que a intervenção racional sobre essa realidade social devia estar profundamente embasadas no conhecimento, ou seja, era preciso primeiro conhecer bem o fenômeno social antes de intervir no processo. O poder público percebeu que o grande engano cometido com essa população favelada foi quando da transferência deles para conjuntos habitacionais longínquos, desestruturando totalmente a vida das famílias. Diante de tal situação, o poder público passou a tomar um certo cuidado com a política de desfavelamento, procurando realocar³¹ os moradores dentro do mesmo bairro, utilizando a malha urbana já dotada de infra-estrutura. (PMC, 1981, p. 11) Mesmo com essa preocupação, ainda aconteciam casos de famílias faveladas que eram transferidas para locais distantes.

O acompanhamento insuficiente na pós-relocação levava, e ainda leva, as famílias a transformarem o novo lugar de morada numa nova favela, pois o rompimento com a vida no lugar onde viviam e o afastamento das oportunidades de subsistência, mesmo que no mercado informal, leva-as à ausência de renda e à luta pela sobrevivência. Assim, desencadeia-se a realocação de um problema, ou seja, além da realocação da favela, o surgimento de novos focos de violência. Dessa forma, o poder público estaria realocalizando as favelas, fato esse que se repete nos dias atuais, no qual famílias ribeirinhas, vivendo em situações de risco e que precisam ser realocadas em caráter emergencial, são realocalizadas para áreas distantes. Entre erros e acertos, o poder público, gradativamente, tem percebido que a participação da comunidade nos processos de intervenção é essencial para se obter melhores resultados.

Para NASS (2002), a administração pública, aliada a uma intensa participação popular, é a política mais efetiva para a sociedade urbana, frente ao crescimento das cidades, à extensão da cidade legal, à exclusão e à marginalidade social. ROLNIK³² (2001) *apud* Nass (2002, p. 37) destaca que o

³¹ No meio profissional, entre arquitetos e engenheiros, muito se discute sobre o termo correto para nomear o processo de mudança das pessoas de um lugar para outro. Alguns dizem realocação, outros dizem realocação, mas com base no Dicionário de Língua Portuguesa Larousse Cultural, essas palavras não existem. Há o verbo alocar que significa colocar em determinado lugar e locar que significa localizar. Acreditamos que, em se tratando de pessoas, o verbo realocar seja mais conveniente e o verbo relocar ao falarmos da favela como um todo.

³² ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade**: instrumento para quem sonha com cidades belas e justas. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 15 jul. 2001.

Estatuto da Cidade contempla uma nova concepção de gestão, ampliando os espaços de participação direta dos cidadãos nos processos decisórios que envolvem intervenções sobre o urbano. Salaria que o Plano Diretor é “um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas por uma estratégia de intervenção do território”. Nesse sentido, percebemos a importância da participação dos cidadãos, principalmente, na elaboração das diretrizes de política urbana, mas sobretudo na implementação e na gestão das diretrizes do Plano Diretor de uma cidade.

NASS (2002, p. 13, 19) ressalta ainda que, de meados da década de 60 ao final dos anos 80, a produção de conjuntos habitacionais (financiados pelo BNH) foi praticamente a mesma em todo o país e o tipo de intervenção urbana adotada desconsiderou as especificidades locais, ainda que implantado por agentes promotores locais: COHAB, órgãos municipais e estaduais de habitação e saneamento. O autor destaca que, em consequência disso, esses conjuntos caracterizaram-se pela “desqualificação da paisagem urbana, resultante da monotonia de sua arquitetura e excessiva homogeneidade, por sua localização periférica e ausência de relação com o entorno e a malha urbana”. Surge, então, uma preocupação sobre alguns conceitos adotados nos primeiros conjuntos produzidos, principalmente quanto à qualidade do espaço produzido e seus efeitos sobre os moradores, visto que algumas famílias realocadas para morar nesses conjuntos voltavam para seus locais de origem ou invadiam outras áreas irregulares. Dessa forma, a partir dos anos 80, a produção habitacional desse período passa a ser mais diversificada e integrada à malha urbana. Nessa época, a COHAB, com base numa ação planejada e inovadora, preocupou-se com o espaço urbano produzido, diversificando as moradias, ou seja, variando seus padrões e tipologias habitacionais, e localizando-as melhor na malha urbana, além da integração delas com o sistema viário do entorno e do bairro, respeitando o meio ambiente e vinculando-as com o planejamento urbano.

Entretanto, a partir dos anos 90, diminuiu a produção de conjuntos habitacionais e iniciou-se, em Curitiba, o processo de regularização fundiária que está subordinado à Lei nº 9460/1998, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos, implantados irregularmente, até a data de 31 de dezembro de 1993, desde que obedecidos aos critérios fixados nessa lei e na legislação

estadual e federal.³³ É considerado parcelamento irregular aquele que foi executado sem autorização do Município ou em desacordo com o plano aprovado.

Assim, a regularização fundiária passou a ser a intervenção mais desejada pelas famílias faveladas, uma vez que havia a possibilidade de continuar-se vivendo no mesmo lugar, além das melhorias no ambiente urbano, do resgate da cidadania, da qualidade de vida e representar a legalidade da permanência no lugar. Em compensação, é, sobretudo, a intervenção mais complexa, pois regularizar uma área não representa apenas ordenar o espaço, desenhando-o ou redesenhando-o, de forma a atingir uma “forma urbana ideal”, mas sobretudo representa obter a melhor resposta possível às necessidades de seus usuários, de forma que esses usuários sejam considerados o sujeito neste processo.

Contudo, para o êxito nesse processo de intervenção, o poder público, mais especificamente os órgãos responsáveis pelo planejamento urbano, orientados pelos instrumentos de política urbana presentes no Estatuto da Cidade, tem revisto as maneiras de ver o urbano, ou seja, deixando de encarar o espaço urbano apenas do ponto de vista racionalista, técnico ou progressista e procurando considerar o ponto de vista com base em valores históricos, psicosociais e culturais, isto é, olhando o urbano, a paisagem, sob a ótica interdisciplinar.

³³ A comprovação da existência do parcelamento irregular, no período determinado, far-se-á por qualquer outro documento expedido ou autuado pela Administração Municipal, ou por qualquer outro que possua valor legal, inclusive por levantamento aerofotogramétrico, reconhecido por órgãos públicos. Art. 2º Lei 9460/98 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Publicação nº 98 do D. O. M, em 23 dez. 1998.

1.3.3 A NECESSIDADE DE UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE O URBANO

A interdisciplinaridade no estudo do urbano é corroborada por SÁ (1991, p. 4, 21) ao afirmar que a cidade deve ser estudada a partir de múltiplos pontos de vista, utilizando-se para isso o variado instrumental teórico e metodológico desenvolvido em diferentes campos do conhecimento, tais como: Filosofia, História, Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo. Saliente-se que as principais tendências ou maneiras de pensar o espaço urbano podem ser divididas, numa extrema simplificação, em apenas dois grandes grupos: de um lado, aquelas que encaram o espaço urbano de um ponto de vista, que é dito racionalista, técnico ou progressista, e de outro, aquelas que consideram do ponto de vista de seus valores históricos, psico-sociais e culturais, e que é dito culturalista.

Para tal discernimento, de forma sintetizada, a autora com base nos trabalhos de FRANÇOISE CHOAY (1979)³⁴ e MARIA ELAINE KOLHSDORF (1985)³⁵ considera como idéias-chave a racionalidade, a modernidade e a eficácia, para o urbanismo progressista. Esse modelo de urbanismo era voltado para estruturas técnicas, funcionais e estéticas e forneceu diretrizes para intervenções no espaço urbano e também para a criação de novas cidades, tais como Brasília. Já o modelo de urbanismo culturalista considera que a cidade do século XX, ao perder seus valores historicamente aceitos, perde também suas qualidades espaciais. Dentro desse mesmo pensamento culturalista, Choay denominou de Antrópolis o modelo voltado para um planejamento mais humanista, que é o resultado do trabalho de profissionais de vários campos de saberes. Nesse modelo, três tendências foram marcantes: a localização humana como enraizamento espaço-temporal, o ponto de vista da higiene mental e a análise estrutural da percepção urbana. Os representantes mais expressivos desse modelo, foram Patrick Geddes, Marcel Poete, Lewis Mumford, Jane Jacobs, Leonard Duhl e Kevin Lynch.

Nesse contexto, os estudos sobre o espaço de KOHLSDORF (1985, p. 33) mostram uma continuidade nos trabalhos de F. Choay, em que discute o

³⁴ CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidade – uma antologia. S. Paulo: Perspectiva, 1979.

³⁵ KOHLSDORF, M. E. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, R. L. (Org.). **O espaço da cidade**: contribuição à análise urbana. S. Paulo: Projeto, 1985.

espaço como um processo interdisciplinar, ou seja, o espaço como meio ambiente de vivências, servindo de base para as normas de desenho urbano. Para essa autora, desde o início do século XX, já se fazia uma crítica ao urbanismo, quase simultânea à própria colocação em prática das idéias progressistas e culturalistas. Segundo ela “...é da Inglaterra e dos Estados Unidos que vem a expressão Planejamento Urbano, traduzindo certos princípios que caracterizaram esta crítica ao urbanismo”. Isto é, o órgão responsável pelo planejamento da cidade passou a constituir-se de procedimentos racionais que têm como finalidade a preparação da tomada de decisões, estas no sentido de conduzir os processos urbanos para metas e objetivos previamente estabelecidos. Salienta ainda que a obra de Geddes, *Cities in Evolution*, continuada por Mumford em 1930, introduzia novas maneiras de pensar a cidade, que passa a ser definida a partir de uma realidade histórica e dentro de uma visão processual, destacando-se os aspectos dinâmicos. Segundo a autora, essa definição permitiu o desenvolvimento de uma metodologia de investigação da questão urbana, de forma interdisciplinar, fundada sobre conhecimentos sociológicos, tecnológicos, econômicos e físico-espaciais. Dessa forma, “a cidade tornou-se uma entidade observada à luz de raciocínios que se voltam a definir problemas na mesma, e a propor soluções para eles, compondo um movimento de controle dos processos humanos. Esta característica foi fazendo com que o planejamento urbano se afirmasse como instituição intimamente associada ao poder público e, obviamente, com ele comprometida”. Assim, Kohlsdorf ressalta que, em oposição ao urbanismo, que propõe a especialização, o planejamento urbano propõe a interdisciplinaridade, no entanto, devido à divisão profissional e acadêmica herdada do positivismo, tem falhado nas tentativas de retomar uma visão global da cidade.

Dessa forma, Sá (1991, p. 21) salienta que, no Brasil, o urbanismo tem uma herança direta do urbanismo progressista europeu, destacando-se o francês, que foi marcado pelo alheamento das questões sociais e continua a seguir essa tendência sem analisar sua inadaptação à atual realidade. As palavras de KOHLSDORF (1985, p. 58) são enfáticas nesse progressismo francês: “apresentam-se na medida em que o fato urbano é definido como um fenômeno unicamente físico, que em seu campo disciplinar atuam quase somente arquitetos e engenheiros civis, e que as proposições resultantes tratam o espaço urbano como um grande edifício”. Essa autora ainda complementa que “o urbanismo

brasileiro não é crítico, é especializado, e não questiona a cidade como processo social...não existe, assumida e explícita, uma atitude de análise dos aspectos das cidades brasileiras e esse fato transparece nas propostas de novas capitais, como Belo Horizonte e Goiânia”, criadas respectivamente na virada do século e no final dos anos trinta. Os princípios do urbanismo progressista francês, passadas algumas décadas, funcionam como diretrizes para os projetos apresentados no concurso público para o Plano Piloto de Brasília, realizado no final dos anos 50. A escolha do projeto vencedor, o de Lúcio Costa, reflete o pensamento sobre o urbano que então se desenvolvia no Brasil, ficando evidente a enorme influência desse urbanismo com idéias progressistas. Essa influência reforça as diretrizes propostas na Carta de Atenas, datada de 1933, documento síntese do urbanismo progressista, resultado de preocupações que elevaram o urbanismo no primeiro plano, a partir de 1930, nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM).

Nesse contexto, mostramos a influência de modelos estrangeiros sobre o urbanismo brasileiro e o quanto exemplos como a cidade de Brasília não são bem vistos, constatando-se que essa dependência evidencia o afastamento de nossa realidade. Os valores modificaram-se, ao tratarmos de uma população urbana composta de pobre. Agora, faz-se necessário distinguir entre os pobres, os muito pobres e os indigentes, assim como não mais falar de favelas, invasões ou assentamentos de população de baixa renda, como nomes que servem para indicar áreas de aglomeração urbana, pois, pelas suas extensões e tempo de existência, acabam perdendo seu caráter inicial de exceção, estranheza e passam a diluir uma nova normalidade. SÁ (1991) destaca, como exemplo, as favelas do Rio de Janeiro, cuja população representa quase a terça parte da população da cidade.

A autora, ao referir-se a essa nova normalidade, não afirma que devemos entender a pobreza, por exemplo, como um fato normal, mas destaca que essa visão é um dos diversos olhares sobre o urbano. Essa visão “aprofundada”, muitas vezes, é deixada em segundo plano por arquitetos e urbanistas, ao desprezarem a crítica e a reflexão em nome da pretendida objetividade e da preocupação com o desenho como produto final, evidenciando profissionais que levam em conta o processo e não os seus porquês. Na realidade, isso se deve ao ensino do urbanismo, que permanece com sua estrutura inalterada, em

desencontro às mudanças sociais, para continuar privilegiando uma abordagem progressista que insiste no elogio da modernidade.

Recentemente, OLIVEIRA L. (2004) fez uma abordagem sobre o termo “interdisciplinaridade” e o termo “paisagem”. Para a interdisciplinaridade, a autora aponta que cada disciplina científica aparta suas estratégias, suas técnicas e suas contribuições, salientando que há a necessidade de todas as abordagens. Entretanto, muitas vezes, ocorre que todas as disciplinas desejam coordenar, aparecer e prevalecer suas posições e impor sua ótica. Destaca que, acima de tudo, essa troca de idéias e de posturas embasam o trabalho interdisciplinar e a procura de soluções, para encontrar saídas para as questões do meio ambiente. Quanto à paisagem, ela acredita que sempre foi de responsabilidade do geógrafo e que, até meados do século XX, foi um conceito muito valorizado e utilizado, mas com o ressurgimento da Geografia Humanista, entre os geógrafos anglo-saxões e da Geografia Cultural entre os franceses, a paisagem começou a ser vista com outros olhos, adquirindo foros de categoria de análise juntamente com o de lugar, de território, de espaço e outros que estavam meio relegados.

Para OLIVEIRA L. (2004), atualmente, quase em todas as pesquisas científicas incluem um ou outro aspecto da paisagem, abordando temas como: paisagem valorizada, paisagem vivida, paisagem do cotidiano, paisagem do medo, paisagem simbólica, entre outros. Essas pesquisas destacam o sentimento, quer afetivo ou ético, considerando importante resgatar a ética das relações humanas com a natureza e destacando que o canal de comunicação está aberto, mediante o estudo da paisagem na abordagem interdisciplinar, participando os mais variados pesquisadores, construindo um novo olhar sobre a cidade.

E, nessa busca por uma abordagem interdisciplinar sobre o urbano, iniciamos aqui a discussão sobre a contribuição da abordagem fenomenológica do espaço aos estudos teóricos do planejamento urbano. Nessa abordagem, as vivências e as experiências do homem sobre o lugar, bem como os significados dos elementos urbanos em seu entorno, percebidos e construídos em suas mentes, possuem valores, cuja interação revela o mundo vivido.

Nessa perspectiva fenomenológica, os conceitos de espaço e de lugar adquirem significados e interpretações que vão além da dimensão exclusivamente territorial, adotada pelos urbanistas. Nesse sentido, essa contextualização

acontece devido à interdisciplinaridade dos olhares sobre o urbano, na qual a percepção do homem sobre o espaço possibilita refletirmos sobre novos paradigmas para a análise do espaço urbano e a contribuição da Geografia Humanística nessa vertente fenomenológica ao planejamento urbano.

Dentro desse contexto, a abordagem do espaço, nessa perspectiva interdisciplinar, ao fazer a interface com os diversos campos de saberes remete-nos a afirmação de Phillippe Pinchemel, na qual “a Geografia tem a ver com tudo... Ela está na encruzilhada de numerosos caminhos que vão da Antropologia à Sociologia, da natureza à Ecologia, das ciências da Terra às estatísticas...”. (TRYSTAM, 1994, p. 475 *apud* MENDONÇA, 2002, p. 136)

Nesse sentido, MENDONÇA (2002, p. 141) destaca que, diante da “...natureza cambiante do mundo contemporâneo, e da intensidade da velocidade que o qualifica, impõe a necessária simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo da geografia”. Salienta ainda que “...um novo pensamento desencadeador de mudanças, não se consolida se não exercitar um diálogo de saberes distintos e sem demover resistências, mas estes acabam por lapidá-lo, pois proporcionam a experimentação de ousadias e profundo repensar de formulações”.

Essa pesquisa, ao olhar o espaço urbano por meio da abordagem fenomenológica, coloca em prática o exercício de um ecletismo metodológico, cujos “...métodos e técnicas devem ser considerados como não sendo de domínio de nenhum conhecimento particular, mas que são momentaneamente requisitados por uma ciência ou outra”. (FERNAND JOLY citado por MENDONÇA, 1998, *apud* MENDONÇA, 2002, p. 140) Dessa forma, MENDONÇA (2002) ressalta que há que se ter a lógica, a seriedade e a coerência na escolha de metodologias e técnicas condizentes com o objeto de estudo para a obtenção de resultados concisos.

CAPÍTULO II

A ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DO ESPAÇO

2.1 CONTEXTUALIZANDO A FENOMENOLOGIA

Neste trabalho, objetiva-se colocar em evidência a importância dos estudos teóricos da Geografia Humanística, em sua vertente fenomenológica, enfatizando os estudos de significados e de valores e o conceito de mundo vivido, embasando assim, o mundo da experiência. Segundo AMORIM (1999), a Fenomenologia só se consolidou como uma filosofia madura e aceita universalmente na primeira metade do século XX. Uma atitude fenomenológica parece ter estado presente em várias das etapas anteriores da evolução da atividade geográfica. No que se refere aos estudos dos espaços vividos e valorizados, ele destaca que, a partir dos anos 60 e 70, a Fenomenologia conquistou papel importante na Geografia, tornando-se tema fundamental da corrente da Geografia Humanística.

A Fenomenologia, ao embasar os trabalhos de Geografia Humanística, procurou levantar as experiências concretas do homem e encontrar nessas experiências uma orientação que não as limitasse a uma simples sucessão, ou seja, propôs-se a analisar as vivências intencionais da consciência para perceber o sentido dos fenômenos e cujo fenômeno global é o próprio mundo. (DARTIGUES, 1973, p. 163 *apud* KOZEL, 2001, p. 133) Assim sendo, KOZEL coloca que “...a geografia humanística se estrutura incorporando às suas análises traços do antigo humanismo como a visão antropocêntrica do saber, abordagem holística, considerando o homem como produtor de cultura, não apenas pelas análises das propriedades objetivas, mas também, considerando a sua subjetividade e significados, transformando-o em lugar”. (KOZEL, 2001, p. 132-133)

Dentro desse contexto, a autora complementa que “...a consciência humanista, objetiva, portanto uma nova relação com o mundo e uma nova dimensão de homem, pois toda a ação humana está vinculada a um contexto, seja ele social, físico, econômico, porém a abordagem deve ser integral, jamais perdendo de vista o todo, embora o estudo possa estar centrado apenas na parte”. Salienta ainda a importância de resgatar o homem e seus valores através

do viés humanista, “...não somente aquele que é dotado de razão, mas sim aquele que é dotado de sentimentos, que reflete e crê. Este movimento tem por objetivo resgatar as tradições autênticas, desvirtuadas pelo racionalismo e cientificismo”. (KOZEL, 2001, p. 132)

Nesse sentido, a autora destaca que, ao se trabalhar com a subjetividade do homem,

“...a Geografia passa a estabelecer ligações com outras áreas do conhecimento com a Arte, a História, Sociologia, Antropologia, Psicanálise, Psicologia e Linguagem, buscando subsídios para as interpretações culturais, o que torna imprescindível a reunião do maior número possível de elementos referentes a valores e significações de um grupo. Muitos desses estudos não são considerados como científicos por diferir em termos metodológicos, pois estas análises vão além dos domínios do racional, atingindo as significações, do simbólico”. (KOZEL, 2001, p. 137)

Assim, a Fenomenologia ao reaproximar as ciências de nossas vidas, analisa ações e projetos a partir de experiências, relativas à percepção do mundo e seus objetos. Para chegar à experiência, é preciso buscar as essências ou variáveis imaginárias, nas quais essas essências são significações produzidas, isto é, a percepção, o pensamento, a memória e a imaginação, que propicia a essas significações um caráter universal, intersubjetivo e absoluto. (HOLZER, 1997 *apud* KOZEL, 2001, p. 134)

Segundo KOZEL (2001, p. 135), os efeitos dessa corrente de pensamento “Fenomenologia” ocorreram com maior ênfase nos Estados Unidos e Canadá, onde se destacaram os geógrafos Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Leonar Guelke, cujas obras salientaram a importância dos lugares, do mundo vivido, dos significados e das representações. Eles buscavam uma concepção de mundo, diversa da cartesiana positivista, relacionando de maneira integral o homem e seu ambiente.

ENTRIKIN (1976) destaca que o uso do termo fenomenológico na perspectiva humanística teve origem em dois artigos na *The Canadian Geographer*, sendo um de E. Relph e outro de Yi-Fu Tuan. Desde então, vários geógrafos sugeriram a aplicação da perspectiva fenomenológica para o estudo da Geografia. Salienta também que a “fenomenologia” foi o termo mais freqüente usado pelos geógrafos humanistas ao descrever sua abordagem e afirma que, antes de ser incorporado à Geografia Humanística, pouca atenção recebeu na elaboração de seu significado. KOZEL (2001) observa que os trabalhos de

RELPH “...foram um dos primeiros a apresentar os conceitos da Fenomenologia associados à Geografia, buscando uma nova perspectiva para entender a constituição do mundo, onde a fenomenologia apresentava condições ideais para o projeto humanístico, principalmente de forma de resgatar os aspectos esquecidos pela geografia tradicional”. Já a obra de Yi-Fu Tuan restabelece o contato entre o mundo e as significações, buscando a essência dos conceitos de espaço, homem e experiência, cujo lugar encerra tanto a experiência como as aspirações de um povo. Fundamentado em Bachelard, propõe um estudo geográfico, “...baseado no amor do homem pela natureza e cria o conceito de TOPOFILIA, que define como sendo *o elo afetivo existente entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico* e TOPOFOBIA, que corresponde ao oposto”. (KOZEL, 2001, p. 135)

Essa vertente geográfica, ao incorporar a Fenomenologia, busca renovar a Geografia, evidenciando as bases teóricas do olhar geográfico, pois o aporte humanístico, torna-se imprescindível para se proceder às análises das marcas culturais e sociais. Assim, “...o estudo das percepções, ao incorporar as subjetividades inerente ao vivido e às construções simbólicas do espaço, contrapõem-se ao espaço topológico mensurável, fruto da racionalidade. É como nos diz Bachelard: ‘todos os espaços de intimidade designam-se por uma atração... e nestas condições, a topoanálise traz a marca de uma topofilia’, ou seja, um espaço percorrido pelas linguagens provenientes do vivido”. (KOZEL, 2001, p. 112)

Segundo a autora citada, a vertente humanística da Geografia se consolida-se partir da *Behavioural Geography* ou Geografia do Comportamento, cujo caráter comportamental, advém da Psicologia respaldada na cognição, na qual a linha teórica *a priori* tinha por objetivo explicar os comportamentos espaciais dos indivíduos, por meio da percepção e da memorização visual, relacionadas ao seu ambiente. Surgem, então, as primeiras noções de cartas mentais ou cognitivas. A abordagem humanística surge em contestação às visões cartesiana e estruturalista, que permeavam as análises geográficas, apoiando-se nas filosofias dos significados, tais como a Fenomenologia, o Existencialismo e a

Hermenêutica³⁶, buscando compreender os significados das experiências humanas e conseqüentemente o mundo vivido.

³⁶ A Hermenêutica é a arte de compreender, de interpretar, de traduzir de maneira clara signos inicialmente obscuros. A primeira função da Hermenêutica foi entregar aos profanos o sentido de um oráculo. A Hermenêutica progressivamente penetrou no domínio das ciências humanas e da filosofia, segundo J. M. BESSE e A. BOISSIÈRE. **Précis de Philosophie**. Paris: Nathan, 1998, p. 52-53. Disponível em: <<http://www.terravista.pt/ancora/2254/lexf.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2004.

2.1.1 A ORIGEM DA FENOMENOLOGIA

Para compreender melhor os estudos fenomenológicos, faz-se necessário falar do filósofo alemão Edmund HUSSERL (1859/1938), que é considerado o fundador da Fenomenologia moderna. A Fenomenologia husserliana, segundo ENTRIKIN (1976), procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, por meio de uma ciência da experiência e da reflexão, tornando possível observar as coisas tal como elas se manifestam em sua pureza original e descrevê-las. É a investigação daquilo que é genuinamente possível de ser descoberto e que está potencialmente presente, mas nem sempre visto, por meio de procedimentos próprios e adequados. É o encontro com “as coisas mesmas”. Para tanto, Husserl propõe a suspensão de qualquer julgamento, abandonando os pressupostos em relação ao fenômeno que se apresenta, ao que denomina de “suspensão fenomenológica” ou *epoché*. A essa ciência da experiência, Husserl denominou de *Psicologia Rigorosa Descritiva*. Em seu texto, *Investigações Lógicas*, procurou mostrar que há uma diferença de direito entre a Psicologia e as ciências normativas puras, considerando que as leis lógicas não fundamentam a Psicologia, pois considera o psíquico como um fenômeno e não como uma coisa física, palpável. Fenômeno, para o filósofo alemão, é consciência enquanto fluxo temporal de vivências, apresentando intencionalidade enquanto estrutura, e um ato intencional é um ser individual “consciente de alguma coisa”, no qual os fenomenólogos afastam todas as questões referentes ao que é real no mundo.

A Teoria da Intencionalidade da Consciência, concebida por Brentano, um dos pensadores que inspiraram as idéias de HUSSERL, postula que toda atividade é direcionada para um objeto. Essa dicotomia ato-objeto, foi considerada por HUSSERL. Entretanto, ele incorporou também o significado, criando uma relação tricotômica. Contudo, o significado, atribuído aqui, vem da expressão “noemata”, na qual ele se baseia nas idéias de Frege. Essa tricotomia poderia ser expressa como “ato-noemata-objeto”. Frege apud ENTRIKIN (1976) acreditava que havia distinção entre um significado da palavra e seu referente. Então, um nome teria significado diferente, apesar de apresentar o mesmo referente, introduzindo, desse modo, a tricotomia nome-significado-referência. Assim, o *noema* da tricotomia de HUSSERL, introduz o conceito de significado

para todo ato consciente. E complementando esta discussão FOLLESDAL *apud* ENTRIKIN (1976) afirmou:

O que Husserl tentou criar com sua fenomenologia foi nova ciência, uma ciência de neomata... O fenomenólogo não se preocupa com o que está ou não o mundo em torno dele. Ele não se perturba pelo fato de que alguns de seus atos em objetos, outros não, mas se dirige para o noemata de nossos atos. Esses são os fenômenos que ele considera. O mundo real é reduzido a um correlativo de nossos atos, que o constitui, produzindo-o... se alguém fosse descrever a fenomenologia resumidamente diria isto: uma investigação do a priori, do necessário. Sua intenção é semelhante à de muitos outros filósofos da antiguidade. Mas seus métodos e o ponto de referência geral de atos, noemata e objetos dentro dos quais ele tenta dar sentido à sua intenção, são diferentes. FOLLESDAL *apud* ENTRIKIN (1976 p. 9)

LAURER (1958) *apud* ENTRIKIN (1976) destaca que, para HUSSERL, dizer que alguém tenha apreendido a essência de alguma coisa é dizer que apreendeu seu significado, evidenciando a Fenomenologia tanto como ciência de essências quanto ciência de significados. Com sua teoria fenomenológica, HUSSERL influenciou diversos pensadores que, por serem seus discípulos ou por entrarem em contato com a sua obra, de alguma outra forma, acabaram divulgando essa filosofia e atribuindo a ela outros rumos. Destacam-se, como exemplo: Heidegger, Sartre, Max Scheler, Merleau-Ponty, Gabriel Marcel, Tran Duc Tao, Nicolai Hartmann, entre outros. Definem-se, assim, duas grandes fases européias da Fenomenologia, a Fase Alemã e a Francesa, que embora tivessem uma orientação geral aparentemente simples e clara (a busca de um retorno às coisas tais como elas se apresentam diretamente à nossa consciência), são quase tantas quantos são os fenomenólogos. (AMORIM, 1999)

A análise da paisagem sob a perspectiva fenomenológica, no contexto da Geografia Humanística, significa colocar-se numa postura de investigador, com o intuito de desvendar as relações espaciais simbólicas impressas pelos valores e sentimentos, assim como as representações que figuram, neste espaço. Assim, a Geografia, diante deste novo contexto, "...é criticada pela diversidade de postura e ambigüidades existentes no discurso dos geógrafos humanistas, que em suas obras estabelecem ligações com os domínios mais diversos, não constituindo uma metodologia única". (KOZEL, 2001, p. 138) E complementa que, segundo ENTRIKIN (1976), o consenso entre os geógrafos humanistas parece ser de que nenhum método é aceitável. Somente um entre todos é capaz de obter uma

compreensão das metas, das intenções, dos sentidos e dos valores que o homem atribui ao seu ambiente. Esse método sugerido pelos humanistas é intuitivo, "para entrar na mente" dos indivíduos que estão sendo estudados.

Nessa perspectiva, KOZEL (2001, p. 138) destaca que essa corrente de pensamento incorpora a percepção e os comportamentos humanos ao geográfico, norteadas pelos aspectos cognitivos, a qual, por deste embrião significativo para a compreensão dos símbolos, relacionados às ações humanas, redireciona a abordagem em direção aos conceitos de espaço vivido, lugar e território.

Dentro desse contexto, discutiremos neste trabalho, dentro de uma perspectiva fenomenológica, a abordagem do espaço, que deixa de ser vazio e abandonado, ao qual atribuímos qualidades e significados, de forma que a apreensão dos espaços não seja somente através dos sentidos, mas pelas vivências, percebendo-os como lugar no qual projetamos nossa personalidade e ao qual somos ligados por limites emocionais.

2.1.2 A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO DE ABORDAGEM DO ESPAÇO

Segundo RELPH (1979), a Fenomenologia é fundamentalmente um método. Esse método já teria provado sua riqueza em outros domínios disciplinares e poderia, portanto, revelar-se frutífero para o projeto humanista que revaloriza aspectos esquecidos na Geografia tradicional. Ele sublinha dois pontos que dariam um nova dimensão aos estudos geográficos na perspectiva fenomenológica. O primeiro, de caráter de utilidade de todo fato cultural, sempre inscrito dentro de uma perspectiva prática, ativa ou potencial. O segundo ponto é o incontornável caráter antropocêntrico de todo conhecimento, do qual se deriva uma explicação que só é satisfatória à medida que é fundada sobre a compreensão das intenções e das atitudes humanas. Assim, a fonte legítima do conhecimento é a explicação centrada sobre as experiências vividas cotidianamente e contextualizadas a partir dos instrumentos culturais que lhes são relativos. (GOMES, 1996, p. 326)

RELPH (1979, p. 4), afirma que a descrição e a interpretação fenomenológica oferecem métodos bem desenvolvidos para se realizar essa tarefa e que, de modo algum, duas considerações do método fenomenológico são semelhantes, pois muitas são expostas num jargão³⁷ que é difícil penetrar.

Para essa compreensão, o autor acima citado destaca Don Ihde (1973), John Wild (1963) e Herbert Spiegelberg (1975) que oferecem breves considerações sobre descrições fenomenológicas: "... antes de tudo, a intenção é descrever, não explicar, fenômenos da experiência imediata e estes incluem literalmente qualquer coisa experimentada, ou seja, lugar, silêncio, existência, contato interpessoal, etc.". Contudo, para atingir essa finalidade, é necessário excluir as crenças nas explanações e nas considerações existentes e, igualmente, sobre os nossos próprios preconceitos, e tentar colocar-nos na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno. WILD (1963) observou que "a habilidade para acompanhar imaginativamente os atos e atitudes dos outros é essencial a toda fase da pesquisa fenomenológica". Isso significa que, não envolve necessariamente idealismo e a recusa de nossas próprias experiências, "mas retroceder a elas e examiná-las com o que pode ser considerado semi-

³⁷ Jargão é o vocabulário próprio de uma determinada profissão ou atividade, linguagem técnica ou gíria. Larousse Cultural. Dicionário da Língua Portuguesa, Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo

consciência não envolvida – uma aproximação que foi especialmente importante para Sartre (1965) e Merleau-Ponty (1962)”. Destaca ainda que, nesse processo de perda de significados para objetos, os significados originais do mundo vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais “...e apesar de vivermos nele, o mundo vivido não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos”.

Segundo o autor, a perspectiva fenomenológica poderia resolver, em razão mesmo de sua aceitação da subjetividade, o problema da dicotomia geográfica entre o homem e a natureza: “O homem e o mundo constituem uma unidade através de suas mútuas implicações, então é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo e somente através do exame destas intenções poderemos tentar compreender esta unidade”. (GOMES, 1996, p. 327)

Essa metodologia, baseada nos conceitos da Geografia Humanística em sua vertente fenomenológica, visa identificar os referenciais arquitetônicos e urbanísticos mais relevantes da área de estudo desta pesquisa, consolidando-se a partir da percepção dos moradores da favela e do entorno. Essa percepção é importante, pois, de acordo com MERLEAU PONTY (2000, p. 64), a percepção que os outros têm do mundo deixa-nos sempre a impressão de uma palpação cega, de forma que a percepção do mundo pelos outros não pode entrar em competição com a de quem que está fora do contexto, ou seja, cada pessoa assimila de um modo e tem sua própria percepção do vivido.

O autor busca rever e redefinir as noções mais fundadas sobre o mundo, com novas palavras, empreendendo uma verdadeira reforma sobre o entendimento, evidenciando o homem que não mais se reconhece, convidando-o a pensar-se como enigma. E ressalta “...ao mesmo tempo é verdade que o mundo é o que vemos e que contudo, precisamos aprender a vê-lo”. Assim é a Fenomenologia, uma releitura do espaço.

2.1.3 ANÁLISE E PERCEPÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DAS IMAGENS DO VIVIDO

As imagens do mundo vivido resultam das experiências vividas no cotidiano e das representações de ordem simbólica. A ordem simbólica não está ligada à racionalidade da mesma forma que os comportamentos e as atitudes no espaço também não advém dela. “É por isso que toda análise que pretende ter acesso às verdadeiras motivações do comportamento social no espaço não pode partir de modelos lógicos. O método de interpretação consiste em resgatar o sentido a partir daquilo que circula entre a esfera da ação e da representação, projetado sobre o espaço”. Para se chegar a essa interpretação, é preciso compreender o código complexo de signos e representações simbolizado no espaço. (GOMES, 1996, p. 323)

O espaço que contempla simbolizações e signos ao adquirir identidade, passa à condição de lugar. (TUAN, 1983) A medida que este lugar é vivido pelo homem, as imagens são, gradativamente, construídas a partir das experiências. Essas imagens espaciais vividas ao serem analisadas e interpretadas permitem revelar as percepções do espaço.

Nesse sentido, BLEY (1982, p. 15), considera que, para estudarmos a percepção do espaço, é preciso remeter-nos aos trabalhos de Lynch, pois este preocupou-se fundamentalmente com a questão da forma como “são vistas” as imagens e a importância destas para o desenho da cidade. Segundo BLEY, o objetivo de Lynch foi considerar a necessidade de identidade e estrutura em nosso meio perceptivo e demonstrar a importância da imaginabilidade no complexo meio urbano. Assim, o autor complementa que Lynch ao criticar o trabalho daqueles que chamou de “fabricantes de espaço”, afirmou “...que eles têm uma visão externa dos espaços urbanos e que é característica de nossa época os especialistas trabalharem a partir de dados, passíveis de quantificar e de cartografar, sem levar em conta as reações afetivas da população”. Dessa forma, essa nova atitude somente seria possível com o desenvolvimento dos estudos de percepção do espaço urbano. A paisagem urbana supõe não somente a visão de elementos singulares (quer por sua forma, função ou situação se destacam na malha urbana) e constantes (por sua repetição torna homogênea a malha urbana) mas também a interação da experiência individual.

Nesse sentido, LYNCH (1997, p. 51) coloca que existem outras influências atuantes sobre a imaginabilidade, como o significado social de uma área, sua função, sua história, remetendo-nos a um espaço criativamente transformado pelos grupos humanos, que denominamos de espaço social. Ao estudarmos esse espaço, compreendemos as transformações e as crises sociais, apreendidas no conjunto de fatos, de acontecimentos, de paradoxos ou de contradições que caracterizam a sua transformação no mundo moderno. As transformações desses espaços refletem a diversidade e as desigualdades na divisão de riqueza. Essa explicação foi criada por Marx na segunda metade do século XIX, continua atual e fecundando diversas interpretações sobre o espaço. (FERRARA, 1993, p. 232-233)

Segundo FERRARA (1993), o próprio conceito de espaço social, transformado ou em transformação pela ação de seus usuários, impõe um esforço interdisciplinar de diálogo entre as várias ciências que se ocupam do espaço social, no sentido de produzir não uma explicação, mas uma interpretação que se apóia em percepções sensíveis do espaço social a fim de construir a sua inteligibilidade. Dessa forma, a autora aponta a Semiótica como uma operação interdisciplinar entre o sensível e o inteligível, na qual o espaço social tem como objeto de estudo a linguagem do espaço, o modo como se representam e suas transformações. A Semiótica do espaço social registra, flagra, coleciona, compara esses signos (marcas que os processos de transformação social deixam no espaço), para, a partir delas, interpretar a transformação. A transformação do espaço social, apreendida nas suas imagens, constitui uma representação mediadora das explicações das demais ciências, pois, se a imagem do espaço social é ilusória à luz da explicação científica, é real e objetiva como expressão concreta do espaço. Se contradiz a lógica explicativa e ilude sua racionalidade, é essa imagem que identifica a dimensão social do espaço e termina por ser a sua própria realidade. Ressalta ainda que “...essas imagens são metáforas do espaço que se multiplicam e se adensam, superpondo-se umas às outras, de tal modo que a sua percepção substitui o próprio espaço, e são mais fortes do que qualquer explicação racional”. (FERRARA, 1993, p. 234,236)

Assim, a autora salienta ainda que a Semiótica ao dialogar com outras ciências humanas, tomando-as também como linguagem, permite uma transdisciplinaridade, que é a interpretação do caráter interdisciplinar da ciência

moderna. Rompe-se, assim, a divisão entre as ciências e alargam-se os problemas e os campos de investigação. Dessa forma, encontram-se as ciências que buscam interpretar e explicar as transformações sociais que ocorrem no espaço, sobretudo, o urbano, e a ciência da linguagem que flagra, no espaço, as marcas daquela transformação e, pela análise da sua natureza, procura chegar às crenças, aos valores, aos hábitos e às expectativas humanas que transformam o espaço.

As imagens do espaço vivenciado encontram na Semiótica a interpretação dos signos, inferindo-lhes significados. Contudo, associadas a abordagem fenomenológica do espaço, permitem-nos lacrar as brechas interpretativas da realidade urbana e analisar e perceber o espaço como um todo.

2.2 CONCEITUANDO O ESPAÇO VIVIDO

Segundo KOZEL (2001), o conceito de “espaço vivido” foi criado por Armando Frémont³⁸ (1976) em um de seus trabalhos denominado “*La région, espace vécu*”, em que evidencia as relações dos homens com os lugares em duas escalas diferentes, denominadas de espaço de alienação e espaço vivido. Frémont afirma que, na alienação, os valores do espaço esvaziam-se progressivamente, reduzindo-o a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos de apropriação e pelos condicionamentos da reprodução social, o que distancia o homem do espaço onde vive, devido à descaracterização. Destaca que o homem, ao criar um sentido para as formas do mundo, estas não são mais que o objeto. Apenas sugerem algo mais amplo, ou seja, o espaço cultural e social do ator que produz uma interação entre as formas e o entendimento humano. Dessa forma, fica evidente quando Frémont afirma que “se a região existe, ela é um espaço vivido, visto, percebido, sentido, amado ou rejeitado, modelado pelos homens e projetando sobre ele as imagens que ele mesmo modela”. (KOZEL, 2001, p. 148)

Nesse sentido, a autora ressalta que

“...o espaço, ao ser analisado por outras correntes de pensamento, encerra-se como principal objeto da pesquisa geográfica, para ser analisado apenas como uma dimensão afetiva e imaginária do homem, denominado espaço vivido, integrando o espaço representado que conseqüentemente é o espaço de vida. Esta coerência espacial que se funde no espaço vivido, pode ser observado em todas as escalas desde a casa, o bairro, a cidade, um vale, a serra, o lugar”. (KOZEL, 2001, p. 148)

Dentro desse contexto, RELPH (1979, p. 3) afirma que o conceito de “mundo vivido” ou *Lebenswelt*, que dá suporte teórico a essa abordagem geográfica, é proveniente da Fenomenologia e os primeiros estudos foram iniciados em 1970 por Husserl. KOZEL (2001) salienta que Husserl definiu o mundo vivido como conjunto de coisas, valores, bens e mitos inerentes a um mundo subjetivo, mundo este onde nos colocamos frente a experiências diversas, e através da reflexão o sentido e a transcendência do próprio mundo se explicam.

³⁸ FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976

Em 1955, JAMES apud RELPH (1979, p. 2-3), descrevia o mundo das experiências pessoais concretas, ao qual a rua pertence, como um mundo multifacetado, de imaginação, entrelaçado, constrangedor e desorientado. Essa descrição de mundo, os fenomenologistas, mais tarde, vieram a chamar de mundo vivido, ou seja, aquele mundo de ambigüidades, de comprometimentos e de significações no qual estamos envolvidos em nossas vidas diárias, "...um mundo de acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados, e no qual a rua é um pouco mais do que um espaço vazio entre duas linhas num mapa".

RELPH (1979, p. 3) ao referir-se ao mundo vivido, ressalta que:

...o mundo vivido tem de fato sido coberto com "um tecido de idéias", que vêm sendo aceitas como a verdade, e a realidade é considerada como sendo as qualidades objetivamente demonstráveis dos objetos, enquanto o mundo-vivido é visto como subjetivo (no sentido pejorativo), transitório e trivial. Através da aceitação crescente de uma visão científica do mundo, os fatos imediatamente experienciados do mundo-vivido são vagarosamente transmutados em abstrações – indivíduos e grupos de pessoas tornam-se casos e exemplos de categorias, os lugares tornam-se localizações.

Dessa forma, o mundo vivido perde seus significados para os objetos, comodidades e rotinas da vida diária numa sociedade comercial e burocrática, ou seja, por exemplo, uma mercadoria é adquirida "...não por causa do seu valor intrínseco, mas por causa do seu valor de troca ou porque está na moda; a vida se torna uma sucessão de rotina". (RELPH, 1979, p. 3) Essa mudança de valores é denominada por Heidegger (1962, p. 168) de "inautenticidade", Marx (1972, p. 100-109) descreveu em parte como "alienação" ou "afastamento", mas, por qualquer nome que seja conhecida, é uma atitude que envolve o obscurecimento dos significados do mundo vivido. Assim, RELPH (1979, p. 4) conclui que "...os significados originais do mundo vivido estão constantemente obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais e apesar de vivermos nele, o mundo vivido não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm que ser descobertos".

HUSSERL (1970, p. 145-146 *apud* RELPH, 1979, p. 5) identificou dois componentes maiores do mundo vivido, ou seja, existem dois mundos vividos: um mundo pré-determinado ou natural de coisas, formas, ou seja, o mundo que vemos e sentimos. E, em contraste com esse mundo natural pré-determinado, há

o mundo vivido social ou cultural, que é o mundo que compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos.

O mundo vivido social é essencialmente subjetivo, derivado do contato com outras pessoas, dos modos de existência nele e está relacionado a problemas sociológicos e psicológicos. Quanto ao mundo vivido cultural, há poucos relatos sobre ele. Constitui-se pelos elementos urbanos, os espaços, as ruas, os edifícios e as paisagens, em geral, que podem ter significados para nós, pois estamos estreitamente envolvidos com eles. (RELPH, 1979, p. 6) Todavia, KOZEL (2001, p. 149) salienta que esses aspectos não estão claramente definidos e confundem-se com os relacionados ao mundo vivido social, e que MERLEAU-PONTY reconhece essa ambigüidade, afirmando que:

...assim como a natureza acha seu caminho para o centro da minha vida pessoal e torna-se inextricavelmente ligada a ela, também os padrões de comportamento instalam-se nos da natureza, sendo depositados na forma de um mundo cultural. 'Não tenho apenas um mundo físico, não vivo apenas no meio da terra, ar e água, tenho em torno de mim estradas, plantações, cidades, ruas, igrejas, implementos, um sino, uma colher, um cachimbo (...) Algumas maneiras de existência ou de vida podem achar seu lugar (...) na paisagem através da qual eu vagueio. O mundo cultural é (...) ambíguo, mas está presente'. (MERLEAU-PONTY, 1962, p. 147 apud RELPH, 1979, p. 6)

O mundo cultural ao qual Merleau-Ponty refere-se tem, portanto, elementos natural e social pré-determinados e toma como exemplo as modificações reais e simbólicas do *Grand Canyon*, transformando-o numa atração turística. Nesse caso, o envolvimento com o mundo cultural adquire numerosas e diversas formas, implicados com ele pelos sentidos, pelos movimentos, pela linguagem e pelos símbolos. Em sua visão, o real e o simbólico se misturam, interpenetram-se. Resumindo "...o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse". (RELPH, 1979, p. 7)

O conceito de mundo vivido geográfico é em seu sentido mais simples, o mundo experienciado como cenário, tanto o natural como o construído pelo homem e também como ambiente que provê sustento e uma moldura para a existência. É ainda uma visão que busca renovar e revalorizar o estudo das regiões sob o ângulo do espaço vivido, isto é, tomando o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares.

DARDEL (1952, p. 47 apud RELPH, 1979, p. 7) ressalta que o mundo vivido geográfico tem inspirado gerações de pintores de paisagens; arquitetos, construtores de cidades e engenheiros que procuram modificá-lo; fazendeiros que querem cultivá-lo e aqueles que o contemplam, nele viajam e exploram, seja na escala de vizinhança ou na expedicionária, também têm inspirado e influenciado numerosas religiões, filosofias e teorias. “...é simplesmente o mundo dos espaços, paisagens e lugares, o qual todos devemos encontrar em nossas vidas diárias”.

Segundo Relph (GOMES, 1996, p. 327), a perspectiva fenomenológica poderia resolver o problema da dicotomia geográfica entre o homem e a natureza, ou seja, “...o homem e o mundo constituem uma unidade através de suas mútuas implicações, então, é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo e somente através do exame destas intenções poderemos tentar compreender esta unidade”. Sendo assim, ele considera que a abordagem fenomenológica é capaz de produzir a unificação do campo geográfico por intermédio de uma nova concepção do conhecimento oposta àquela recomendada pelo racionalismo objetivista.

Diante dessa perspectiva, o conceito de *lived world* é compreendido pela Fenomenologia, relativizando a verdade única do método racional. Assim, Relph, ao referir-se a obstinação da geografia em preferir o método racionalista, a despeito das enormes possibilidades da Fenomenologia, ressalta que esta serviria ao menos como um poderoso instrumento de crítica à ciência racional e afirma: “...aqui está um corpo de fatos e uma variedade de relações que demonstram um caminho para a pesquisa, que não precisa, pois, se restringir às limitações do racionalismo”. (GOMES, 1996, p. 328)

Salientando ainda que, a ciência geográfica definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras, coloca que:

Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos e normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. A objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível das diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço. (GOMES, 1996, p. 320)

Nessa mesma perspectiva, abordaremos ainda os conceitos de espaço e de lugar como fenômenos experienciados, que se interligam ao conceito de espaço vivido.

2.2.1 ESPAÇO E LUGAR COMO FENÔMENOS DA EXPERIÊNCIA

A compreensão e a apreensão dos espaços e dos lugares e suas paisagens através do modo experienciado, pode ser por meio dos sentidos, comuns, ou seja, visão, audição, olfato e paladar, ou especiais, como o sentido das formas, de harmonia, de equilíbrio, de espaço e de lugar. Os acontecimentos chegam-nos direta ou indiretamente. O primeiro, pelos sentidos, e o segundo, pelas informações adquiridas por meio das pessoas, das escolas, dos livros, e dos meios de comunicação, por palavras escritas ou verbais. Assim, cada imagem e idéia sobre o mundo são compostas de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Significa que os lugares vividos, os mundos descritos na literatura e representados nas artes, a imaginação e fantasia, todos contribuem para as nossas imagens sobre a natureza, de tudo que o homem constrói e dele mesmo. As experiências diárias vêm compor o nosso quadro individual sobre a realidade. (MACHADO, 1999, p. 97-98) A autora salienta ainda que todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens e, por meio de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias, criamos e organizamos espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predileções.

Segundo RELPH (1979, p. 1), as experiências de lugares, espaços e paisagens têm sido reconhecidas por geógrafos, como Sauer (1963), Vidal de La Blache (1913), Gould e White (1974), especialmente, no que se refere ao senso de lugar. Para PASSEN (1957) *apud* RELPH (1979) a “ciência geográfica tem uma base fenomenológica, que, por assim dizer, deriva de uma consciência geográfica”. Entretanto, as investigações sobre consciência e experiência mais conhecidas são de LOWENTHAL (1961) e TUAN (1974).

Para TUAN (1983), o espaço e o lugar são analisados a partir das experiências do homem. O autor sugere que o lugar é segurança e espaço é liberdade e ressalta que, ao mesmo tempo que somos apegados ao lugar, desejamos também a liberdade sugerida pela idéia do espaço. Assim, ele define:

Espaço e Lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As Grandes Planícies dão sensação de espaciosidade. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam os lugares. Os planejadores gostam de evocar “um sentido

de lugar”. Estas são expressões comuns. Tempo e lugar são componentes básicos do mundo vivo, nós os admitimos como certos. Quando, no entanto, pensamos sobre eles, podem assumir significados inesperados e levantam questões que não nos ocorreria indagar. (TUAN, 1983, p. 3)

Nesse sentido, o autor acredita que, na experiência, o significado de espaço freqüentemente funde-se com o de lugar, no qual o espaço é mais abstrato do que o lugar. Isto é, “...o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar. Podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As idéias de espaço e de lugar não podem ser definidas uma sem a outra”. Salienta que “é impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço, este transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Ressalta ainda que, na literatura específica, poucas obras tentam compreender o que as pessoas sentem sobre espaço, lugar e paisagem, considerar as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar os espaços e lugares como imagens de sentimentos complexos. (TUAN, 1983, p. 6, 151)

Assim como Tuan, BUTTIMER (1976) acredita que a categoria lugar refere-se ao espaço cotidiano, no qual a relação entre corpo e o espaço são perfeitamente harmônicas. TUAN (1983) define, também, segundo essa categoria, a natureza na Geografia e aborda em sua obra *Espaço e Lugar*, temas “relacionando o corpo aos valores espaciais, o espaço mítico, destacando a relação entre tempo e lugar, o espaço humanizado e a importância das experiências e subjetividades na constituição dos lugares”. OLIVEIRA L. (1983) destaca que Tuan, nessa obra, busca analisar as diferentes maneiras como as pessoas sentem e conhecem o espaço e lugar, tendo como tema central o homem e como ele experiencia e entende o mundo. (KOZEL, 2001 p. 152-153)

A autora ressalta ainda que, atualmente, a idéia de lugar relacionado apenas a localizações dos fenômenos no espaço físico está cada vez mais distante, mas ainda corresponde a uma abordagem muito utilizada nos estudos geográficos. “O lugar encerra uma multiplicidade de relações, apresentando funções de uso determinados pelos ritmos de vida e formas de apropriação do espaço a partir de sua função social. Muitos estudos têm focalizado a relação entre o espaço e o comportamento humano no ambiente, evidenciando os

fundamentos cognitivos, afetivos e simbólicos como importantes indicadores para o lugar”.

Nesse sentido, FRÉMONT (1976) coloca que “...cada lugar significa uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos sobre um espaço reduzido. O lugar é visualizado como uma forma que se integra à paisagem local e regional. O que ele representa deve ser decodificado mais ou menos como uma linguagem, a linguagem dos homens falando com o espaço como meio de expressão”. Ressalta que a análise da ordem simbólica passa pelo estudo de tudo o que pode estar carregado de sentido ou pelo estudo de tudo aquilo por onde as significações transitam. Nesse contexto, Frémont ainda complementa:

Os lugares, entretanto, formam a trama elementar do espaço. Eles constituem sobre uma superfície reduzida e em torno de um pequeno número de pessoas, as combinações mais simples, as mais banais, mas também talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento...Como diz muito bem o termo, pelos lugares, os homens e as coisas se localizam”. (FRÉMONT, 1976, p. 99-100 *apud* GOMES, 1996, p. 324)

Segundo MACHADO (1999, p. 98-99), a pesquisa convencional não fornece descrições adequadas da experiência porque separa pessoa e mundo. A pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e o mundo estão engajados em um só processo, que implica o fenômeno perceptivo e não pode ser estudado como um evento isolado, tão pouco isolado do cotidiano das pessoas, pois é o homem que percebe e vivencia as paisagens e atribui a elas significados e valores. A interpretação da experiência humana, com sua ambigüidade e complexidade, pode ser sistematicamente explorada para esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, no que dizem respeito ao espaço, ao lugar e às suas paisagens, mostrando como o lugar é um conceito e um sentimento compartilhados tanto como localização como também meio ambiente físico.

Ao sugerir meios pelos quais um sentido de lugar seja enfatizado, a autora destaca que “...não basta sugerir um sistema de transporte mais eficiente, localizações ideais para novas indústrias, estações de tratamento de esgoto ou até mesmo as relocações de pessoas: é preciso transformar a experiência em temas mais simples e que possam ser sistematicamente ordenados”. Assim,

simplificando a experiência e inferindo-lhe uma estrutura explícita, seus componentes podem gerar uma explicação científica sobre a análise de um determinado espaço, tornando-o um lugar mais humano, bem como podem explicar o papel da emoção e do pensamento na ligação das pessoas com o lugar.

Dentro desse contexto, a leitura dos espaços e dos lugares, por meio das experiências, evidenciam a valorização do homem enquanto sujeito, buscando a relação do espaço e do comportamento humano no ambiente. Dessa maneira, desvenda um mundo verdadeiramente percebido, construído sob os fundamentos cognitivos, afetivos e simbólicos do lugar.

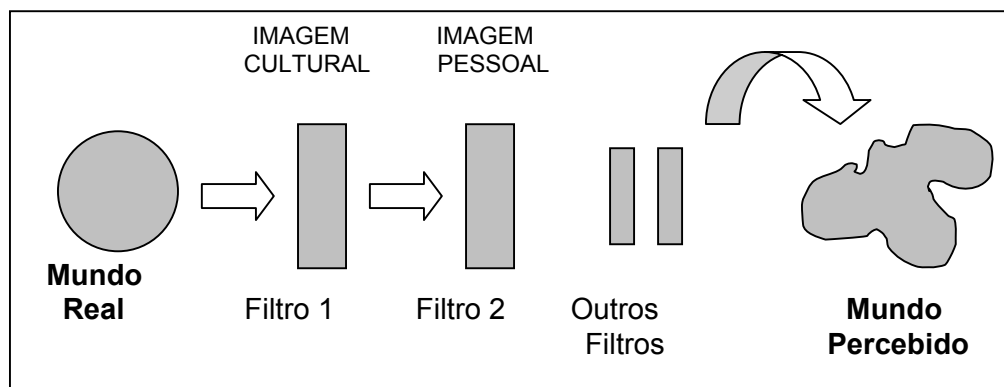
2.2.2 O MUNDO PERCEBIDO: COMPORTAMENTO E COGNIÇÃO

Segundo TUAN, um ser humano percebe o mundo simultaneamente por todos os sentidos, levando a uma apreensão multisensorial do espaço. Tal situação nos leva à conclusão que permite fazer uma relação entre o cotidiano urbano e a percepção pelos sentidos humanos, em especial a visão, o olfato, a audição e o tato, já que a influência do paladar é praticamente nula. Dessa forma, os órgãos sensoriais permitiriam aos seres humanos terem sentimentos intensos pelo espaço. (TUAN, 1974 *apud* KANASHIRO, 2003, p. 161) Nesse sentido, KANASHIRO afirma que nós espacializamos o mundo por meio dos nossos sentidos e, por esse viés, discorre sobre as relações emocionais e de significação das cidades, que podem ser constituídas por meio da percepção de nossos sentidos, como um possível caminho para a criação de lugares.

O homem comunica-se por um processo cognitivo, que é a construção do sentido em nossas mentes, cujo processo possui fases distintas: percepção (campo sensorial), seleção (campo da memória) e atribuição de significados (campo do raciocínio), que leva à ação e à memorização. (BAILLY, 1979; OLIVEIRA, 1983 *apud* DEL RIO, 1990, p. 92) O autor refere-se à percepção como um “processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos e principalmente cognitivos e a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos a interface entre realidade e mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado”. (KOZEL, 2001, p. 146)

KANASHIRO (2003, p. 160) afirma que o mundo percebido pode ser imaginado a partir de estímulos exteriores, pois a filtragem de origem cultural ou, até mesmo, pessoal pode evocar diferentes imagens do mundo real. Salienta ainda que essas imagens seriam tipos de estruturas ou de esquemas imaginativos que incorporam ideais e determinados conhecimentos de como o mundo real funciona. (FIGURA 05)

**FIGURA 05 – ESQUEMA DO PROCESSO DE PERCEPÇÃO
COGNIÇÃO/RESPOSTA**



FONTE: Rapoport 1978, p. 53, adaptado por Kanashiro, 2003, p. 161

Nesse sentido, TUAN (1980, p. 12) afirma que, “a resposta através da vista, para o mundo, é diferente, em vários aspectos importantes, da resposta através dos outros sentidos”, pois ver não envolve profundamente as nossas emoções. E cita o seguinte exemplo: “...podemos ver, através da janela de um ônibus com ar-condicionado, que a favela é feia e indesejável, mas o quão ela é indesejável atinge-nos com pungente força somente quando abrimos a janela e recebemos uma lufada dos esgotos pestilentos”. Assim, uma pessoa que simplesmente “vê” é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena, ou seja, o mundo percebido pelos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós pelos outros sentidos, nos quais os olhos exploram o campo visual e dele abstraem alguns objetos, pontos de interesse, perspectivas.

Dentro dessa perspectiva, percebemos que os sentidos – visão, audição, olfato, paladar e tato – contribuem para a construção do mundo percebido. Entretanto o homem depende mais conscientemente do sentido da visão do que dos demais sentidos para desenvolver-se no mundo. Porém, ao descrever um lugar, o olfato tem se mostrado presente. Segundo TUAN (1980), o homem moderno tende a negligenciar o sentido do olfato, ou seja, seu meio ambiente ideal pareceria requerer a eliminação de “cheiros” de qualquer tipo, no qual a palavra “odor” quase sempre significa mau cheiro. “Com a prática, uma pessoa pode classificar o mundo em categorias odoríficas, tais como aliáceo, ambrosíaco, hortelã-pimenta, aromático, etéreo, podre, perfumado, caprino ou nauseante”. Assim, o odor tem o poder de evocar lembranças vividas, carregadas

emocionalmente, de eventos e cenas passadas. O autor ainda coloca que, enquanto crianças, estamos mais próximos dos odores emanados pela terra, das flores, dos capins e dos solos úmidos. Na vida adulta, o encontro casual com um objeto com determinado cheiro pode sacudir nossa memória para um passado nostálgico. Assim, quando retornamos à cena de nossa infância, percebemos que não somente a paisagem mudou, mas também a maneira como nós a vemos. Torna-se difícil recapitular inteiramente o sentimento essencial de um mundo visual do passado vivido sem o auxílio de uma experiência sensorial que não se alterou.

De acordo com KOZEL (2001, p. 154), a explicação, advinda da Fenomenologia, para a percepção do homem sobre o mundo, ocorre através do corpo, pela ação dos sentidos que ele constrói ao se apropriar do espaço, sendo que o lugar reflete-se na porção apropriada para se viver – a casa, a praça, a rua, o bairro – vivida, sentida e reconhecida.

Na visão de MERLEAU-PONTY (1999), o corpo é o intermediário obrigatório entre o mundo real e a percepção, pois para perceber as coisas é preciso que seja um acontecimento interior ao corpo e que resulte de sua ação sobre ele. Assim, o mundo desdobra-se no mundo real tal qual está fora de meu corpo e o mundo tal qual é para mim, sendo necessário separar a causa exterior da percepção e o objeto interior que ela contempla. O corpo torna-se o sujeito para contemplar em si mesmo suas representações, sobrepondo-se aos acontecimentos exteriores, sendo eles os acontecimentos da natureza, os acontecimentos orgânicos e aqueles do pensamento que se explicarão uns pelos outros. A percepção resultará de uma ação da coisa sobre o corpo e do corpo sobre a alma. Assim, o corpo está presente para a alma como as coisas exteriores; em um e em outro caso não se trata de uma relação causal entre os dois termos. A unidade do homem não foi ainda rompida, o corpo não foi despojado dos predicados humanos, não se tornou ainda uma máquina, a alma não foi ainda definida pela existência por si. “Esta maneira de pensar pertence à filosofia, não está implicada na experiência imediata. Uma vez que o próprio corpo não é apreendido como uma massa material e inerte ou como um instrumento exterior, mas como o invólucro vivo de nossas ações, seu princípio não tem necessidade de ser uma força quase-física”. É primeiramente o sensível, o próprio percebido que se instala nas funções de coisa extramental, e o problema é então

compreender como um duplo ou uma imitação do real é suscitada no corpo, depois no pensamento (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 223)

O autor ressalta que os nossos sentidos recebem coisas reais que excitam a alma para percebê-los. “O filósofo busca manter entre o percebido e o real, na ausência de uma identidade numérica, uma identidade específica, busca trazer das próprias coisas os caracteres distintivos do percebido, e é por isso que a percepção é compreendida como uma imitação ou um desdobramento das coisas sensíveis em nós, ou como a atualização na alma de alguma coisa que estava em potência no sensível exterior”. Nesse sentido, entre as coisas exteriores ao corpo, os fenômenos fisiológicos e aquilo que a alma percebe, é necessário supor alguma semelhança, uma vez que a luz não é mais que um movimento. Assim, as impressões cerebrais são as causas ocasionais da percepção. É necessário ainda que exista uma correspondência regulada entre certas impressões cerebrais e certas percepções. Dentro deste contexto, MERLEAU-PONTY afirma que, a partir do momento em que se admite que a alma “não vê imediatamente senão através do cérebro”, mesmo se essa mediação não é uma ação transitiva, ela obriga a buscar no corpo um equivalente fisiológico do percebido. É o funcionamento nervoso que distribui nos diferentes pontos do campo sensorial seus valores espaciais ou cromáticos.

Para DESCARTES *apud* MERLEAU-PONTY (1975, p. 226), “é a alma que vê não o olho”. Entretanto, a fisiologia moderna mostra que essa afirmação tomada ao pé da letra, volta-se contra o próprio Descartes, ou seja, “é a alma que vê e não o cérebro, é através do mundo percebido e de suas estruturas próprias que se pode explicar o valor espacial assinalado em cada caso particular em um ponto do campo visual”. O primeiro movimento de Descartes foi o de abandonar as coisas extramentais que o realismo filosófico havia introduzido, para voltar a uma descrição da experiência humana. No que concerne à percepção, a originalidade radical do cartesianismo é de colocar-se no interior dela mesma, de não analisar a visão e o tato como funções de nosso corpo, mas “unicamente pensamento de ser e de tocar”. Dessa forma, o autor afirma que “...mesmo se não vejo e não toco em nada que existe fora de meu pensamento, ainda ocorre que pense ver e tocar alguma coisa e que, sobre o sentido desse pensamento tomado como tal, juízos certos são possíveis”.

Nesse processo de percepção do meio ambiente, a Fenomenologia permite desvendar o mundo percebido e o vivido do homem e mostrar que os seres humanos compartilham de percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares. Entretanto, para analisar as relações do homem com o meio ambiente, faz-se necessário compreender como se estrutura esse espaço percebido na mente das pessoas, ou seja, como ocorre a construção das imagens mentais.

2.2.3 CONSTRUINDO OS MAPAS MENTAIS

A visão dos lugares, dos territórios, do mundo onde o homem vive é própria. A representação desse mundo percebido advém dos símbolos, de uma construção mental decorrente da apreensão de significados, na qual a razão não decodifica essas imagens. Essas imagens espaciais foram denominadas a princípio de mapas cognitivos, mapas conceituais e, posteriormente, mapas mentais. A partir da década de 60, em busca de novas perspectivas de comunicação, houve a preocupação de desvendar essas imagens. Um dos pioneiros a associar a percepção do meio ambiente ao comportamento e ação humana, utilizando-se mapas mentais, foi o arquiteto americano Kevin Lynch³⁹. Os estudos de Lynch apoiaram-se na Psicologia e na Antropologia, com o intuito de desvendar o que as pessoas percebem, direcionando-os para a avaliação do meio ambiente urbano e, conseqüentemente, a qualidade visual das cidades. (KOZEL, 2001, p. 208)

Segundo a autora, Lynch propõe uma metodologia voltada ao entendimento da forma visual urbana, em que a imagem é parte fundamental do equipamento humano, bem como para a vida, permitindo mobilidade intencional e exploração de novos caminhos de compreender as cidades. O conceito principal é a “legibilidade”, que se resume na qualidade visual, identificando as particularidades de uma cidade. A imagem é um processo bilateral entre o observador e o observado e integra-a a três componentes: identidade, estrutura e significado, nos quais a imaginabilidade tem o poder de evocar uma imagem forte. Para Lynch uma cidade legível é uma cidade imaginável.

O termo “Carta Mental”, de acordo com KOZEL (2001, p. 144) foi introduzido nos estudos geográficos por Peter Gould⁴⁰, ao discutir o imaginário individual e coletivo relacionado à concepção de mundo. Desenvolveu seis linhas de investigação ligadas à percepção geográfica, com métodos distintos, cujas representações foram chamadas de “Mapas mentais”. Essas investigações, numa breve explicação, tinham como objetivo:

1. Investigar como as culturas valorizavam e apropriavam-se tecnologicamente dos recursos naturais;

³⁹ Lynch, K. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1980 apud KOZEL, 2001, p. 208.

⁴⁰ GOULD, P. On mental maps In: **Image and environment**. R. M. Chicago: Dows & D. Stea Ed., 1973 apud KOZEL, 2001, p. 208

2. Investigar a percepção do meio ligada a aspectos etnocientíficos, nas paisagens européias e americanas;
3. Investigar a reação das pessoas situadas em áreas sujeitas a inundações, tufões, maremotos, nas ocorrências de catástrofes;
4. Investigar a capacidade de compreensão espacial das crianças a partir da leitura de mapas e de fotos aéreas;
5. Investigar os estudos urbanos, avaliando a percepção por meio da imagem mental, referendando os marcos e a legibilidade deles relacionada a distâncias, a orientação espacial e a fluxos de informação; muito aplicado à percepção de itinerários urbanos, percepção de bairros, imagens mentais de áreas centrais;
6. Investigar problemas de valorização espacial da cidade, em termos gerais, ou aplicados em áreas restritas, como os bairros enquanto espaço pessoal relacional.

NOGUEIRA (1994)⁴¹ salienta que GOULD (1973) refere-se aos Mapas Mentais, “como imagens espaciais que estão nas cabeças dos homens, não só dos lugares vividos, mas também dos lugares distantes, construídos pelas pessoas a partir de seus universos simbólicos, sendo estes produzidos através dos acontecimentos históricos sociais e econômicos divulgados”.

HOLVOET apud KOZEL (2001, p. 144-145) desenvolve estudos sobre a geografia que os indivíduos tem dentro de seu espírito e denominou-a de “*Géographie Mentale*”. Esse estudo, reúne os termos de Geografia da percepção, percepção do espaço, imagem do espaço e cartas mentais, pois, para ele, eram termos não muito apropriados que se limitavam à análise geográfica. Nesse sentido, KOZEL ressalta que a tendência de investigar áreas cada vez menores tornam as interpretações cada vez mais complexas por estarem ligadas ao comportamento humano, que ultrapassa os instrumentos de análise cognitivo comportamentais. Salienta que, a partir desse entrave alguns geógrafos buscam na Fenomenologia idealismo e existencialismo, suporte para as deduções, de onde surge o conceito de “Mundo Vivido”.

⁴¹ NOGUEIRA, A R.B. Mapa mental – recurso didático no ensino de Geografia no 1º grau. São Paulo: FFLCH-USP, 1994 apud KOZEL, 2001, p. 209.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE SEMIÓTICA

Neste trabalho, abordaremos e aplicaremos os estudos da teoria peirceana, tendo em vista que a preocupação fenomenológica constituiu-se na base fundamental de toda a filosofia desse estudioso, vindo ao encontro da intenção desta pesquisa. Entretanto, verificamos a necessidade de fazermos alguns esclarecimentos sobre a distinção entre Semiologia e Semiótica, pois não se refere apenas a uma distinção terminológica. SANTAELLA (1985, p. 108) coloca que muitos trabalhos fazem indiscriminadamente o uso dos dois termos e é preciso diferenciar, por exemplo, a árvore da floresta. Mas, deixa claro que, acima de tudo, o que importa não é distinguir os nomes Semiótica ou Semiologia, mas a nossa capacidade de discriminar as fontes ou os instrumentos que os estudos semióticos estão tomando como base.

O estudo da Teoria Sínica estruturou-se cientificamente em duas vertentes, a Semiologia e a Semiótica, que embora contemporâneas, apontavam em direções opostas, apresentando objetos, métodos e pressupostos ideológicos diferentes. A Semiologia ou Teoria Lingüística foi proposta por Ferdinand Saussure (1857-1913), linguísta suíço, que se preocupou com a estrutura da língua. A Semiótica ou Teoria Sínica, foi desenvolvida por Charles Sanders Peirce (1839-1914), filósofo norte-americano, que se dedicou ao estudo dos usos dos signos na ação social. (KOZEL, 2001, p. 237)

Na tentativa de fazer as distinções sobre as duas vertentes, abordaremos primeiramente considerações sobre a Semiologia. Essa teoria enquadra-se nos limites traçados pelo positivismo, ou seja, o estudo dos signos no meio da vida social. Para Saussure, “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias e, por isso, é confrontável com a escrita, o alfabeto dos surdos-mudos, os ritos simbólicos, as fórmulas de cortesia, os sinais militares, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas”. Dessa forma, a teoria saussuriana define o signo como uma entidade psíquica de duas faces, expressas por um conceito e uma imagem, ou seja, o signo diante dessa teoria tem o papel de mediador entre o pensamento e a realidade, unindo não uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica. Assim, o conceito refere-se ao significado e significante é a imagem acústica, ou seja, “não pode haver signo sem significado e significante ou, como diz COELHO NETO (1996), “do mesmo modo como uma

moeda não pode deixar de ter cara e coroa. O modelo sígnico diádico de Saussure está explicitado na figura abaixo. (KOZEL, 2001, p. 237)

FIGURA 06 – MODELO SÍGNICO DIÁDICO DE SAUSSURE

SIGNO	SIGNIFICADO	CONCEITO – conteúdo, mental
	SIGNIFICANTE	IMAGEM ACUSTICA – fala, escrita, imagens

FONTE: Adaptado de Nöth (1996), organizado KOZEL, S. (2001)

Segundo NÖTH (1996, p. 147 *apud* SCHIER, 2003, p. 7), a teoria de Saussure foi ampliada pelos trabalhos de Roland Barthes, “onde este propunha que todos os sistemas de comunicação funcionassem semelhantes a uma linguagem, e assim, pesquisou mitos, moda, arquitetura, urbanismo, etc., todos descritos por ele como sistemas de significados”. Para SANTAELLA (1985, p. 106), a preocupação de Saussure era a de fundar uma ciência da linguagem verbal, pois a proliferação crescente dos meios de comunicação (jornal, cinema, revista, rádio, televisão, etc.) criava a necessidade de existência de uma ciência capaz de distinguir as variadas linguagens por eles veiculadas. Desse modo, desenvolver um instrumental teórico mais apto a desvendar a complexa natureza intersemiótica da arte e da literatura modernas. Nesse sentido, a teoria semiológica caracteriza-se pela transferência dos conceitos que presidem à análise da linguagem verbal articulada para o domínio de todos os outros processos não verbais. Para SCHIER (2003, p. 8), “uma característica da semiologia é, até hoje, a principal preocupação com a construção do signo e o seu funcionamento, negligenciando os processos de comunicação e de relacionamento social, nos quais os signos são embutidos”.

KOZEL (2001, p. 239) coloca que a contribuição de Saussure ao estudo da Semiótica foi considerável, porém muito questionada pelas imprecisões e pelo fato de não analisar os signos não-lingüísticos. Mesmo assim, a despeito das observações de sua obra, foi pioneiro nessa área e serviu de parâmetro para outros pesquisadores.

Na Teoria Sígnica de Charles Pierce, a preocupação fenomenológica constitui-se na base fundamental de toda sua filosofia. Embora Pierce preferisse chamar o termo fenomenologia em “phaneroscopia” (descrição dos *phanerons* ou

fenômenos). Empregou-o em 1902, quando da construção arquitetônica de seu sistema, contudo a Fenomenologia já comparecia como investigação primordial em seus escritos de 1867. Pierce afirmava que a primeira instância de um trabalho filosófico é a fenomenológica. A tarefa precípua de um filósofo é a de criar a doutrina das categorias, que tem por função realizar a análise de todas as experiências possíveis. Influenciado por Kant, dedicou grande parte de sua existência à elaboração, ao aperfeiçoamento e à ampliação do campo de aplicação das suas categorias universais, categorias estas que não brotaram nem de pressupostos lógicos, nem da língua, mas do exame atento e investigador da “experiência”. (SANTAELLA, 1985, p. 36)

Dessa forma, a arquitetura filosófica de Pierce foi construída a partir da Fenomenologia, pois acreditava que essa era a base fundamental para qualquer ciência, observando os fenômenos e, pela análise, postulando as formas e as propriedades universais deles. A partir daí, nascem as categorias universais de toda e qualquer experiência e pensamento. Pierce pretendia, com a Fenomenologia, gerar uma fundamentação conceitual para uma filosofia arquitetônica, baseada em uns poucos conceitos simples e suficientemente vastos a ponto de dar conta do trabalho inteiro da razão humana. Pierce buscava fazer uma filosofia como aquela de Aristóteles⁴², isto é, esboçando uma teoria tão compreensiva que, por longo tempo, todo o trabalho da razão humana aparecesse na filosofia de todas as escolas, ou seja, na Matemática, na Psicologia, na Física, na História, na Sociologia e em qualquer outro departamento. Entretanto, ele destacava que o primeiro passo para isso era encontrar conceitos simples e aplicáveis a qualquer assunto. SANTAELLA (1985) salienta que compreender a “Semiótica peirceana na ignorância ou desprezo por essa viagem fenomenológica redundará, sem escapatória, numa utilização anêmica e tecnicista de suas classificações e definições de signos”. Isso não significa que Pierce menosprezasse a razão, sua lógica propunha como sendo um método científico para orientar o raciocínio. Sua lógica estrutura-se, portanto,

⁴² Por volta do ano 335 A.C. que o filósofo grego Aristóteles fundou sua escola, em Atenas, próxima do templo de Apolo Lício. No liceu, como veio a ser conhecido o local, Aristóteles costumava lecionar a seus alunos durante passeios pelos caminhos umbrosos do ginásio de Apolo. A esta prática deu-se um nome, peripatetismo: conjunto de doutrinas que formavam a filosofia dos discípulos do mestre. E a palavra peripatético, hoje, serve para adjetivar aquele que ensina caminhando. Mais de 2.200 anos depois de sua criação, o método de ensino Aristotélico parece estar voltando à ordem do dia, pois esta forma de ensinar vem sendo adotada pelo professor da Universidade Federal do Paraná, professor doutor Key Imauire Junior, que volta e meia é visto com seus discentes passeando pela cidade. SABBAG, Ricardo. Caminhando em busca do conhecimento. Gazeta do Povo, Curitiba, 29 jun. 2003. Caderno G, Folha Educação, p.5.

como a criação de instrumentos científicos para auxiliar e ampliar o poder da razão. (SANTAELLA, 1985, p. 38, 40, 54)

Pierce, como matemático, dizia que não havia princípios absolutos nem na Matemática, ou seja, cada investigador individual por mais sistemático e rigoroso que possa ser seu pensamento, é essencialmente falível. Pierce batizou sua teoria de Falibismo. Isso nos dá uma idéia de sua concepção da ciência e Filosofia como processos que amadurecem gradualmente, produtos da mente coletiva que obedecem as leis de desenvolvimento interno, ao mesmo tempo que respondem a eventos externos (novas idéias, novas experiências, novas observações), e que dependem, inclusive, do modo de vida, lugar e tempo nos quais o investigador vive. Pierce postulava como base de seu pensamento a Teoria do Crescimento Contínuo no Universo e na mente humana, ou seja, se o Universo está em expansão, está ele também na cabeça dos homens. Assim, se as próprias leis naturais não são absolutas, mas em processo constante de evolução, os princípios científicos, apesar de terem fórmulas rigorosas, são ao mesmo tempo provisórias, pois estão sujeitos a mudanças contínuas.

Segundo a mesma autora, uma das preocupações de Pierce era criar a doutrina das categorias, pois acreditava que “a Fenomenologia ou doutrina das categorias tem por função desenredar a emaranhada meada daquilo que, em qualquer sentido, aparece, ou seja, fazer a análise de todas as experiências é a primeira tarefa a que a filosofia tem que se submeter”. Assim, Pierce chega às suas categorias pela análise e pelo atento exame do modo como as coisas aparecem à consciência e questionava-se, como poderia ele, sendo químico de formação, treinado em laboratório, com aptidões as ciências positivistas, analisar os fenômenos mentais? Assim, pela análise da observação direta dos fenômenos, nos modos como eles se apresentam a mente, que suas categorias universais, como elementos formais do pensamento, puderam ser divisadas. Nesse sentido, Pierce conclui que tudo que aparece à consciência, o faz numa gradação de três propriedades que correspondem aos três elementos formais de toda e qualquer experiência e, em 1867, denominou-as: 1) Qualidade, 2) Relação e 3) Representação. Algum tempo depois, o termo relação foi substituído por Reação e o termo Representação para Mediação. Contudo, para fins científicos, Peirce adotou a terminologia de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade.

A Primeiridade (experiência simples) é tudo aquilo que está imediatamente presente à consciência, o que está na mente no presente instante. Trata-se de uma consciência imediata tal qual ela é, nenhuma outra coisa senão a pura qualidade de ser e de sentir. O sentimento como qualidade é aquilo que dá sabor, tom, matiz à nossa consciência imediata. A qualidade da consciência, na sua imediaticidade, é tão pura que não podemos sequer tocá-la sem estragá-la, ou seja, é impossível capturar o que está em nossa mente tal como está. Isso quer dizer que, pela natureza do pensamento e da linguagem, somos obrigados a quebrar a consciência em pedaços para descrevê-la. A consciência de um momento, no exato momento, não é reflexionada e nem quebrada em pedaços, todos os elementos estão juntos e são um único sentimento. Nessa medida, SANTAELLA (1985, p. 57) coloca que o primeiro (a Primeiridade) é presente e imediato. É fresco, novo, porque se velho, já é segundo em relação ao estado anterior. É iniciante, original, espontâneo e livre, porque senão seria um segundo em relação a uma causa. Ele não tem unidade nem partes. Ele não pode ser articuladamente pensado, ao afirmá-lo ele já perde toda sua inocência. Pierce procura não confundir a qualidade de sentimento de uma cor, de um som ou de um cheiro, com os próprios objetos percebidos como vermelho, sonante ou cheiroso. Consciência em Primeiridade é qualidade de sentimento, é a primeira apreensão das coisas. Qualidade de sentir é o modo mais imediato, é nosso estar no mundo. Sentimento é um quase-signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas. Esse estado-quase, aquilo que ainda é a possibilidade de ser, caminha para o que já é, e no seu ir sendo, já foi. Assim, entramos no universo da Secundidade.

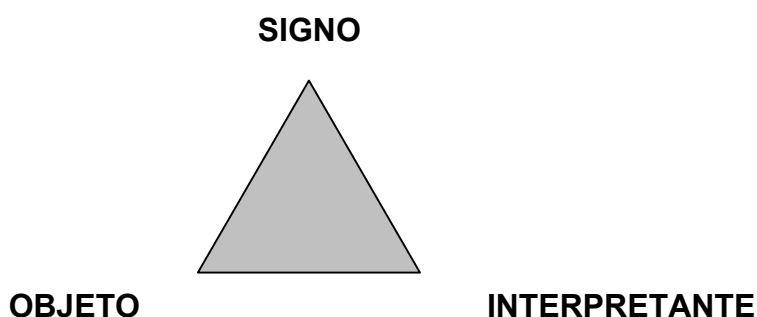
A Secundidade (experiência diádica) é o nosso estar como que natural no mundo, corpos vivos, energia que recebe e responde. Um primeiro fenômeno é relacionado a um segundo fenômeno qualquer, ou seja, onde há um fenômeno há uma qualidade, isto é, Primeiridade, mas a qualidade é uma parte do fenômeno, visto que, para existir, a qualidade tem que estar encarnada numa matéria. O fato de ela existir está na corporificação material, isto é, Secundidade. A qualidade de sentimento é o puro sentir antes de ser percebido, qualidade não resiste, a matéria sim. E qualquer sensação sobre a matéria já é Secundidade. O sentimento, sem partes, qualidade simples, é primeiro. Diferente de sensação, que tem duas partes: 1) o sentimento; e 2) a força desse sentimento num sujeito.

São dois termos dependentes que formam uma relação diádica, isto é, Secundidade. É aquilo que dá a experiência seu caráter factual.

A Terceiridade (experiência triádica) na qual o homem só conhece o mundo porque, de alguma forma, o representa e só interpreta essa representação numa outra representação, que Peirce denomina interpretante da primeira. O conhecimento de um signo depende o conhecimento de outra coisa, o objeto do signo, isto é, aquilo que é representado pelo signo. Em suma, o signo é o primeiro, o objeto, o segundo e o interpretante, o terceiro. Para conhecer e conhecer-se o homem se faz signo e só interpreta esses signos traduzindo-os em outros signos. Somos seres simbólicos, somos no mundo, estamos no mundo.

Vemos então uma relação triádica entre signo, objeto e interpretante (FIGURA 07), que é a base do processo de interpretação da teoria sgnica peirceana. Assim explica-se o termo Semiótica, que decorre do processo de semiose, que ocorre na mente humana, quando se depara com alguma coisa e constrói um signo equivalente. (KOZEL, 2001, p. 239)

FIGURA 07 – MODELO SÍGNICO TRIÁDICO DE PIERCE



Para Peirce “a semiose é uma ação, uma influência que é ou implica uma operação de três sujeitos, a saber, um signo, seu objeto e seu interpretante, não podendo de forma alguma, essa influência tri-relativa resolver-se em ações entre pares”⁴³. (KOZEL, 2001, p. 240) Não existindo nenhuma linha precisa de demarcação entre os diferentes estados integrais da mente, ou seja, entre sentimento, vontade e conhecimento, considerava que todo pensamento ou

⁴³ PIERCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977 (traduzido de *Collected Papers*, Cambridge: Harvard U. Press, 1931-1936) apud KOZEL TEIXEIRA, Saete. *Das imagens às linguagens do geográfico*: Curitiba, a “capital ecológica”. São Paulo: FFLCH USP. 2001 (Tese de Doutorado).

conceito estava ligado às funções de representação, não sendo capaz de interpretar a si mesmo. Assim, tomando como base as relações que se apresentam no signo, Pierce estabeleceu uma rede de classificações sempre triádicas, e dessa forma, foram estabelecidas dez tricotomias, ou seja, dez divisões triádicas do signo, entretanto abordaremos as três tricotomias que mais se destacaram nos estudos de Pierce, que veremos a seguir. (QUADRO 02)

QUADRO 02 – CLASSIFICAÇÃO DOS SIGNOS DE PIERCE

		DIVISÃO DOS SIGNOS		
		O signo em relação ao meio (consigo mesmo)	O signo em relação ao objeto	O signo em relação ao interpretante
CATEGORIAS	Primeiridade	Qualissigno	Ícone	Rema
	Secundidade	Sinsigno	Índice	Dicissigno
	Terceiridade	Legissigno	Símbolo	Argumento

FONTE: COELHO NETTO, 2001

As três tricotomias descritas acima são as que mais ficaram conhecidas e as que mais foram divulgadas e classificam os signos quanto a relação do signo com o meio (consigo mesmo), com o objeto e com o interpretante. Pierce considerava que todo pensamento ou conceito estava ligado às funções de representação, não sendo capaz de interpretar a si mesmo. E, de acordo com suas funções, ele classificou os signos nessas três tricotomias a seguir descritas e exemplificadas.

1º A relação do signo com o meio pode ser:

- Qualissigno: uma qualidade, não representa nenhum objeto. Ex.: uma cor;
- Sinsigno: uma coisa ou evento existente como símbolo. Ex.: um cata-vento;
- Legissigno: um evento ou coisa determinada por convenções ou leis estabelecidas pela sociedade. Ex.: as palavras.

2º A relação do signo com o objeto pode ser:

- Ícone: signo que aparece como simples qualidade, na sua relação com o objeto, algo que se dá à contemplação, o objeto do ícone é sempre uma simples possibilidade, possuem um alto poder de sugestão. Ex.: fotografia de alguém;
- Índice: como seu próprio nome diz, é um signo que como tal funciona porque indica uma outra coisa com a qual ele está factualmente ligado. Ex.: a fumaça é um índice de fogo, rastros e pegadas são índices de alguma coisa que passou e deixou marcas. Uma obra arquitetônica é um índice dos meios materiais, técnicos e construtivos. Enfim, o índice é sempre um ponto que irradia para múltiplas direções, ou seja, o índice é sempre dual: ligação de uma coisa com outra;
- Símbolo: signo que se refere ao objeto por uma associação de idéias produzida por uma convenção. Ex.: a cor verde como símbolo de esperança. Pierce descreve símbolo como um representamen, cuja significância reside no fato de existir um hábito, uma disposição ou qualquer outra norma que faça esse signo ser sempre interpretado como símbolo.

3º A relação do signo com o interpretante pode ser:

- Rema: signo que pode ser variável, apenas despertam sensações. Ex.: é gordo;
- Dicísigno: signo de existência real. Ex.: o vestido vermelho está sujo;
- Argumento: é um signo cujo objeto é legal.

Podemos observar ainda, no quadro de Classificação dos Signos de Pierce, que a relação entre as tricotomias de signos assumem diferentes níveis ou categorias: a Primeiridade, a Secundidade e a Terceiridade, já descritas no item anterior.

- A Primeiridade diz respeito ao nível relação visual, sensível e qualitativo, abrange: ícone, qualissigno e rema;
- A Secundidade relaciona-se ao nível da experiência, coisa ou evento: índice, sinsigno e do dicísigno;

- A Terceiridade refere-se à mente, ao pensamento e à razão: símbolo, legissigno e argumento.

Essas três variáveis das funções, o signo em si mesmo (representamen), o Interpretante e o Objeto (perceptível ou imaginável), quando combinadas possibilitam uma segunda divisão dos signos que formam 10 classes distintas, definidas a seguir. (QUADRO 03)

QUADRO 03 – CLASSES RESULTANTES DA COMBINAÇÃO DAS TRÊS TRICOTOMIAS DE PIERCE

Nº	CLASSES	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
1	Qualissigno	Uma qualidade como signo	Cor verde
2	Sinsigno icônico	Coisa ou evento existente como signo	Diagrama de uma mesa
3	Sinsigno remático indicial	Coisa da experiência como signo	Um grito espontâneo
4	Sinsigno discente indicial	Objeto ou evento que funciona como signo	Um cata-vento
5	Legissigno icônico remático	Lei ou convenção que se apresenta como signo	Diagrama
6	Legissigno indicial remático	Lei que requer os objetos correspondentes	Pronomes demonstrativos
7	Legissigno indicial discente	Lei simbolizada por um objeto	Placa de trânsito
8	Legissigno simbólico remático	Signo que representa uma convenção	Palavras no dicionário
9	Legissigno símbolo dicente	Signo que representa um objeto por convenção	Alface verde
10	Argumento	Signo que representa seu objeto através de uma análise	Formas poéticas

FONTE: KOZEL, 2001

Diante dessa singularização das definições de signos de Pierce, SANTAELLA (1985, p. 72) coloca que “para nós tudo é signo, qualquer coisa se produz na consciência tem o caráter de signo”, ou seja, Pierce levou a noção de signo tão longe a ponto de que um signo não tenha necessariamente de ser uma **representação mental**, mas pode ser uma **ação ou experiência**. Dessa forma, Pierce quer dizer que a ação ou a experiência também podem funcionar como signo porque se apresentam como resposta ou marca que deixamos no mundo, mostrando suas raízes na Fenomenologia.

2.3.1 A SEMIÓTICA INTERAGINDO COM O OLHAR FENOMENOLÓGICO DO ESPAÇO

Pierce, ao afirmar que uma ação ou experiência também podem funcionar como signo por apresentar-se como resposta ou marca deixadas no mundo, mostra-nos além das raízes fenomenológicas, uma interação entre a Semiótica e o olhar fenomenológico do espaço, enquanto experienciado e vivenciado. Embora a teoria peirceana tenha sido pouco compreendida na época, principalmente a Semiótica, percebemos a grande contribuição desta para as leituras do espaço urbano.

A Fenomenologia para Pierce era a descrição e a análise das experiências do homem em todo o seu cotidiano, experiências estas, livres de pressupostos que dividiriam os fenômenos em falsos ou verdadeiros, reais ou ilusórios, certos ou errados. Para Pierce, fenômeno era tudo aquilo que aparece à mente, corresponda a algo real, ou não. Segundo Pierce, a Fenomenologia tem por tarefa categorizar os fenômenos conforme suas características e experiências, ou seja, numa difícil tarefa de interpretar as coisas, que aparecem numa miríade de formas, enoveladas numa multiplicidade de sensações. (SANTAELLA, 1985, p. 41)

De acordo com a autora acima citada, os estudos da Semiótica peirceana, tiveram como suporte a observação direta dos fenômenos, possibilitando-o de verificar diferenças nesses fenômenos. Esses fenômenos deveriam ser analisados: conforme a capacidade contemplativa, ou seja, abrindo as janelas do espírito e vendo o que está diante dos olhos; sabendo distinguir e discriminar resolutamente diferenças nessas observações; e por último, sabendo ser capaz de generalizar as observações em classes ou categorias abrangentes. O que se busca nos fenômenos é sua constituição como linguagem. A Semiótica busca divisar e deslindar seu ser de linguagem, isto é, sua ação de signo. SANTAELLA (1985, p.15) salienta ainda que o homem desvela significações e que é nele e para ele que se opera o processo de alteração dos sinais (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em signos ou linguagens (produtos da consciência). Até mesmo, tudo aquilo que na natureza fala ao homem e é sentido como linguagem, ou seja, haveria, assim, a linguagem das flores, dos ventos, dos ruídos, dos sinais de energia vital emitida pelo corpo e até mesmo a linguagem do

silêncio. As linguagens estão no mundo e nós estamos na linguagem. A Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado e de sentido.

COELHO NETTO (2001, p. 77) afirma que a abordagem semiótica peirceana tem sua aplicabilidade mais imediata no campo das comunicações e das artes, cujos trabalhos também são mais divulgados. Nesse contexto, percebemos a aplicabilidade da Semiótica também no campo do urbanismo, ou seja, dos estudos da cidade, enquanto conjunto de signos. Assim, encontramos no espaço urbano variados signos que se interagem, mas que diante dos olhos de estudiosos do urbano e planejadores, o termo signo é usualmente substituído por termos como símbolo, elemento urbano, marcos e imagem, como podemos perceber nas leituras de LYNCH (1997). Referendamos esse autor, por ter sido ele na Arquitetura, que na década de 1970, publicou os primeiros estudos do urbano, que descreviam o urbano, por meio do significado de suas imagens, baseadas nas experiências e no trabalho empírico. Dessa forma, o estudo de caso desta pesquisa é uma aplicação prática dos estudos até então fundamentados, interagindo a Fenomenologia com o planejamento urbano, sustentado nas bases sógnicas de Pierce e na metodologia de Kozel (2001) para leitura das representações mentais. Uma interdisciplinaridade de conhecimentos, contribuindo para o amadurecimento das leituras do urbano sob os diversos olhares.

CAPÍTULO III

A LEITURA FENOMENOLÓGICA DA FAVELA DO PAROLIN

Para que as interpretações resultantes de uma pesquisa não apresentem discordâncias, contradições e problemas de credibilidade, torna-se necessário que haja compatibilidade entre a pesquisa realizada, a fundamentação teórica e a metodologia utilizada, de forma a haver uma sintonia entre o objetivo da pesquisa e a escolha metodológica. (KOZEL, 2001) Nesse sentido, este capítulo busca a interface entre os diferentes saberes, na qual a análise espacial perpassa o viés da Geografia Humanística, dentro de sua vertente fenomenológica, cujos elementos urbanos são referendados nas construções sógnicas implícitas nas representações de mapas mentais, utilizados como instrumentos de investigação e contrapostos com o cientificismo marxista do espaço.

Diante do objetivo proposto, optamos por uma metodologia de caráter qualitativo, mais apropriada à realização desse estudo de caso, pois partimos do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas percepções, seus sentimentos e seus valores, nos quais o significado de seus comportamentos precisa ser desvelado. Essa visão diferenciada depende do ponto de vista de cada pesquisador, que é o elemento-chave na investigação, assim como dos objetivos propostos pelo tema a ser pesquisado.

Ao iniciarmos a reflexão sobre o tema abordado, visando conhecer e interpretar como os moradores da favela percebem e apropriam-se do espaço, duas abordagens fazem-se necessárias: primeiramente, uma breve abordagem sobre a história da favela e do bairro Parolin e o surgimento das primeiras famílias, caracterizando-os quanto à faixa etária, à renda salarial e ao grau de instrução, de forma a compreender sua existência no contexto urbano; posteriormente apresentar por meio de investigação empírica a visão dos moradores e dos não-moradores sobre essa favela, associando com a visão dos planejadores urbanos. Assim, depois de traçado o contorno desse perfil, apresentaremos de forma sintetizada as análises, adotando-se a metodologia de KOZEL (2001) como aporte.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO E DA FAVELA

O bairro Parolin recebeu esse nome devido à referência popular ao mencionar aquele lugar que era de propriedade da família Parolin⁴⁴. A chácara dos Parolin era o único ponto de referência para aquele que precisava dizer que ia para aquela região de Curitiba ou então para poder informar onde morava. Com isso, a referência foi ficando e tornou-se ponto obrigatório. Hoje é o nome do bairro. Mesmo a tentativa de mudança do nome para bairro de Santo Antonio não conseguiu convencer a vontade e o conhecimento da população. O lugar era uma extensa chácara dos Parolin, de aproximadamente uns 100 alqueires. Atualmente, o bairro tem área de 227 hectares.⁴⁵

O bairro, por muitos anos, era designado por expressões como “campo”, “chácara”, “vila”, “morro dos Parolin”. Até 1930, a região não tinha uma denominação própria nos mapas de Curitiba. Assim, em 1947, a Prefeitura de Curitiba aprovou as nomenclaturas e delimitações dos bairros⁴⁶. Nessa época, a região do Parolin passou a integrar o bairro Nossa Senhora da Luz (alusão ao asilo e à área próxima a ele). Mas, em agosto de 1968, foi aprovada a divisão do Município em setores e, no mapa de setorização, consta, oficialmente, a denominação Parolin⁴⁷.

A delimitação oficial dos bairros, definida a partir de critérios técnicos, desconsiderou importantes aspectos históricos da cidade, que foi evidenciado no estudo da ocupação da região do Parolin, pois a região era maior, ou seja, estendia-se da antiga Avenida Guaíra (atual Avenida Kennedy) até a via férrea, limite com as terras dos Hauer, e do Rio Vila Guaíra até além da Marechal Floriano, alcançando a estrada de ferro. Mesmo assim, referências que antes faziam parte da região dos Parolin, como o Hospital Nossa Senhora da Luz, a serraria dos Parolin, a “zona oleosa”⁴⁸, hoje ocupado por atuais concessionárias de veículos, ainda estão presentes no cotidiano dos moradores, apesar de tais referenciais hoje serem do bairro Prado Velho.

⁴⁴ A história dos Parolin no Brasil teve início em 1880, quando chegou ao porto de Paranaguá o imigrante italiano Antônio Parolin, viúvo, acompanhado de seus sete filhos, todos ainda crianças: Antonieta, Maria, Luísa, Joana, Bortolo, Antonio e João. (BOLETIM PMC, 1997, p. 7)

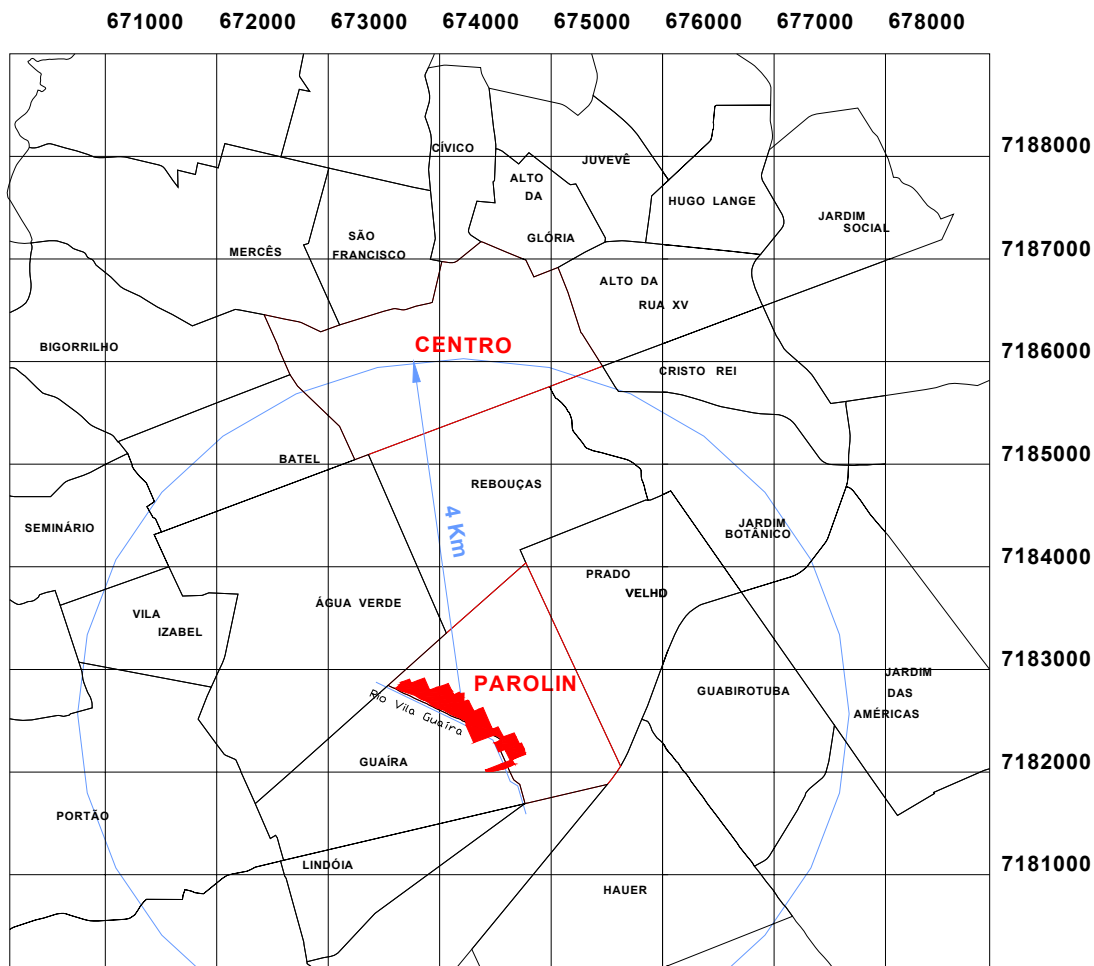
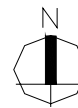
⁴⁵ Gazeta do Povo. 10 de setembro de 1982.

⁴⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Decreto-lei nº 175, de 11 de julho de 1947. (BOLETIM PMC, 1997, p. 83)

⁴⁷ _____. Decreto nº 1221 de 29 de agosto de 1968. Aprova mapa de setorização do Município. (BOLETIM PMC, 1997, p. 83)

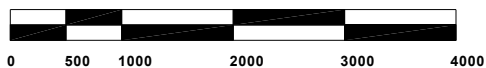
⁴⁸ A população chamava de “zona oleosa” o trecho da Marechal Floriano onde foram instalados, a partir dos anos 50, os depósitos de várias empresas, como Shell, Atlantic e Texaco. (BOLETIM PMC, 1997, p. 85)

FIGURA 08 – LOCALIZAÇÃO DA FAVELA E O CENTRO DE CURITIBA



FONTE: Mapa Conjunto & Invasões COHAB 2004. Adaptado por KASHIWAGI, H., 2004.

ESCALA



FONTE: KASHIWAGI, H. (2004)

Entretanto, nos dias atuais, a referência do bairro é a Favela do Parolin, que consolidou-se ao longo dos anos, tendo como principal causa o intenso processo de êxodo rural e concentração urbana ocorrido na década de 1970 e 1980 (MOURA, 2001). A Favela do Parolin, também conhecida por Favela do Valetão, data de 1960, época em que surgiram as primeiras famílias vindas do interior do Estado. Essas famílias, em busca de uma vida melhor, depararam-se com a falta de qualificação para obter emprego e, sem moradia, instalaram-se no Parolin, em terras livres do Município e lá ergueram os primeiros barracos. Rapidamente várias famílias vieram e, como a área era isolada, de puro mato, o adensamento gradativo dessa população deu origem à Favela do Parolin, considerada uma das maiores e mais antigas áreas de ocupação espontânea da cidade de Curitiba. Localizada ao longo do Rio Vila Guaíra, ela se estendeu por áreas públicas, particulares e de fundo de vale, em uma região, considerada atualmente, bastante valorizada. (BOLETIM PMC, 1997, p. 85)

A Favela do Parolin, objeto de estudo deste trabalho, também é conhecida por Valetão, está localizada ao longo do Rio Vila Guaíra, bairro do Parolin, que margeia a região central de Curitiba. (FIGURA 08) Distante 4 km do centro de Curitiba, a ocupação estendeu-se por áreas públicas, particulares e de fundo de vale, em uma região bastante valorizada. Essa favela, atualmente, é uma das maiores e mais antigas áreas de ocupação irregular. (FIGURA 09)

No início dos anos 60⁴⁹, muitas famílias do interior do Estado, que trabalhavam na agricultura, vieram para Curitiba em busca de uma vida melhor. Sem perspectivas, com dificuldades para conseguir trabalho e moradia, essas pessoas instalaram-se no Parolin, no/a qual existiam terras da Prefeitura ainda desocupadas. Lá foram erguidos os primeiros barracos. Rapidamente, outros foram construídos, mais gente chegou procurando um lugar para ficar, e, de repente, os primeiros moradores ganharam vizinhos, cuja proveniência desconheciam. Havia começado o período das ocupações.

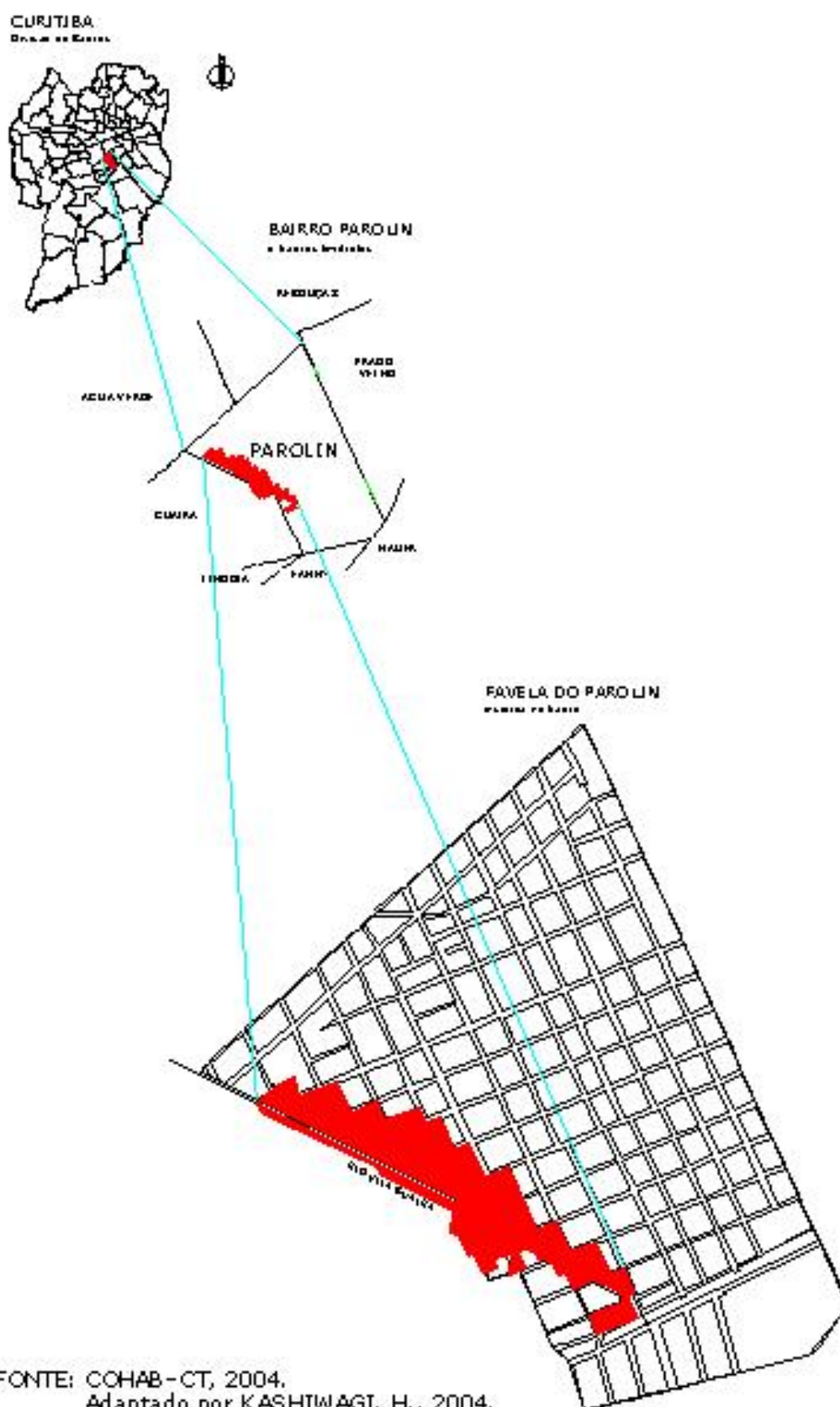
Em meados dos anos 60, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) deu início a um projeto de erradicação das 22 favelas existentes em Curitiba, com a construção do Conjunto Habitacional Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Para lá, foram removidas muitas das 507 pessoas que moravam no

⁴⁹ Segundo BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, v. 24, n. 121, nov. 1997, o surgimento da Favela do Parolin deu-se no início dos anos 60.

Parolin, em 124 casas.⁵⁰ A distância do centro e a dificuldade de adaptação ao novo espaço fizeram com que muitos abandonassem a Vila Nossa Senhora da Luz e retornassem ao Parolin. Em 1979, houve uma forte interferência na Favela do Parolin, com a retomada de muitos imóveis ocupados. Ameaçados por tratores dos donos de terra, os moradores viram-se forçados a desmontar seus barracos, reinstalando-os em outros locais. Eles foram aconselhados a ocupar a faixa de seis metros, junto ao rio, chamado “Valetão”. (BOLETIM PMC, 1997, p. 85-86)

⁵⁰CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 24 out. 1979.

FIGURA 09 – FAVELA DO PAROLIN – CURITIBA
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



FONTE: COHAB-CT, 2004.
Adaptado por KASHIWAGI, H., 2004.

Atualmente, a Favela do Parolin é o retrato da exclusão social⁵¹: barracos apinhados de gente, ausência de saneamento básico, lixo espalhado por todos os lados, tráfico de drogas, menores cheirando cola nas ruas, pessoas com medo de falar, temendo represálias. O cenário parece de uma grande favela do Rio de Janeiro ou de São Paulo, mas está bem no meio de Curitiba, num dos mais importantes bairros da cidade, o Parolin. A Favela do Parolin representa, para o poder público, uma das maiores e mais preocupantes favelas da capital paranaense. Essa invasão representa um problema consolidado, com aproximadamente uma população de 4.779 habitantes (IBGE Censo 2000), cujas famílias vivem em situação de marginalidade psico-social e cultural e distantes de qualquer padrão urbano de vida. Segundo o atual Presidente da Associação de Moradores, o número de pessoas vai muito além do que considera o censo, chegando, atualmente, em torno de 25.000 habitantes. Nesse sentido, a afirmação de GUIMARÃES (2000) quanto à sub, ou super, estimativa do IBGE no levantamento dos dados, induz-nos a questionar a real população dessa Favela.

Os levantamentos não são muito precisos, se compatibilizarmos os registros (IBGE e COHAB). Em 2000, segundo censo IBGE, estimaram-se 1.195 domicílios. Entretanto, em 2003, de acordo com novo levantamento feito pela COHAB, estima-se que existam cerca de 1.522 domicílios. Deste número, aproximadamente 378 estão sobre a faixa de preservação permanente do rio, de 30 metros⁵². Conforme exigências do Código Florestal Brasileiro, as famílias que estão vivendo dentro dessa faixa deverão ser obrigatoriamente realocadas, não sendo possível submetê-las ao processo de regularização fundiária.

⁵¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 jan.1998.

⁵² Lei nº 4.771 de 15 set. 1965 do Código Florestal Brasileiro.

3.1.1 CARACTERIZANDO OS MORADORES DA FAVELA

O universo de análise dos moradores, conforme dito anteriormente, é composto de 20 indivíduos, de diferentes faixas etárias, gênero e situação socioeconômica, escolhidos aleatoriamente, considerando-se preferencialmente aqueles cujo local de nascimento é a própria favela. Destacamos alguns dados complementares à nossa pesquisa, caracterizando mais detalhadamente os quesitos abaixo relacionados, apresentando-os por meio de tabela. Esses dados complementares auxiliam na compreensão do processo de percepção e de apropriação do lugar, pois pudemos perceber que a **faixa etária**, o **grau de instrução** e o **rendimento mensal** refletem-se nas entrevistas e nas representações mentais. Esses dados têm como fonte o levantamento do IBGE de 2000. Assim, faz-se necessário salientar que o IBGE considera a área da Favela do Parolin composta por cinco setores. Os setores são identificados nesta pesquisa conforme a nomenclatura adotada pelo IBGE: 41 06902 05 06 0128, 41 06902 05 06 0137, 41 06902 05 06 0138, 41 06902 05 06 0139 e 41 06902 05 06 0150. (ANEXOS 01, 02, 03, 04 e 05)

- A – Caracterização dos moradores de acordo com a faixa etária;
- B – Caracterização dos moradores quanto à alfabetização;
- C – Caracterização dos moradores de acordo com o rendimento mensal.

A – Caracterização dos moradores de acordo com a faixa etária:

Conforme podemos constatar pelos dados numéricos apresentados na tabela a seguir, na população da favela, embora tenha um número significativo de 4.964 (IBGE, 2000), pode-se perceber um elevado número de pessoas com idade inferior a 30 anos, ou seja, 3.038 pessoas, que representam 70,22% da população. O trabalho de campo mostrou que os indivíduos, nessa faixa etária, têm, como local de nascimento, a favela. Dentro dessa porcentagem, muitos são seus filhos. Esses dados revelam que nos aproximados 50 anos de existência dessa favela, hoje, a terceira geração consolida as raízes no lugar. Apenas 213

indivíduos encontram-se na faixa acima de 60 anos, representando 4,3%, e, entre 30 e 60 anos, 1.265 indivíduos, totalizando 25,48%.

TABELA 05 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES – FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA						
IDADE	SETOR 41 06902 05 06 0128	SETOR 41 06902 05 06 0137	SETOR 41 06902 05 06 0138	SETOR 41 06902 05 06 0139	SETOR 41 06902 05 06 0150	Nº TOTAL
0 a 4	151	80	320	111	108	770
5 a 9	140	82	261	88	94	665
10 a 14	109	74	238	72	82	575
15 a 19	98	79	189	79	74	519
20 a 24	111	60	179	75	84	509
25 a 29	92	58	159	67	72	448
30 a 34	65	39	111	57	64	336
35 a 39	56	42	90	47	41	276
40 a 44	65	32	77	35	35	244
45 a 49	40	11	75	25	26	177
50 a 54	28	16	36	14	25	119
55 a 59	24	16	33	20	20	113
60 a 64	23	12	34	13	18	100
65 a 69	18	6	20	5	4	53
70 a 74	8	7	4	5	11	35
75 a 79	6	1	5	0	3	15
80 ou mais	2	1	3	1	3	10
TOTAL	1.036	616	1.834	714	764	4.964

FONTE: IBGE, 2000.

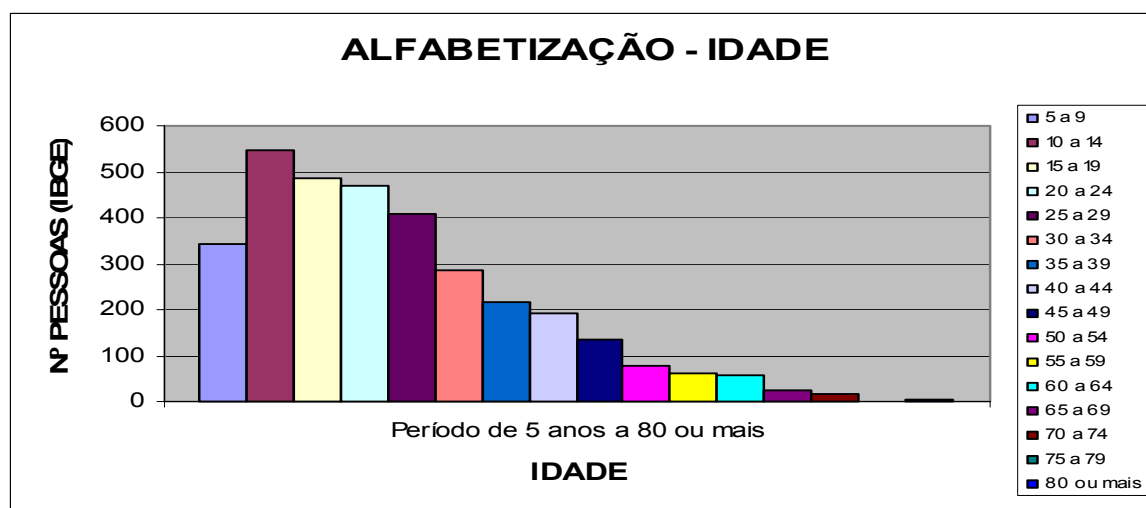
B – Caracterização quanto à alfabetização:

As tabelas a seguir mostram o número de indivíduos alfabetizados e analfabetos (IBGE, 2000) dos moradores da Favela do Parolin, tendo como base o que o IBGE considera como pessoa alfabetizada, ou seja, "...a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia". E para a pessoa analfabeta, "...aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu e a que apenas assinava o próprio nome".

TABELA 06 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES – ALFABETIZAÇÃO

INDIVÍDUOS ALFABETIZADOS						
IDADE	SETOR 41 06902 05 06 0128	SETOR 41 06902 05 06 0137	SETOR 41 06902 05 06 0138	SETOR 41 06902 05 06 0139	SETOR 41 06902 05 06 0150	Nº TOTAL
5 a 9	80	44	119	28	71	342
10 a 14	104	74	223	64	80	545
15 a 19	95	77	171	73	70	486
20 a 24	107	58	159	66	80	470
25 a 29	87	50	140	61	70	408
30 a 34	56	32	89	46	62	285
35 a 39	46	37	60	40	35	218
40 a 44	52	27	55	26	30	190
45 a 49	30	7	57	20	22	136
50 a 54	20	12	17	10	19	78
55 a 59	14	10	8	14	15	61
60 a 64	8	6	19	10	13	56
65 a 69	11	4	6	2	3	26
70 a 74	5	4	0	1	6	16
75 a 79	1	0	1	0	0	2
80 ou mais	2	0	1	1	0	4
TOTAL	718	442	1.125	462	576	3.323

FONTE: IBGE, 2000.

GRÁFICO 01 – NÚMERO DE PESSOAS ALFABETIZADAS CONFORME IDADE

FONTE: KASHIWAGI, H., 2004.

Orientando-se pelas faixas adotadas no item anterior, podemos perceber que os indivíduos, nascidos na favela, atingem 67,73% de alfabetização, ou seja, 2251 pessoas, entre adultos e crianças alfabetizadas. Isto deve-se a localização central que disponibiliza ensino municipal e estadual, além de creches. A faixa de 30 a 60 anos, somam 968 indivíduos alfabetizados e representam 29,13%. Aqueles com idade superior a 60 anos, 37 pessoas, representam apenas 3.14% da população alfabetizada na favela.

TABELA 07 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES – ANALFABETISMO

INDIVÍDUOS NÃO-ALFABETIZADOS						
Idade	SETOR 41 06902 05 06 0128	SETOR 41 06902 05 06 0137	SETOR 41 06902 05 06 0138	SETOR 41 06902 05 06 0139	SETOR 41 06902 05 06 0150	Nº TOTAL
5 a 9	60	38	142	60	23	323
10 a 14	5	0	15	8	2	30
15 a 19	3	2	18	6	4	33
20 a 24	4	2	20	9	4	39
25 a 29	5	8	19	6	2	40
30 a 34	9	7	22	11	2	51
35 a 39	10	5	30	7	6	58
40 a 44	13	5	22	9	5	54
45 a 49	10	4	18	5	4	41
50 a 54	8	4	19	4	6	41
55 a 59	10	6	25	6	5	52
60 a 64	15	6	15	3	5	44
65 a 69	7	2	14	3	1	27
70 a 74	3	3	4	4	5	19
75 a 79	5	1	4	0	3	13
80 ou mais	0	1	2	0	3	6
TOTAL	167	94	389	141	80	871

FONTE: IBGE, 2000.

C – Caracterização quanto ao rendimento mensal:

Nesta tabela, buscou-se levantar a renda média de salário dos responsáveis pela casa. Com base nos dados do IBGE (2000), os rendimentos foram apurados segundo as classes de salário mínimo vigentes na época, no qual considerou-se o valor que vigorava no mês de referência, julho de 2000, e o salário mínimo era de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais). Esses dados servem para se ter uma idéia global da situação econômica da comunidade, porque se remetermos aos dias atuais, nos quais o salário mínimo de julho de

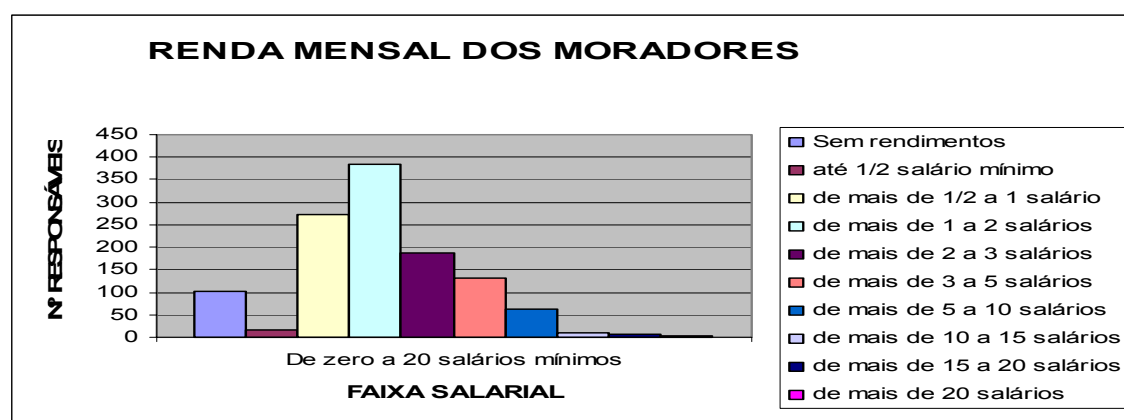
2004 é de R\$ 260,00⁵³ (duzentos e sessenta reais), obteríamos outra realidade, talvez pior, ou não. Contudo não é objetivo desta pesquisa averiguar com exatidão a renda salarial dos responsáveis pela casa, mas compreender que o baixo rendimento mensal, somado à falta de infra-estrutura, contribui para a construção de um mundo vivido diferenciado. A renda dos moradores da favela entrevistados provém de prestação de serviços pontuais informais no entorno, atuando em áreas de serviços domésticos e gerais, como vigias noturnos, guardadores de carros, construção civil, carregador de papel, etc.

TABELA 08 – CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES – RENDA MENSAL

RENDA MENSAL DOS MORADORES						
FAIXA SALARIAL	SETOR 41 06902 05 06 0128	SETOR 41 06902 05 06 0137	SETOR 41 06902 05 06 0138	SETOR 41 06902 05 06 0139	SETOR 41 06902 05 06 0150	Nº TOTAL
Sem rendimentos	10	24	57	5	5	101
até 1/2 salário mínimo	10	1		6	0	17
mais de ½ a 1 salário	47	28	120	47	29	271
mais de 1 a 2 salários	108	41	118	56	60	383
mais de 2 a 3 salários	42	23	60	19	44	188
mais de 3 a 5 salários	38	18	28	20	28	132
mais de 5 a 10 salários	17	7	12	12	16	64
mais de 10 a 15 salários	2	3	1	2	2	10
mais de 15 a 20 salários	1	0	1	3	1	6
mais de 20 salários	0	1	0	0	2	3
TOTAL	265	122	340	165	182	1.074

FONTE: IBGE, 2000.

GRÁFICO 02 – RENDA MENSAL DOS MORADORES



FONTE: KASHIWAGI, H., 2004.

⁵³ BRASIL. Lei 10.888 de 24 de junho de 2004. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, M. P. n. 182, 25 de jun. 2004.

3.2 A PESQUISA

A análise espacial de uma favela pode ser vista de diversos pontos de vista, mas, ao vê-la como espaço de intervenção abordado pelo planejamento urbano, nos deparamos com relações estabelecidas entre o ser humano como indivíduo, o grupo social, o ambiente e as ações refletidas na organização espacial. Os elementos físicos que compõem esse espaço adquirem vida ao serem interpretados pela investigação empírica. As imagens perceptivas e simbólicas refletidas nos mapas mentais, desvendam uma visão de mundo estabelecida pelo grupo social.

Nesse sentido, aguçamos a abordagem humanística em sua vertente fenomenológica, em direção aos conceitos de espaço vivido, cujo resultado das análises aqui apresentados não tem a pretensão de serem conclusivos. São análises que trazem contribuições relevantes para compreensão das interações entre a Fenomenologia e o planejamento urbano. São investigações que abrem perspectivas de indagações e descortinam novos caminhos e trilhas.

Esta pesquisa é um convite a que outros, em outros contextos, também reflitam, discutam e experienciem a Fenomenologia. E, em se tratando de estudo das comunidades que vivem em favelas, a abordagem fenomenológica é pertinente ao enfocarmos o homem como sujeito, dotado não só de razão, mas de sentimentos, crenças e valores. Ao atribuímos sentido ao espaço, redefinem-se os conceitos de lugar, de território e de espaço vivido, tornando a análise espacial mais abrangente rumo às análises das interfaces existentes nos estudos sobre o urbano. Assim, diante dessa perspectiva, organizamos a pesquisa empírica na tentativa de perceber como as pessoas percebem e constroem o seu mundo vivido diante de um determinado contexto.

3.2.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa empírica foi organizada em duas partes. A primeira registrando dados por meio de questionário (ANEXO 07) aplicado aos moradores e não-moradores e a segunda, solicitando a elaboração de mapas mentais. Para os planejadores urbanos, as questões foram mais pontuais, referentes a elementos urbanos, à localização e às possibilidades de intervenção, pois os vínculos com o lugar são estritamente técnicos.

O questionário aplicado aos moradores e aos não-moradores foi organizado em cinco itens: identificação, a relação com o lugar, avaliação e julgamento do lugar, a descrição do cotidiano e, por último, relatos de quando chegaram ao local e de como era o lugar. Aos planejadores urbanos questionou-se como percebiam e o que representava a favela, o rio, a rua, a moradia bem como sua localização e qual seria a intervenção urbana adequada ao local. Solicitaram-se duas respostas para cada item, ou seja, devido à formação do grupo, a primeira resposta mostrou uma visão de um mundo concebido legal (concreto). Entretanto, a segunda resposta solicitada mostrou como aqueles itens eram subjetivamente representados, na tentativa de construir o mundo de sentimentos e de qualidades, moldado por eles. Dessa forma, com base nesses itens, elaborou-se um quadro esquemático das respostas levantadas, de modo a contrapor o mundo vivido e sentido ao mundo concebido da cidade legal. (QUADRO 04)

A aplicação dos mapas mentais para os três grupos foi a mesma, e consistiu na representação, por meio de desenho a Favela do Parolin no contexto urbano, destacando um ou mais elementos que considerassem importante num processo de intervenção urbana. Para não haver interferência nos resultados dos desenhos, solicitamos, num primeiro momento, que se elaborasse apenas o mapa mental e que, posteriormente, fosse aplicado o questionário.

Alguns obstáculos, durante a realização do trabalho de campo, fizeram-nos reduzir a amostragem pretendida nos grupos de moradores e não-moradores, que, inicialmente, era de 50 (25 moradores e 25 não-moradores), reduzindo-se a 20 moradores e 10 não-moradores. Mesmo tendo oficializado o pedido de

autorização na Associação de Moradores para executar a pesquisa, as dificuldades encontradas fizeram reduzir o número de entrevistados. Num período de dois meses, foram diversas as tentativas de visitas, algumas com sucesso, nas quais obtivemos os presentes resultados. Outras foram suspensas, devido aos riscos iminentes de tiroteio entre traficantes e a polícia.

Tais obstáculos dificultaram as aproximações. Nessa mesma situação encontram-se as favelas do Rio de Janeiro, que, segundo MOREIRA (2003), são territórios em constante conflito entre traficantes e a polícia. O autor salienta que os moradores, sem terem como se defender, aprendem a conviver e a respeitar as regras a eles impostas. Em Curitiba, a situação não é muito diferente, tendo como testemunho a favela em estudo.

3.2.2 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NO TRABALHO DE CAMPO

Acreditamos ser importante destacar alguns obstáculos encontrados no trabalho de campo, que vão desde a dificuldade de transitar em segurança dentro da favela ao desinteresse por profissionais do poder público. Esses fatos obstruem o processo de investigação de uma realidade, mas, ao mesmo tempo, mostram outra realidade. Os resultados esperados das entrevistas e da análise dos mapas mentais, então, mostram, mesmo que com interferências, um mundo vivido, que é de extrema importância para este trabalho.

Verificou-se nas visitas, na favela, que além dos riscos enfrentados pela pesquisadora ao deparar-se de frente com a marginalidade, para se conseguir a participação do indivíduo na pesquisa, era necessário barganhar uma prenda⁵⁴ pela troca de informações. Dessa maneira, obtivemos mais êxito nas entrevistas com os moradores da favela.

Outro obstáculo encontrado foi o descrédito depositado nos pesquisadores, pois não havendo resultados imediatos, o desinteresse em participar e a descrença de que o cenário pode vir a mudar está no semblante dos moradores da favela. Era de se esperar essa atitude diante de quase meio século de descaso do poder público. Em época de eleição, as promessas feitas animam os indivíduos da favela. Alguns problemas imediatos são atendidos, como a fome, mas que não proporcionam a melhoria de vida. Assim, é natural que não creiam que uma pesquisa sane o problema maior deles, que é a moradia.

Além desses obstáculos físicos, deparamos com as barreiras emocionais, ou seja, os sentimentos e as vontades são dominados pelo medo e pela insegurança. A Lei do Silêncio é a segurança das famílias. Necessitou-se, então, desenvolver uma amizade com eles. Uma família era visitada várias vezes e, a cada visita, um pouco do lugar era falado. A hesitação em desenhar era defendida pela falta de instrução, mas, ao esclarecer-se que não havia regras ou normas, que a representação era livre de conceitos, esforçavam-se em esboçar os seus pensamentos. Em alguns casos, uma entrevista tomava uma tarde; em outras

⁵⁴ A prenda composta por um conjunto de material escolar foi a forma encontrada pela pesquisadora para se aproximar e ao mesmo tempo, agradecer pela participação do indivíduo na pesquisa.

duas, três, tardes. O período da tarde foi considerado o menos inseguro, desde que não avançasse o entardecer. Essas medidas eram tomadas por conselho dos próprios moradores.

Um obstáculo não esperado apareceu por parte de alguns profissionais do poder público que, em se tratando dessa favela, foram indiferentes a esta pesquisa. Essa favela está sobre lotes de propriedade particular, parte deles já estão em poder do Município. O poder público necessita ter a posse de toda a área para intervir, mas, para que isso ocorra, é preciso desapropriar as terras. Isso envolve um longo e desgastante processo de desapropriação, cujas terras são negociadas com os proprietários. A possibilidade de intervenção urbana na área acontecerá mediante a posse legal pelo poder público de toda a propriedade. Dessa forma, assim como os moradores desacreditam nas pesquisas, alguns profissionais também desacreditam que estas pesquisas teóricas levem a algum resultado imediato. Então, em alguns casos, participam e colaboram e, em outros, não.

A partir dos obstáculos e da problemática apontada na pesquisa empírica, definiu-se o universo de análise, adequando-se o número de entrevistados conforme as possibilidades, desde que considerados suficientes para a obtenção de dados para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.2.3 DEFININDO O UNIVERSO DE ANÁLISE

Neste estudo pretendemos mostrar através de pesquisa em campo, como a Favela do Parolin é percebida e representada por três grupos. Os grupos são compostos por moradores da favela e não-moradores, que estabelecem parâmetros de comparação com a percepção do terceiro grupo, de planejadores urbanos. Buscamos investigar como o espaço da favela é percebido, apreendido e incorporado pelos indivíduos, quando são solicitados a representá-los, pelos mapas mentais, decodificando-os e explicitando os elementos urbanos essenciais dentro de um processo de intervenção urbana.

O trabalho empírico realizado em campo foi desenvolvido num período de dois meses, nos quais tivemos contato direto com os indivíduos que compuseram a amostra. O grupo pesquisado integra o universo total de 40 indivíduos de diferentes faixas etárias, gênero e situação socioeconômica. E, em direção à análise dos elementos provenientes da pesquisa ressaltamos algumas características dos grupos.

O grupo **morador da favela** caracterizou-se por indivíduos idosos e por aqueles nascidos na favela, composto por crianças, jovens e adultos, abrangendo um universo de 20 indivíduos.

O grupo **não-morador** foi composto por 10 indivíduos, cuja principal característica era a proximidade com a favela: suas casas fazem divisa com os limites da favela e diferenciam-se pela legalidade do lote. Tal fato corresponde à importância do resgate com o passado.

O terceiro grupo, **planejadores urbanos**, é composto de arquitetos, engenheiros civis e assistentes sociais, totalizando 10 profissionais, cuja principal característica é a atividade profissional relacionada com processos de intervenção urbana. Levou-se em consideração aqueles que já tiveram contato com a Favela do Parolin, mesmo que de forma preliminar.

Durante a realização do trabalho em campo, é interessante ressaltar algumas peculiaridades, pois foram diversas as reações das pessoas ao serem abordadas: os mais receptivos foram os não-moradores, cuja faixa etária, curiosamente, estava entre 41 e 72 anos, em geral casais idosos, morando sozinhos. Os filhos mudaram-se para longe do bairro, alguns para outras cidades

do interior, traumatizados com atos de violência gerados pela favela. O mais interessante são aqueles que têm filhos, ainda na fase escolar, preferirem mandá-los para outras cidades, na casa de parentes, garantindo assim a educação e o bem-estar. As entrevistas davam início no interior das casas, como medida de segurança, pois na rua os tiroteios, inclusive os assaltos à mão armada, não tinham hora para acontecer. Responderam prontamente ao questionário, entretanto, hesitavam em desenhar. Inicialmente ficavam reticentes, mas ao esclarecer que não haveria desenho certo ou errado, questionário bem respondido ou não, terminavam a representação gráfica contentes com o resultado, sem esconder o que registraram. Segundo KOZEL (2001, p. 43) “o medo de errar é reflexo traumático do Sistema de Avaliação, ainda vigente como forma de classificação e punição na maioria das instituições de ensino, produzindo bloqueios muitas vezes insuperáveis”. Essa hesitação mostra o reflexo que carregam desde a época escolar, mas percebeu-se que, na visão deles, a relação de saber desenhar está no grau de estudo, ou seja, quanto mais estudo a pessoa tem melhor ela sabe representar. Isso se contradiz quando percebemos numa moradora da favela com pouco grau de instrução, noção de representação do espaço e das figuras humanas.

O fato mais impactante durante as entrevistas aos adultos era a solicitação, após responderem ao questionário, da representação do mapa mental. Nessa hora, muitas desculpas e argumentos eram dados: diziam que desenhar era mais fácil para as crianças, que era preciso aptidões e estudo para elaborar um desenho. Além dessa dificuldade, outra foi o não-aprofundamento em detalhes sobre o real objetivo da pesquisa, cujas respostas evasivas encerravam as entrevistas e influenciavam nas representações mentais.

Para o grupo de planejadores urbanos, destacando os arquitetos, cuja linguagem para expressar algo é pelo desenho, foi uma atividade rápida, agradável e com resultados curiosos. Para os engenheiros prevalece a linguagem dos números, e foi um pouco mais difícil, mas cumpriram o solicitado prontamente. As assistentes sociais tiveram mais dificuldade, argumentando a falta de visão espacial, entre outras desculpas. Mas, o mais interessante foi um grupo de profissionais, envolvidos diretamente com o processo de regularização fundiária, que hesitou e posteriormente ignorou a participação nesta pesquisa.

Mesmo assim, o número de profissionais participantes permitiu chegar aos resultados esperados para esta pesquisa.

3.3 ANALISANDO OS RESULTADOS

Apesar dos percalços acima mencionados, foi possível realizar a pesquisa de acordo com os objetivos propostos. Os instrumentos de análise serão apresentados de acordo com os procedimentos metodológicos desenvolvidos por KOZEL (2001). A utilização de mapas mentais como instrumento de pesquisa foi de fundamental importância, tendo em vista a diversificação de elementos que proporcionaram, como a percepção e a apropriação do lugar e seus significados, valores socioculturais e construções sógnicas, constituindo-se no referencial para as reflexões e as abordagens propostas.

3.3.1 INTERPRETAÇÃO DOS MAPAS MENTAIS

Conforme mencionado anteriormente a metodologia adotada para análise e interpretação dos mapas mentais foi a desenvolvida por KOZEL (2001) que tem como parâmetros: a interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; a distribuição dos elementos da imagem, quanto à especificação dos ícones (pela representação de elementos da paisagem natural, da paisagem construída, dos elementos móveis e humanos) e, por último, a apresentação de outros aspectos ou particularidades.

De acordo com a autora, o resultado da aplicação dessas interpretações nos mapas mentais desta pesquisa, aliados a uma abordagem fenomenológica do espaço, revelam uma nova forma de abordagem, que tem o intuito de contribuir nas análises espaciais, de forma a compreender a lógica dos atores, desde as aspirações individuais aos sistemas de valores dos grupos sociais.

A – INTERPRETAÇÃO QUANTO À FORMA DE REPRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS NA IMAGEM

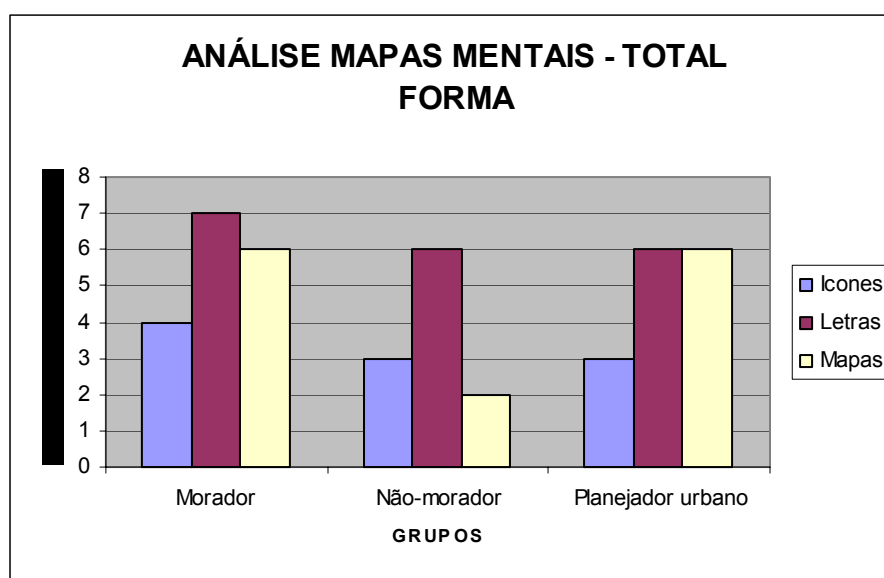
KOZEL (2001) observa, numa primeira análise das representações, uma diversidade de formas representativas, que são identificadas por **ícones** ou formas de representação gráfica por meio de desenho; **letras**, isto é, palavras complementando as representações gráficas; e **mapas**, formas de representação cartográfica que evidenciam a espacialização do lugar.

Assim, a partir dessa interpretação, podemos observar em nosso estudo a predominância da letra em todos os grupos, mas também aparecem associadas a ícones. É interessante destacar ainda que o grupo de moradores da favela, apesar do baixo grau de escolaridade (demonstrados na TABELA 06 e no GRÁFICO 01), têm noção da espacialização do lugar, assim como os planejadores urbanos. Para melhor compreensão dessa análise, podemos observá-la na TABELA 09 e no GRÁFICO 03 e, exemplificados a seguir em alguns mapas mentais.

TABELA 09 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA IMAGEM

	Morador	Não-morador	Planej. urbano	TOTAL
Ícone	4	3	3	10
Letra	7	6	6	19
Mapa	6	2	6	14
TOTAL GERAL	17	11	15	43

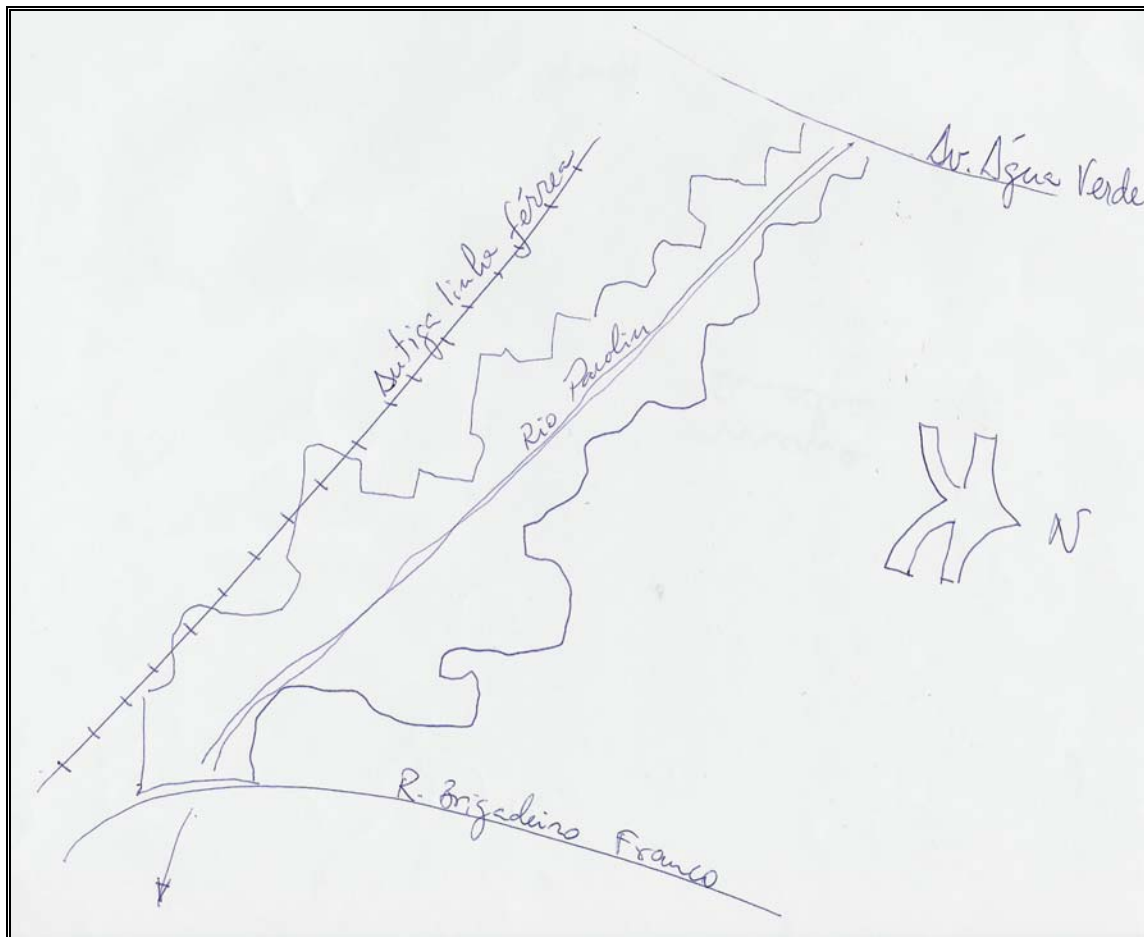
FONTE: KOZEL, 2001, p. 52. Adaptado por KASHIWAGI, H., 2004.

GRÁFICO 03 – ANÁLISE DE MAPAS MENTAIS QUANTO À FORMA

FONTE: KASHIWAGI, H., 2004.

FORMA DE REPRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS NA IMAGEM

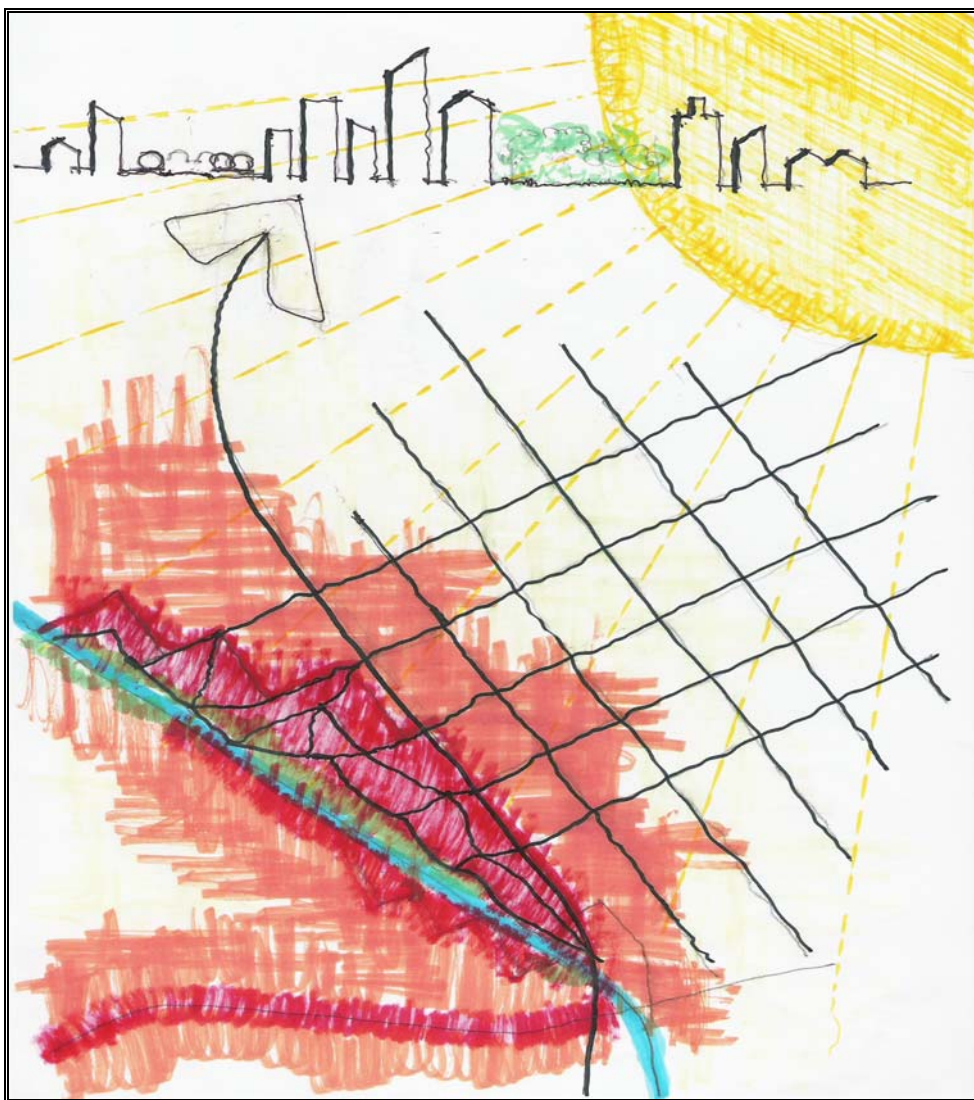
Exemplo 01 – Ícones e letras



Podemos observar, na construção desse mapa mental a presença de ícones mostrando o perímetro da favela de forma irregular e fechada. Mostra também sua localização central, ao representar imaginariamente o seu limite com a Avenida Água Verde. A representação da linha férrea, do rio e das ruas foram reforçados pelas palavras. O entorno da favela não é representado, não há quadras e nem ruas internas. Isso demonstra a visão de isolamento do lugar, segregando e separando o mundo real da cidade do mundo vivido pelos moradores.

Exemplo 02 – Ícone e letras

Neste mapa mental, observamos a representação do entorno da favela por ícones que destacam elementos urbanos, como comércios, prédios, casas, empresa de ônibus, estações-tubo e ponte, que são destacados pelas palavras. Mostra um lugar com infra-estrutura e serviços, que retrata o cotidiano do bairro. As ruas apresentam movimento e dinamismo, representando literalmente as vias arteriais que alimentam a favela. Há vida no lugar e a preocupação com o abrigo, a casa, é fortemente destacada com a textura do telhado.

Exemplo 03 – Ícone

Neste exemplo, observamos uma variedade de ícones representando a favela inserida no bairro e sua inserção na cidade. Mostra que sua localização a favorece nas mesmas oportunidades daqueles que moram próximo ao centro, com o sol sendo igual para todos. Percebemos, com a representação da malha urbana chegando na favela, uma preocupação em transformar a favela num bairro, idéia reforçada com a seta que indica uma imagem desejada de verticalização da área.

Exemplo 04 – Mapa e Ícone

A imagem evidencia a representação espacial do município de Curitiba, por meio de um mapa, assim como destaca, por meio de ícones, a localização da favela bem próxima ao centro da cidade. Destaca ainda as vias principais e a área de preservação no entorno do município e na própria favela. Observamos também a representação do mundo legal, destacado pelo centro da cidade e o mundo ilegal, a favela. Nota-se em destaque a vegetação no entorno do rio que mostra a preocupação mesmo que intencional com a preservação da vegetação, mas que, na realidade, não existe mais.

B – INTERPRETAÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS DA IMAGEM

Nesta interpretação, KOZEL (2001) salienta que, a partir da forma, verificou-se que as representações diferiam também quanto à disposição da imagem. Assim identificou alguns aspectos que classificou:

- Representação da imagem em perspectiva;
- Representação da imagem em forma horizontal;
- Representação da imagem em forma circular;
- Representação da imagem em forma de quadros e quadras;
- Representação da imagem de maneira dispersa;
- Representação de imagens isoladas.

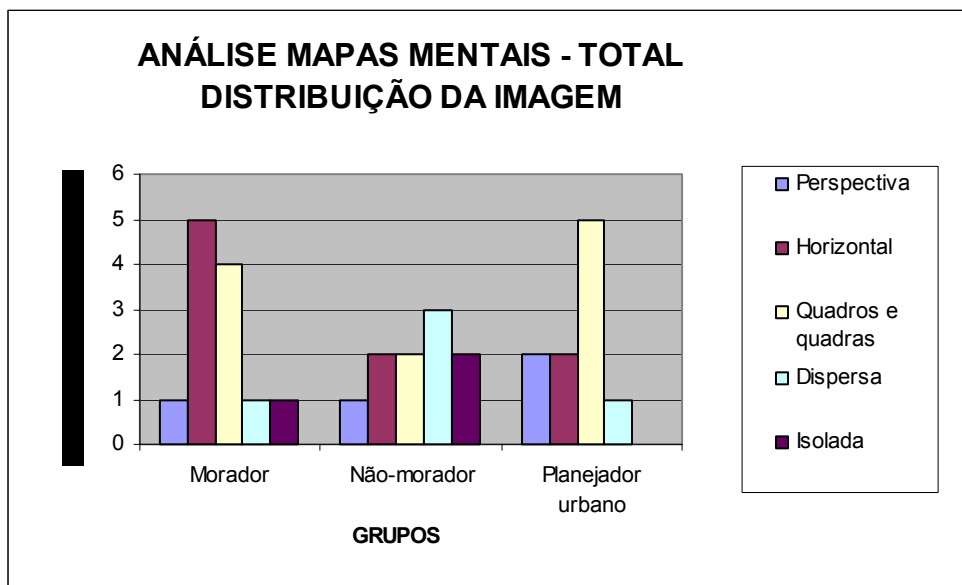
Ao aplicar essa interpretação no universo de análise, percebemos que a disposição da imagem em forma de quadras foi a que mais se destacou, com predominância nos grupos dos moradores da favela e no dos planejadores urbanos. Observamos ainda que a incidência das representações de imagens dispersas foi mais evidente no grupo dos não-moradores. A representação em forma circular não foi verificada em nenhum dos mapas mentais dos grupos.

Entretanto, as representações em forma horizontal, presente em todas os grupos, apareceram em maior predominância entre os moradores da favela. Estas análises podem ser averiguadas na da TABELA 10 e no GRÁFICO 04 e nas imagens exemplificadas nos mapas mentais que seguem.

TABELA 10 – MAPAS MENTAIS – DISTRIBUIÇÃO DA IMAGEM

	Morador	Não-morador	Planej. urbano	TOTAL
Perspectiva	1	1	2	4
Horizontal	5	2	2	9
Circular	0	0	0	0
Quadros/Quadras	4	2	5	11
Dispersa	1	3	1	5
Isolada	1	2	0	3
TOTAL GERAL	12	10	10	32

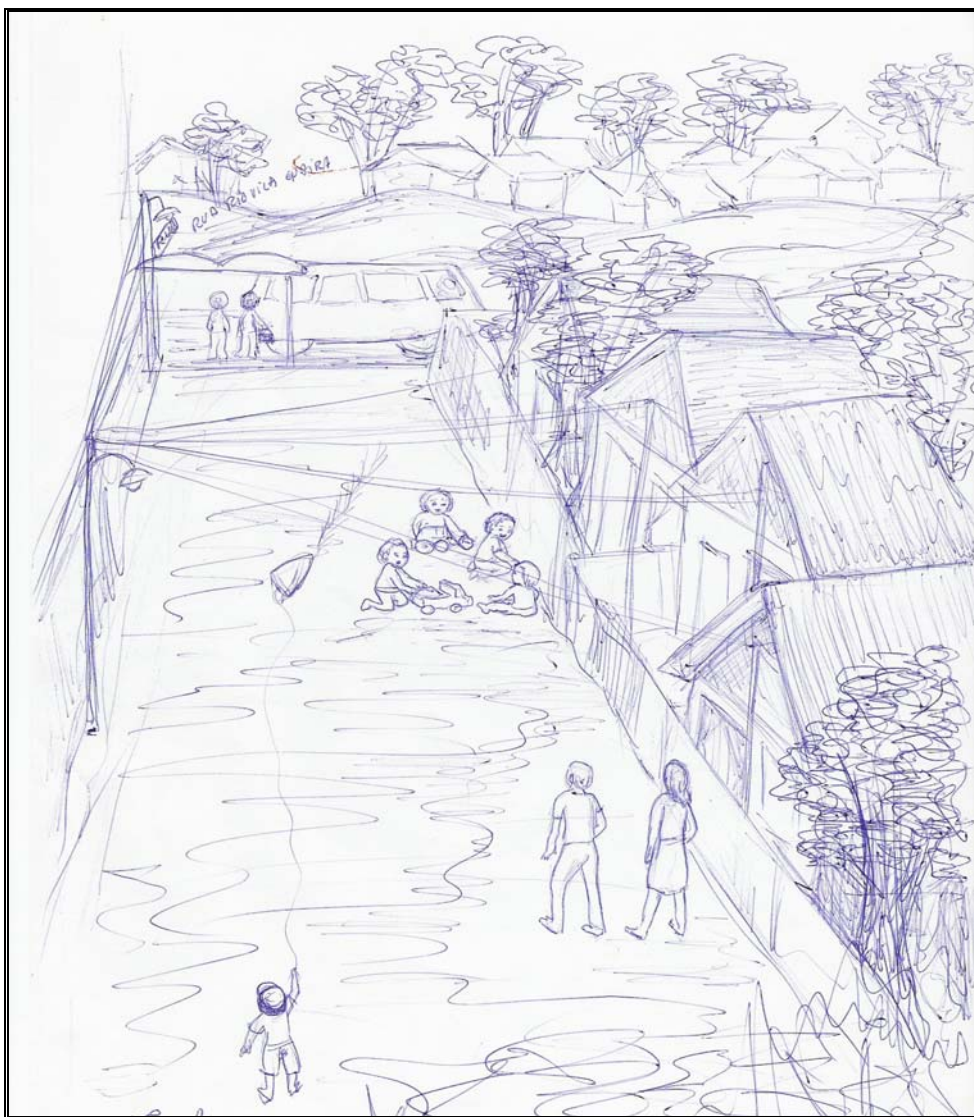
FONTE: KOZEL, 2001, p. 56. Adaptado por KASHIWAGI, H., 2004.

GRÁFICO 04 – ANÁLISE DE MAPAS MENTAIS – DISTRIBUIÇÃO DA IMAGEM

FONTE: KASHIWAGI, H., 2004.

DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS DA IMAGEM

Exemplo 01 – Imagem em perspectiva



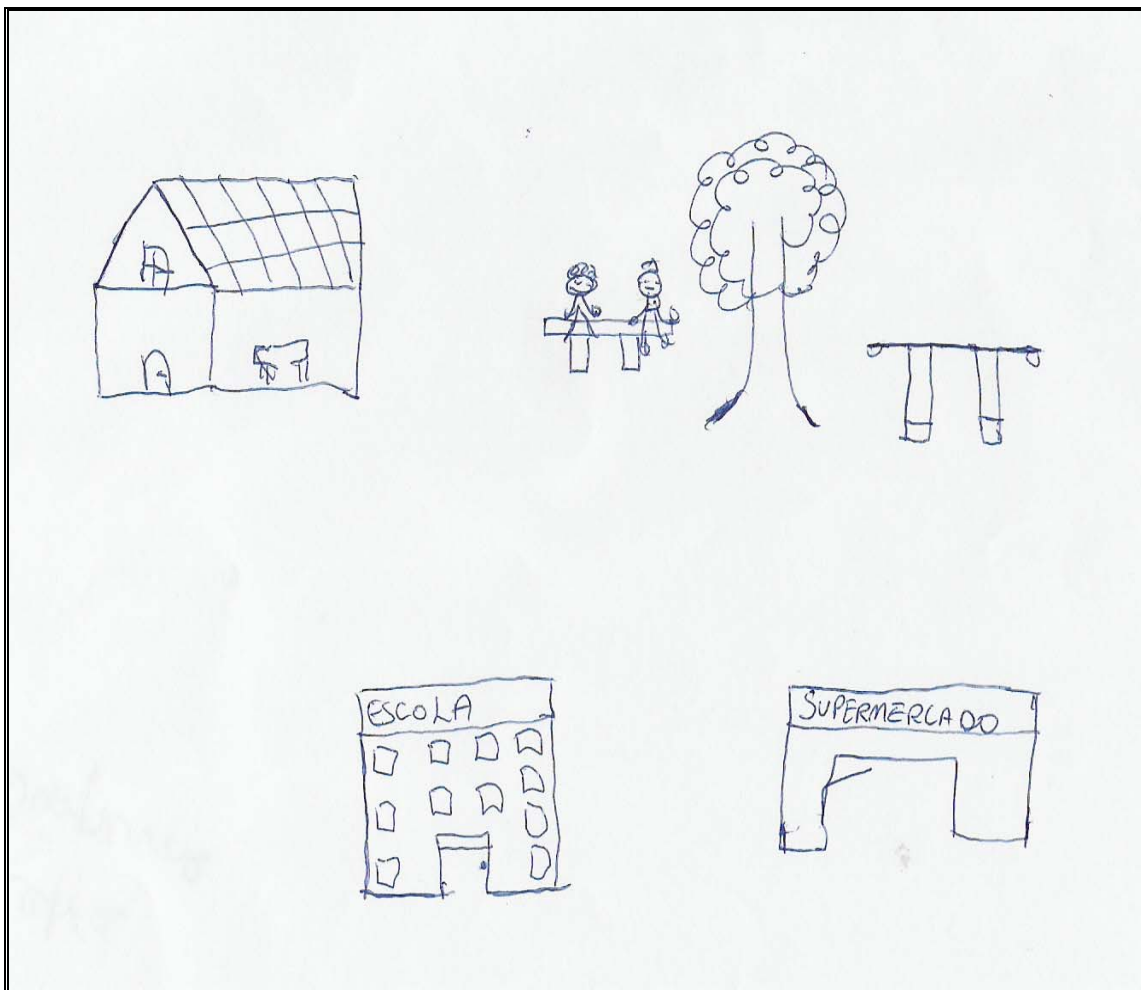
A representação da imagem em perspectiva nos mostra a rua como extensão da casa, usada para o lazer das crianças. Percebemos também a iluminação clandestina das casas, que evidencia a ilegalidade das construções. As casas amontoadas revelam a ocupação desordenada do lugar. Percebemos um ambiente alegre, crianças sentadas no chão, tranquilas, brincando juntas, outra soltando pipa, outras caminhando pela rua. Essas ações revelam o espaço vivido da favela. As pessoas no ponto de ônibus, carros transitando pelas ruas, montanhas com muitas árvores representam o mundo desejado para a favela, ou seja, um mundo real construído a partir das experiências do mundo vivido.

Exemplo 02 – Imagem horizontal

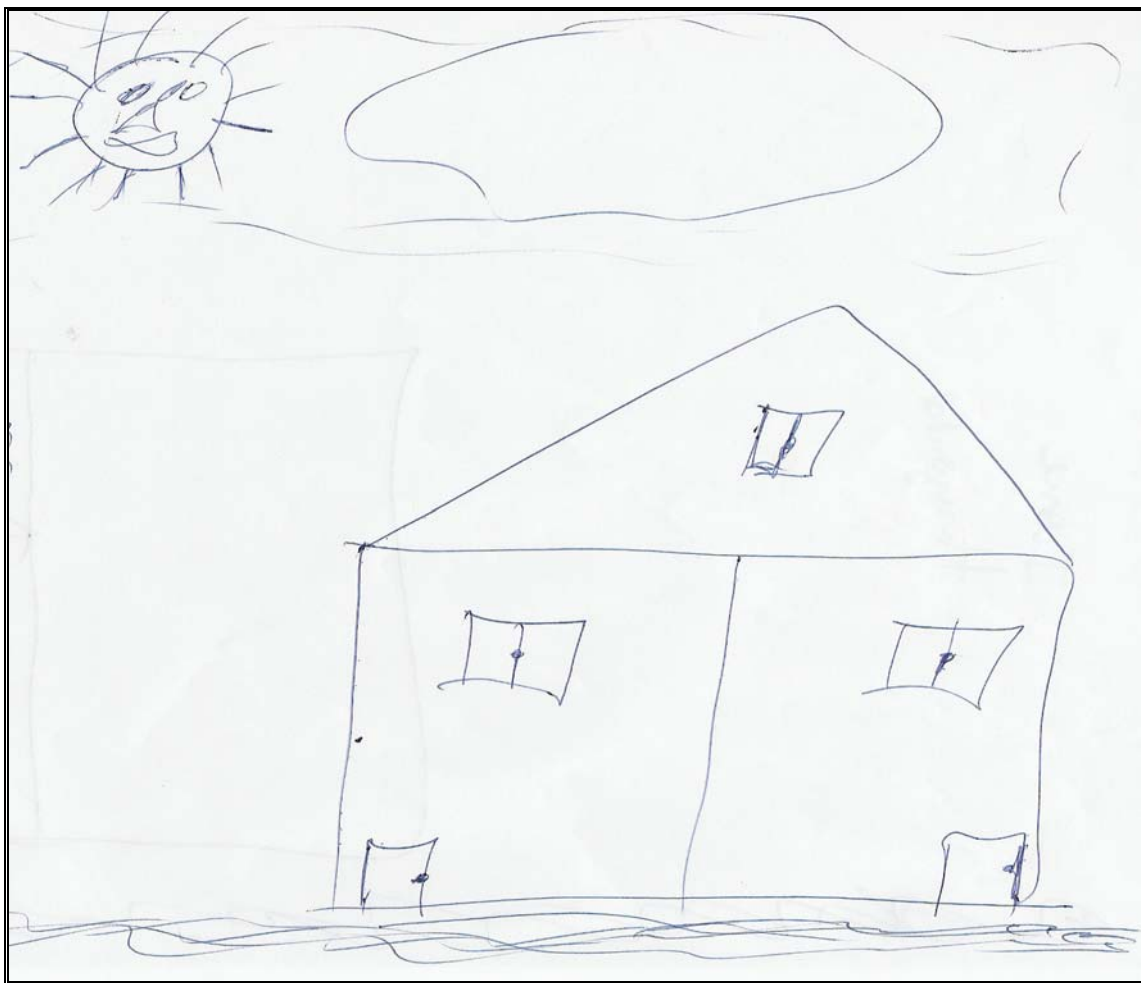
A imagem apresenta-se sobre uma base horizontal, representada pela rua. A idéia de uma área bem localizada fica evidente na representação, pela presença do *Shopping Marumbi*. Percebemos que a cidade legal produz elementos urbanos representados pela rua asfaltada, calçadas, iluminação pública, a construção em alvenaria, no qual esses elementos tornam-se atraentes e até mesmo desejados à medida que fazem parte do cotidiano, do mundo vivido pelos moradores da favela e do bairro.

Exemplo 03 – Imagem em quadra

Nesta imagem, percebemos a representação da favela organizada em quadras, evidenciando uma proposta de inserção da favela na malha urbana. Observamos também, a forma irregular e sinuosa das quadras da favela acompanhando a sinuosidade do rio em contraste com o traçado geométrico das quadras do bairro. Podemos verificar o contraste do desenho urbano da cidade legal com o desenho orgânico da favela. Nota-se, na morfologia da favela, formas que revelam o espaço vivido consolidado ao longo dos anos, e construídas a partir das vivências e das experiências dos moradores.

Exemplo 04 – Imagem dispersa

Esta representação nos mostra imagens dispersas, embora complementares quanto às suas funções no espaço, pois os ícones representam os elementos urbanos vivenciados, ou seja, escola, supermercado, praça de lazer e a própria casa. Percebemos também as coisas do mundo vivido em desarmonia, revelando um espaço fragmentado no contexto urbano, que intencionalmente é o espaço da favela.

Exemplo 05 – Imagem isolada

Neste mapa, temos o destaque da moradia, isolada, sem muros, com duas portas, o que nos induz à idéia de mais de uma família habitando na mesma casa. O espaço vivido é introspectivo, ou seja, dentro da casa, a falta de barreira física delimitando o “lote” gera insegurança, pois existe o perigo e a violência mesmo entre os moradores da favela. A imagem isolada da casa valoriza a importância da moradia própria. O mundo vivido gira em torno da casa, como se outros elementos do espaço urbano não fossem importantes, pois a prioridade é o abrigo.

C – INTERPRETAÇÃO QUANTO À ESPECIFICAÇÃO DOS ÍCONES

Nesta interpretação, além da interpretação quanto à forma e à distribuição da imagem, KOZEL (2001) a partir do olhar do mais simples ao complexo, com intuito de detalhar ainda mais a análise, especificou os ícones que compõem as imagens, em quatro grupos:

- representando elementos da paisagem natural;
- representando elementos da paisagem construída;
- representação de elementos móveis;
- representação de elementos humanos.

Usaremos como referencial o agrupamento feito por KOZEL (2001). Todavia, alguns ícones citados por KOZEL não aparecem nos mapas mentais deste estudo. Mesmo assim, eles cumprem sua função de exemplificar e de orientar a análise dos mapas. Assim, o grupo definido pelos elementos da **paisagem natural** refere-se aos ícones inerentes aos elementos naturais existentes no ambiente, como montanhas, rios, lagos, sol, nuvens, flores e árvores, em geral. Os elementos da **paisagem construída** relacionam-se ao tecido urbano construído pelo homem, ou seja, prédios, igrejas, casas, barracos, praças, bancos de praça, parques, logradouros, pontes, calçadas, equipamentos esportivos (campo de futebol, pista de corrida, ciclovia, trilhas). Também estão nesse grupo os ícones representados por equipamentos industriais, comerciais (lojas, supermercado, motel, correio, churrascarias, lanchonete), equipamentos ligados ao transporte (ruas, estação-tubo, terminal de ônibus), referenciais culturais (museus, universidade).

O grupo dos **elementos móveis** relaciona-se aos meios de transporte, como carros, ônibus, caminhão de lixo, bicicleta, barco e avião. E o grupo de **elementos humanos** refere-se à representação de crianças e de pessoas, mesmo que estilizadas.

A TABELA 11 retrata numericamente a incidência desses ícones dentre os grupos pesquisados, mas é importante salientar que a proximidade dos valores, não corresponde a um equilíbrio de representações, pois o número de entrevistados entre os grupos dos moradores da favela é superior aos dos não-moradores e planejadores urbanos, sendo necessário apontar a porcentagem aproximada.

Dessa forma, podemos verificar entre os ícones integrantes da **paisagem natural**, que o rio constituiu-se no elemento destaque entre os moradores, os não-moradores, sendo mais enfático, nos planejadores urbanos. As árvores também aparecem, sendo percentualmente predominantes entre os moradores da favela (30 %) e planejadores urbanos (30%), assim como a representação do Sol e as nuvens. Entretanto, as flores, os jardins e as montanhas não predominam em nenhum dos grupos entrevistados.

Quanto aos elementos da **paisagem construída**, verificamos a predominância de prédios e casas, seja moradia ou não, com maior incidência, entre os não-moradores (90%), sendo considerável para os moradores (60%). As ruas, calçadas e pontes são enfáticos entre os planejadores urbanos (90%), já para os moradores da favela representa somente 40%. Os equipamentos de transporte são visíveis em todos os grupos entrevistados. Entretanto há uma homogeneidade entre os não-moradores e planejadores urbano (60% e 70% respectivamente), sendo que para os moradores representa apenas 40%. Outros elementos da paisagem construída, muito enfocados nos mapas mentais, mereceram ser destacados: o posto de saúde, a igreja e a ponte. O posto de saúde foi referendado somente pelos moradores da favela; a igreja recebeu destaque entre os não-moradores, ambos os ícones não foram manifestados pelos planejadores urbanos, já a ponte (sobre o rio Vila Guáfra) foi observado entre os moradores e os não-moradores, mas, percentualmente falando, representa 15% para 30%. Os equipamentos comerciais predominaram consideravelmente entre os não-moradores (60%).

A representação de elementos móveis e humanos são menores. Dos entrevistados, somente os moradores da favela evidenciaram elementos móveis em suas representações, predominando os transportes terrestres. O elemento humano foi referendado nos três grupos entrevistados, mas numa proporção pequena, se considerarmos todo o universo de análise (17,5%).

Esse contraponto é fundamental para detectarmos a percepção que esses indivíduos entrevistados têm a respeito do meio ambiente e como isso reflete cultural e socialmente no espaço, objeto deste estudo, uma vez que se prioriza o ambiente construído e não se considera o homem como sujeito.

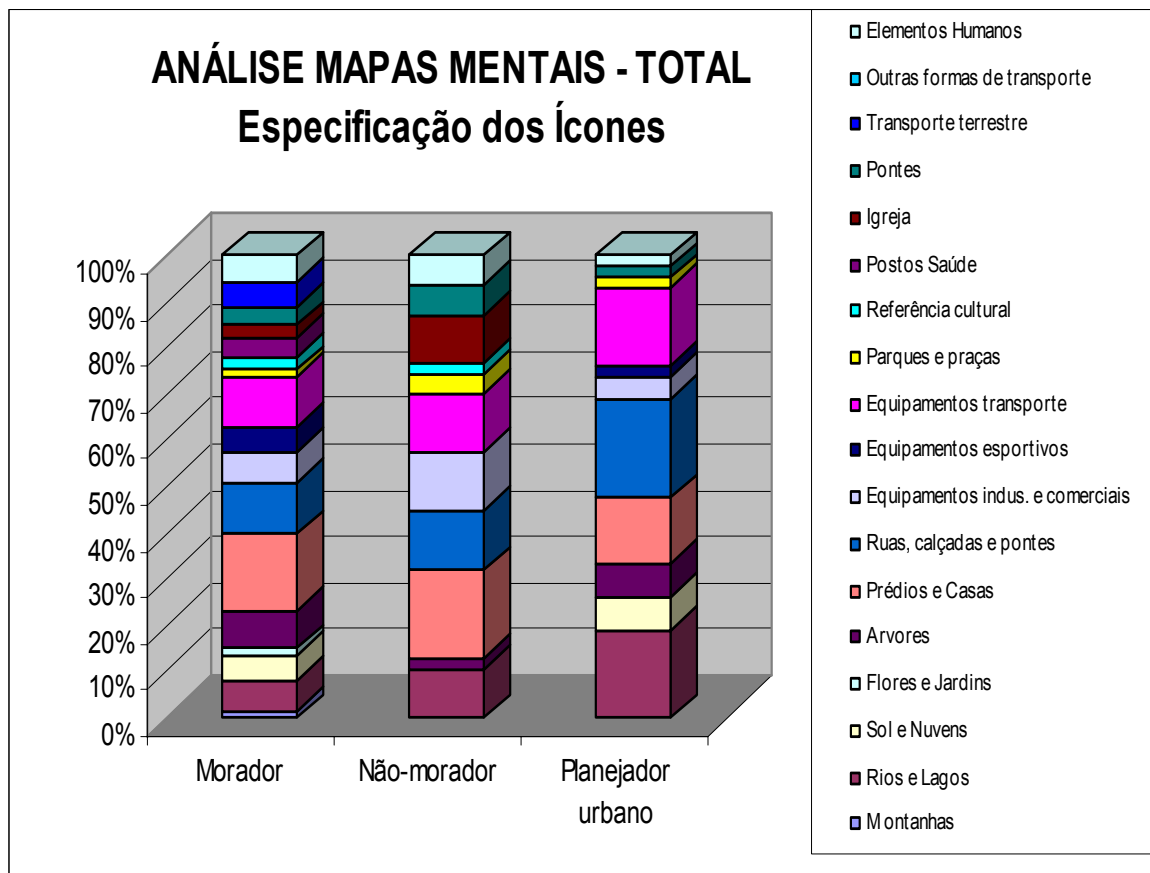
Sendo assim, podemos observar esses elementos organizados na TABELA 11 e no GRÁFICO 05, sendo complementados com exemplificações em mapas que se encontram na seqüência.

TABELA 11 – MAPAS MENTAIS – ESPECIFICAÇÕES DOS ÍCONES

GRUPOS	Morador	Não-morador	Planej. urbano	TOTAL	
Paisagem natural					
Montanha	1	0	0	1	
Rio	5	5	8	18	
Sol e nuvens	4	0	3	7	
Flores e jardins	1	0	0	1	
Arvores	6	1	3	10	
Paisagem construída					
Prédios e casas	12	9	6	27	
Ruas e calçadas	8	6	9	23	
Equipam. ind. e comercial	5	6	2	13	
Equipam. Esportivo	4	0	1	5	
Equipam. Transporte	8	6	7	21	
Parques e praças	1	2	1	4	
Referencial cultural	2	1	0	3	
Outros referenciais	Posto saúde	3	0	0	3
	Igreja	2	5	0	7
	Ponte	3	3	1	7
Elementos móveis					
Transporte Terrestre	4	0	0	4	
Outras formas de transporte	0	0	0	0	
Elementos humanos					
Homem, mulher e crianças	4	2	1	7	

FONTE: KOZEL, 2001, p. 63. Adaptado por KASHIWAGI, H., 2004.

GRÁFICO 05 – ANÁLISE DE MAPAS MENTAIS
ESPECIFICAÇÃO DOS ÍCONES



FONTE: KASHIWAGI, H., 2004.

ESPECIFICAÇÃO DOS ÍCONES

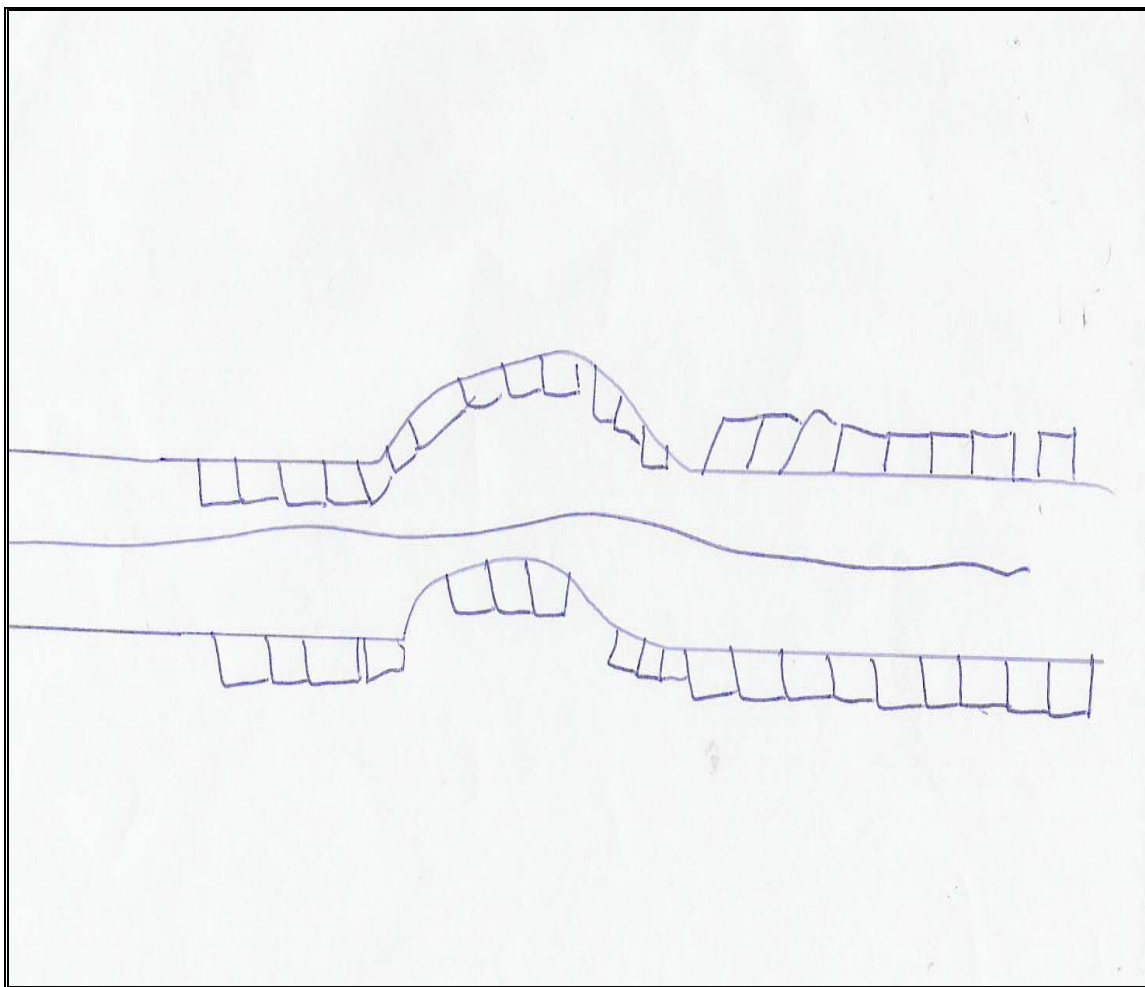
Exemplo 01 – Paisagem natural



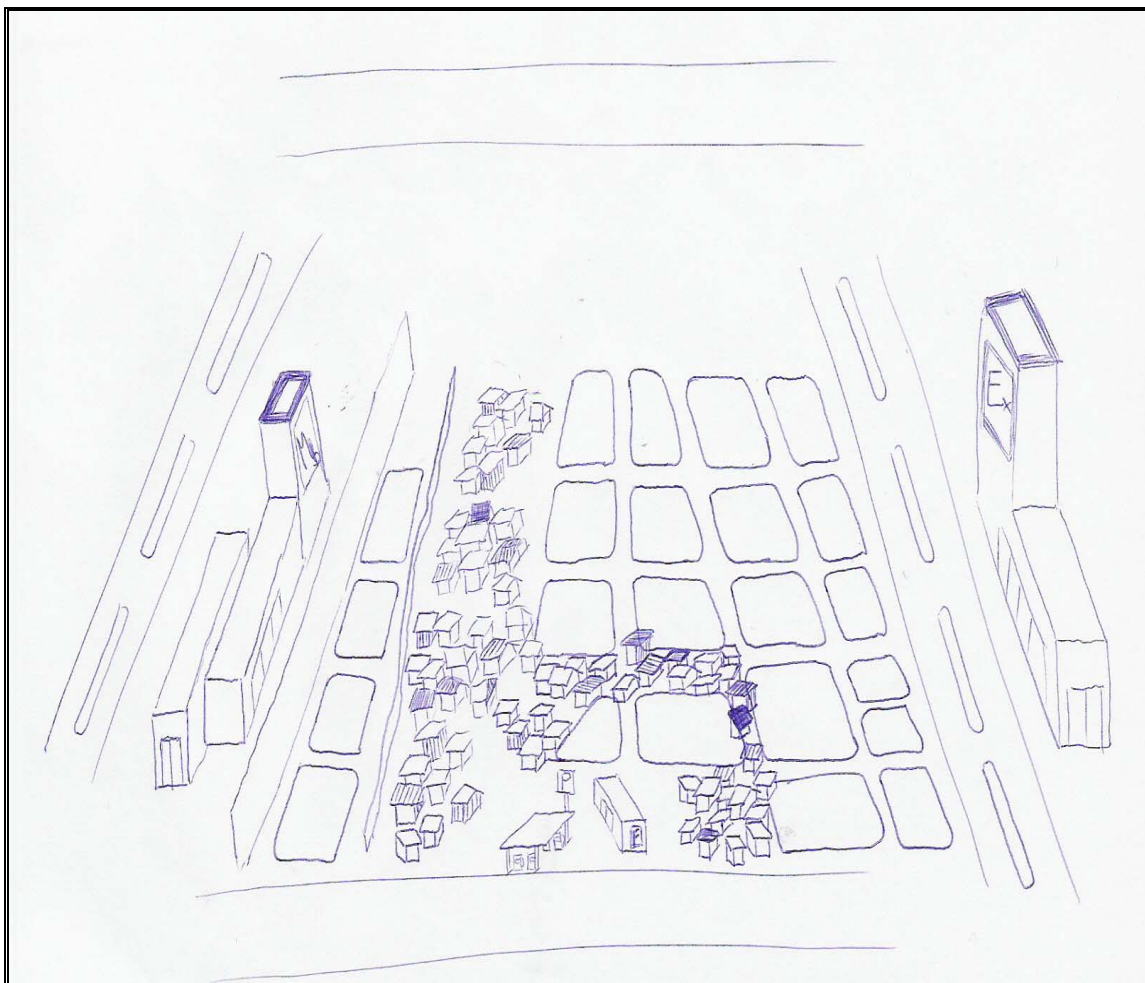
Sol, nuvens, borboleta, árvore com frutos, uma criança na janela, uma casa com antena. Nessa imagem, o mundo vivido é iluminado com dois “sóis”, ar puro, a paisagem é constituída de um ambiente imaginário desejado, envolto da natureza, sem violência e com tecnologia. A porta enorme convida-nos a deixar o mundo real da cidade legal e adentrarmos no mundo vivido e imaginário, interagindo com o interpretante.

Exemplo 02 – Paisagem natural

Árvores, Sol, nuvens em forma de peixinhos, terreno plano, demonstram o mundo legal, equilibrado, com Sol e natureza que se contrapõe ao mundo vivido da favela, em declive e sem fim. Percebemos, nessa imagem, uma linha de ruptura, que sugere a separação de planos, de mundos, de realidades, de classes sociais e de padrões de qualidade de vida. Nota-se o mundo vivido em queda, sem elementos urbanos, sem base e sem vida. Os prédios do mundo legal sugerem a modernidade e denunciam o pensamento do planejador urbano, no qual a verticalização possibilitaria o nivelamento dos mundos da favela e da cidade, mesmo que somente em sua forma física.

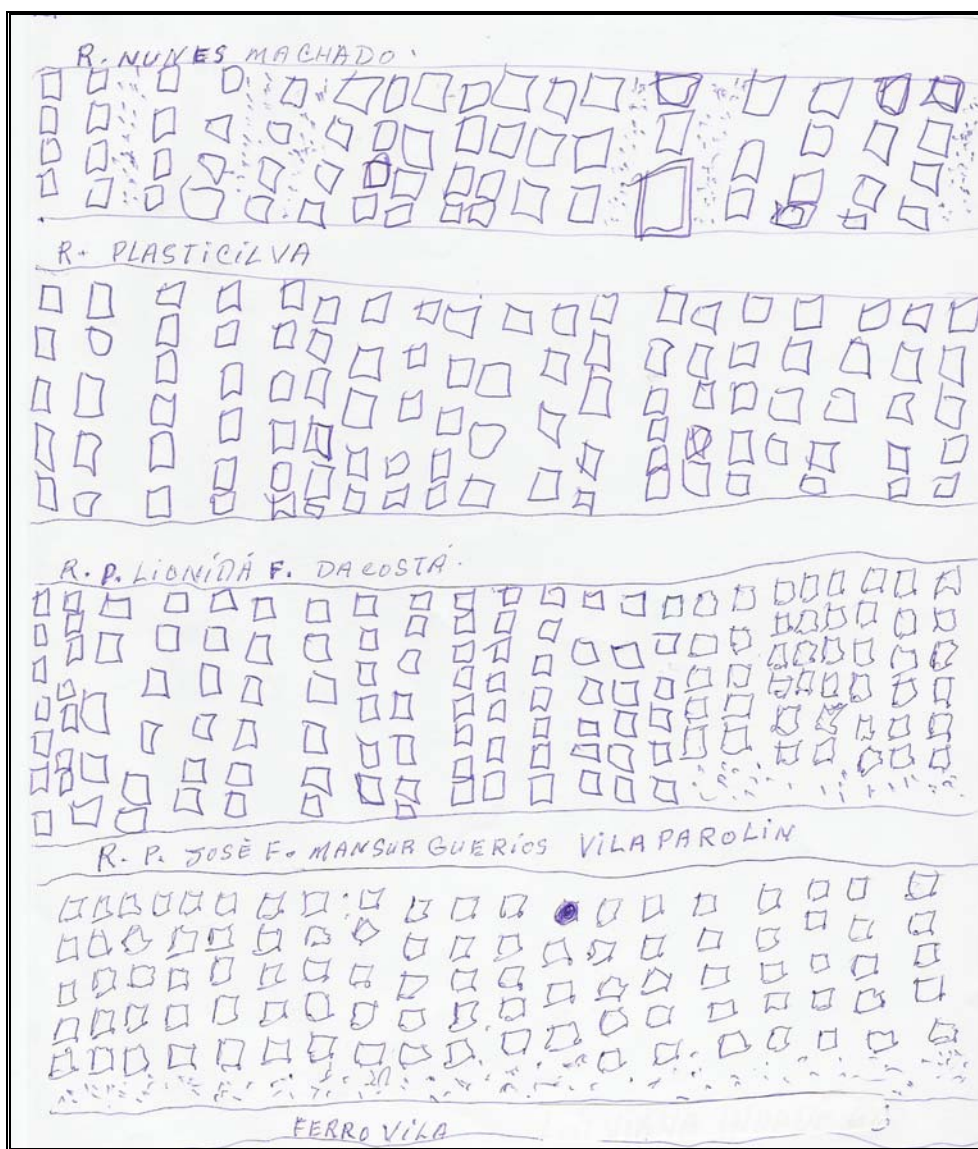
Exemplo 03 – Paisagem natural

Nesta imagem estilizada, foram representados o rio e as casas nas margens dele. É uma visão estreita da favela, na qual o espaço vivido não vai além do rio, não existem elementos urbanos, como se o rio fosse uma artéria da cidade que está obstruída pelas casas, que impedem a fluidez da água, poluindo-o e envenenando-o com seus dejetos. O mundo vivido da favela é entendido como uma agressão ao meio ambiente, ao bairro, à cidade legal.

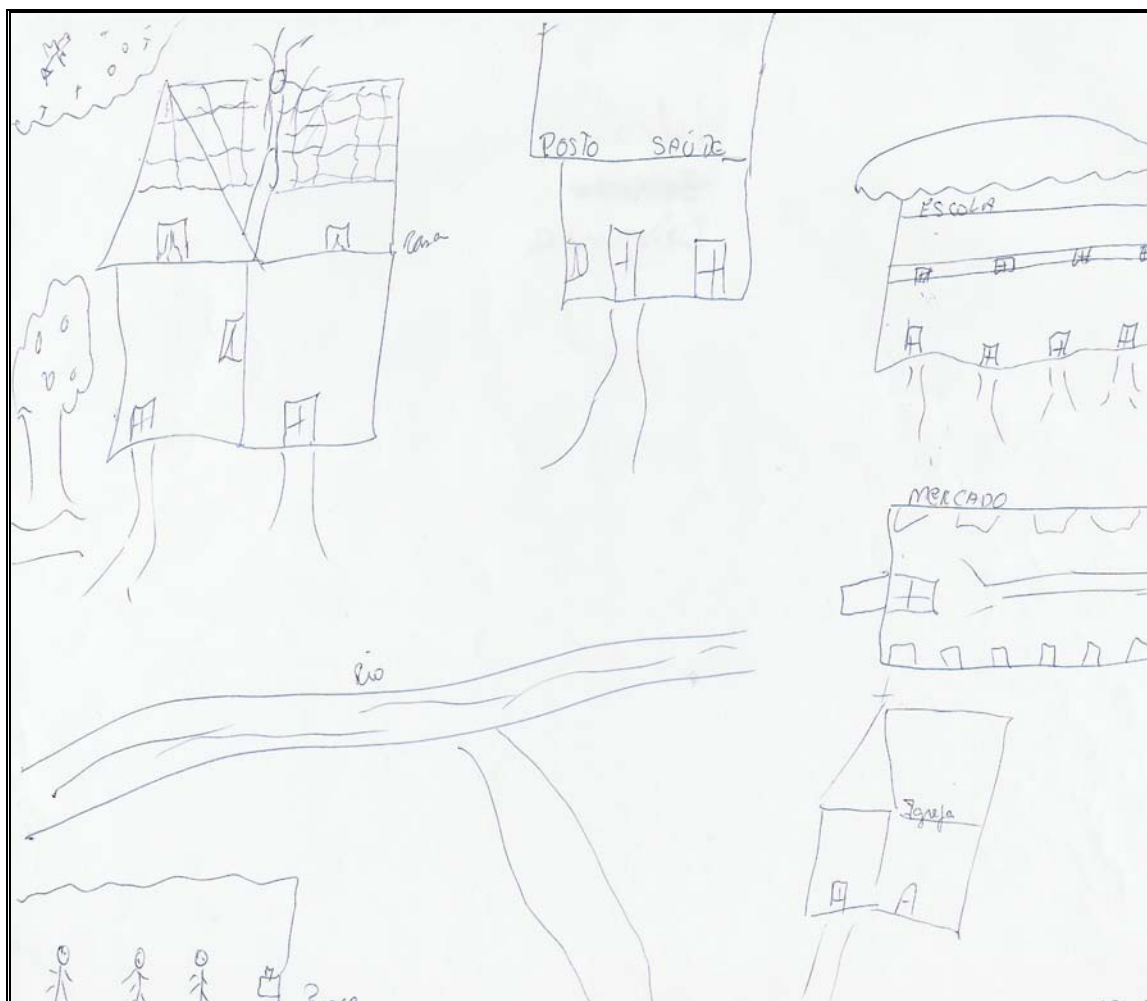
Exemplo 04 – Paisagem construída

Nessa imagem, percebemos os elementos da paisagem construída presentes na cidade legal, como *shopping*, supermercado, posto de gasolina, farmácia. O traçado urbano geométrico das quadras e das avenidas do entorno demonstram a organização ordenada do planejamento urbano e a organicidade das ruelas da favela configuram o desenho natural do lugar. O desenho sugere um atrito urbano, entre a ordem e a desordem, um desejo inconsciente dos moradores em ficar no lugar, de misturarem-se e de integrarem-se com a cidade legal.

Exemplo 05 – Paisagem construída



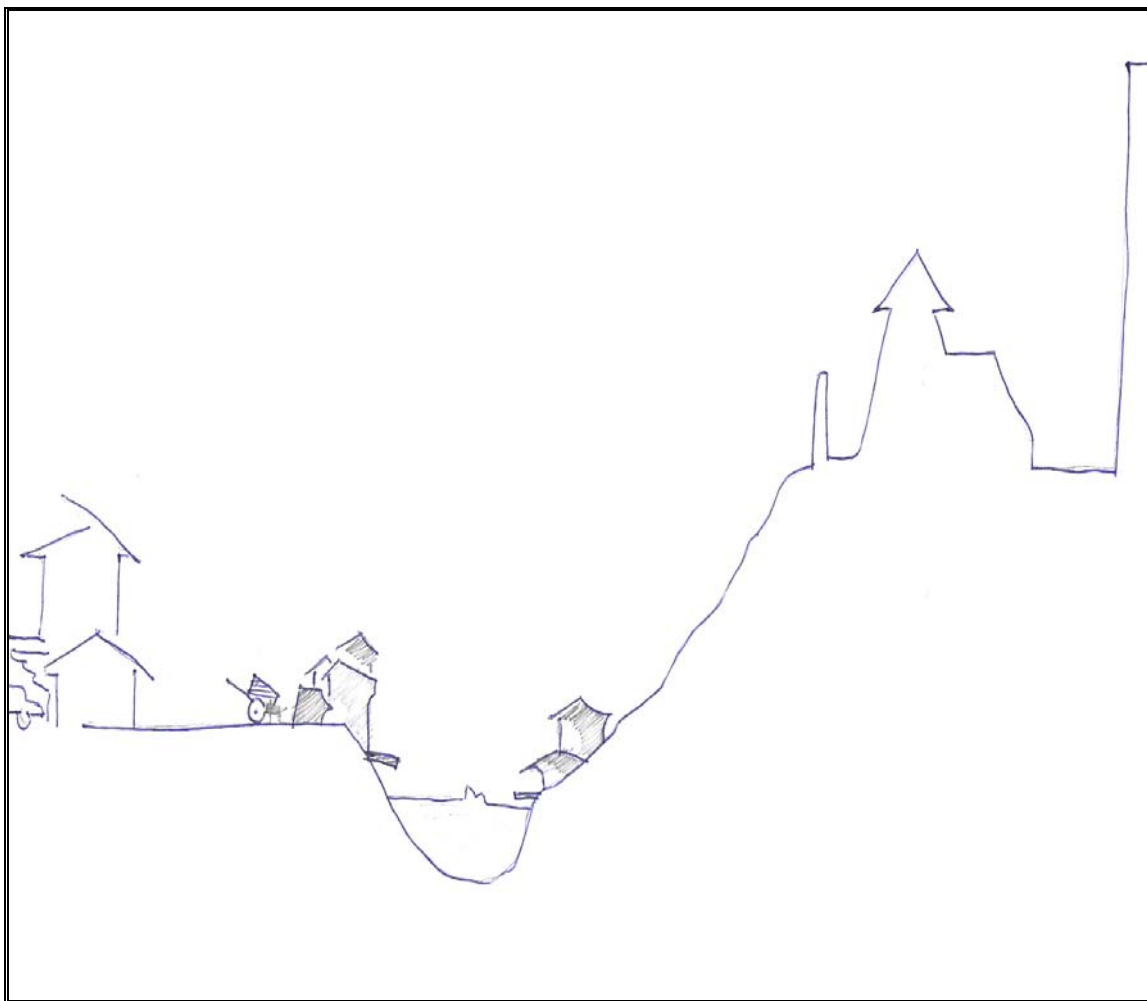
Este mapa mental sugere bem a paisagem construída da favela, pois podemos observar como o espaço é vivido e percebido entre os moradores, ou seja, mesmo na desordem dos barracos e casas, há uma organização e fluidez. A representação não traduz o espaço físico real, mas é o que se passa no inconsciente do morador. Evidencia também que o mundo vivido é muito mais amplo que o mundo real e que, para compreender, é preciso colocarmo-nos na posição daqueles que estão experienciando o lugar.

Exemplo 06 – Paisagem construída

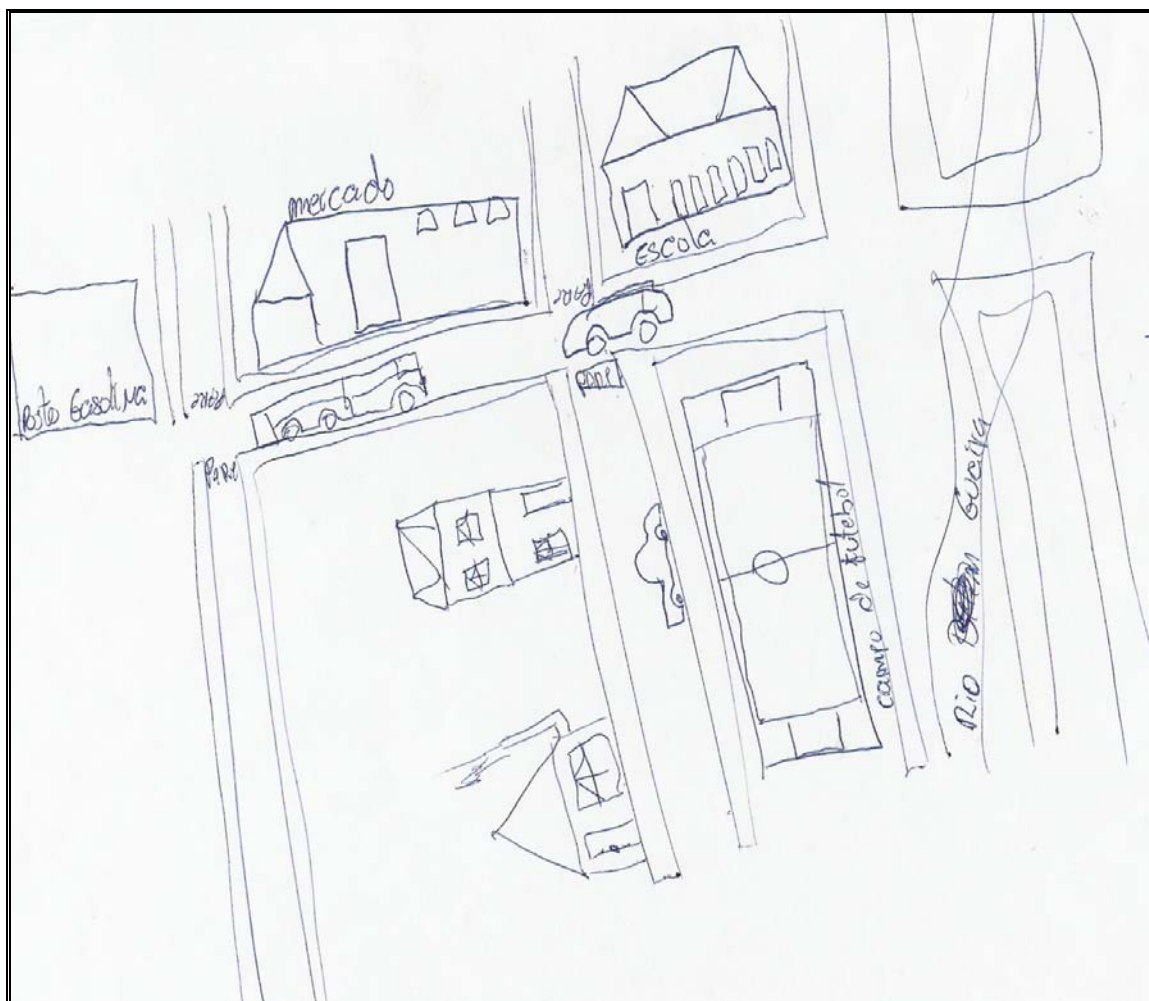
Nesse mapa mental, podemos observar a caracterização do mundo vivido da favela, ou seja, as coisas e os fenômenos giram em torno do rio. Este tem significado forte e faz parte do cotidiano dos moradores da favela, mesmo que o rio represente o lixão. Incluem-se, nesse mundo vivido, também a escola, o mercado e a igreja, isto é, o espaço vivenciado pelos moradores extrapola os limites da favela, demonstrando a igualdade nos direitos e usos dos serviços públicos e de bairro.

Exemplo 07 – Paisagem construída

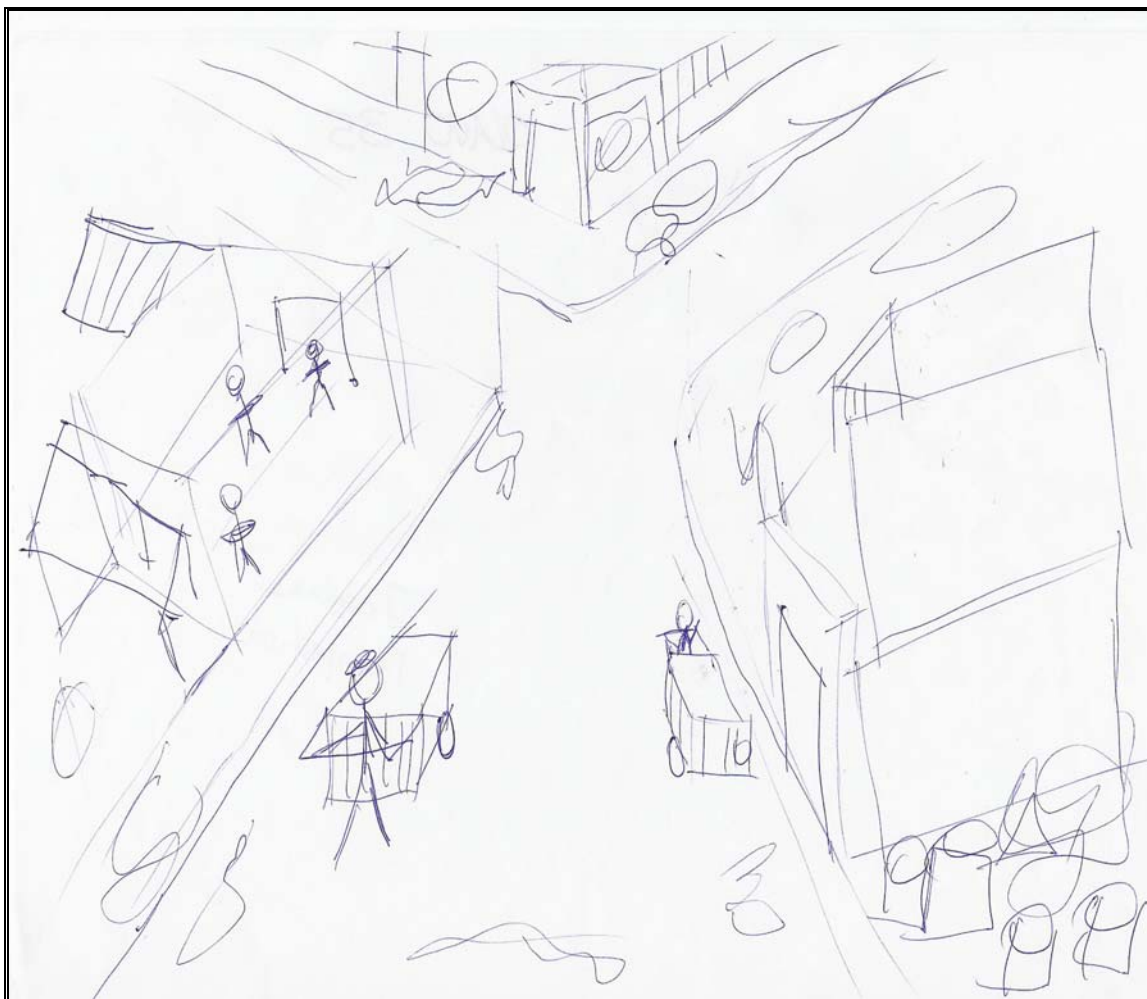
Esta imagem mostra a verdadeira paisagem construída dessa favela, ou seja, o mundo vivido é caracterizado por ambições materiais ao nos depararmos com construções de dois pavimentos, antena parabólica, carros na garagem e comércio nas próprias residências, tudo isso inseridos entre os barracos. Evidencia a realidade do lugar e a vontade de algumas famílias de ficar no lugar, mesmo diante da ilegalidade e com condições financeiras para viver fora da favela.

Exemplo 08 – Paisagem construída

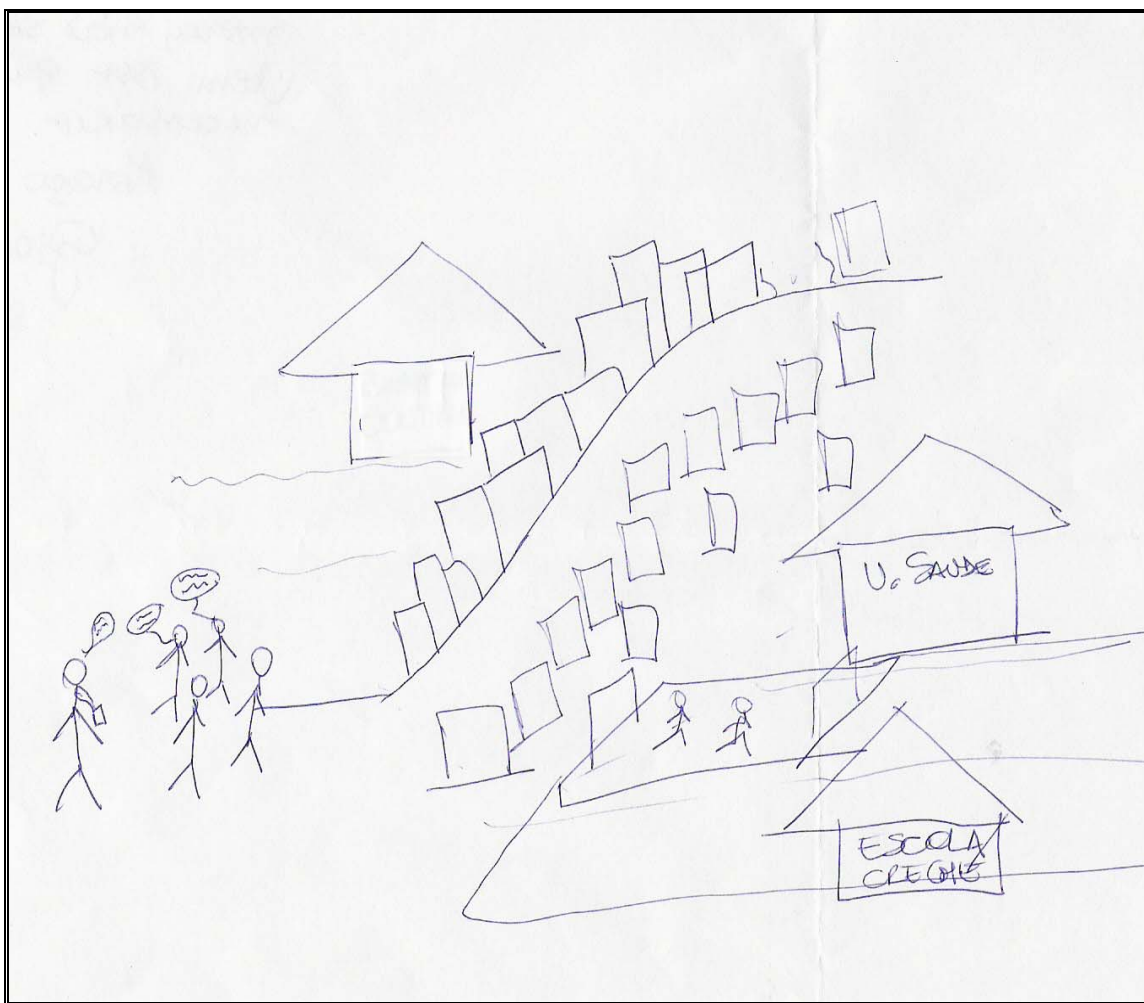
Nessa representação, a paisagem construída é apresentada com barracos na beira do rio, casas térreas, sobrados e mansões, evidenciando como o mundo da favela é percebido, ou seja, quanto mais próximo do rio maior é a pobreza. Quanto mais alto o nível do terreno, maior o poder e a riqueza. Essa imagem revela a posição física de inferioridade dos moradores da favela, mas que se nivela a partir do momento que eles passam a usufruir dos benefícios da cidade. A integração ocorre no mundo real mesmo que, inconscientemente, esta não seja a vontade daqueles que a observam.

Exemplo 09 – Elementos móveis

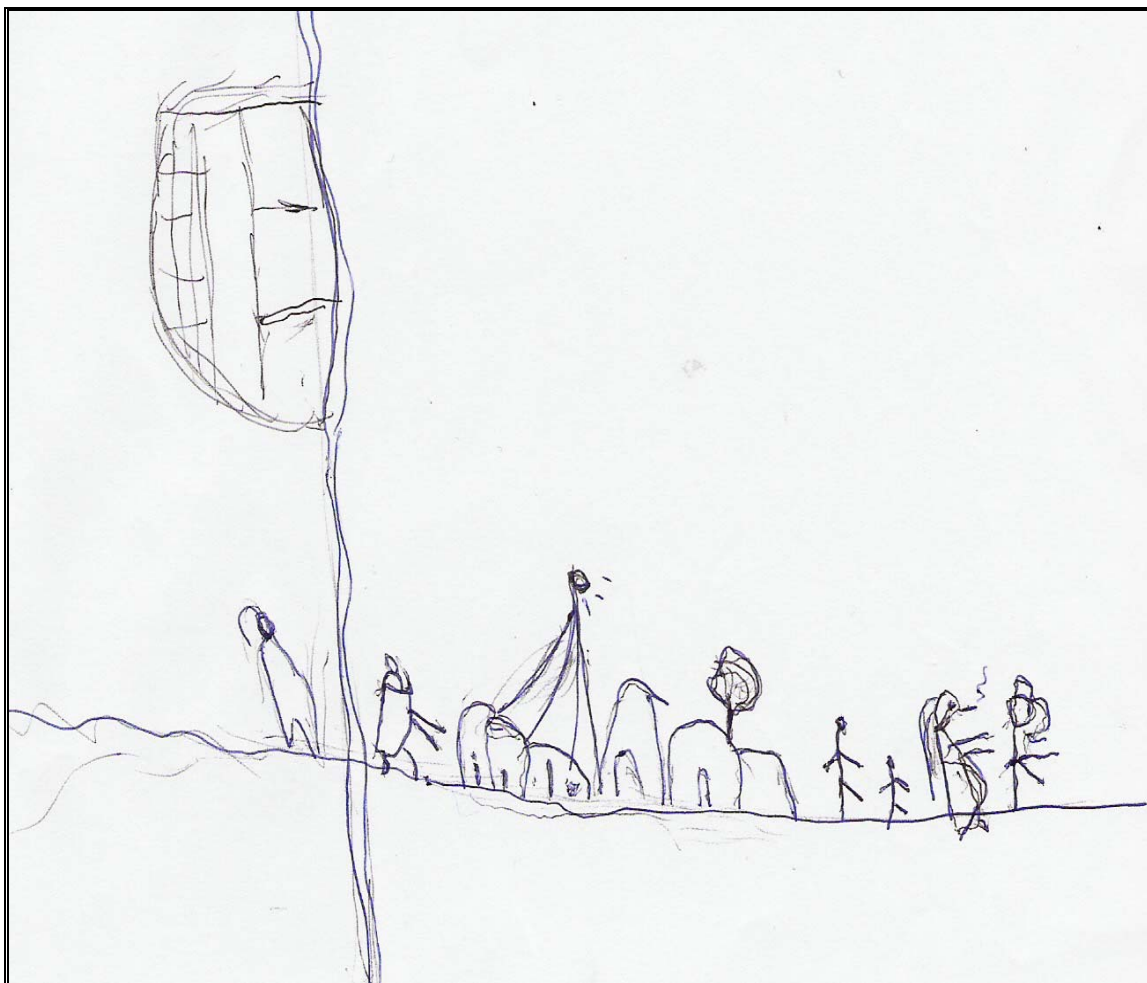
Os ícones representando os elementos móveis aparecem nesta imagem com os carros e o ônibus, que caracterizam o espaço vivido da favela com dinamismo e fluidez. Essa imagem revela a existência de infra-estrutura no entorno da favela e demonstra a importância de comércio, dos serviços de bairro e do lazer para a integração.

Exemplo 10 – Elementos móveis

Nesse caso, o elemento móvel é o próprio homem que, com seu carrinho, sai diariamente para recolher papel. O espaço vivido revela a rotina da separação de papel, armazenamento, que são acompanhados do sentimento de tristeza, angústia, dor, num ambiente de sujeira, mas também da satisfação de garantirem o dinheiro para o alimento do dia. Para se compreender o mundo vivido dos moradores da favela é preciso interpretar os atos e as atitudes excluindo-o das crenças e dos nossos preconceitos.

Exemplo 11 – Elemento humano

Nessa imagem, a incidência do elemento humano nas representações é pequena, mas descreve o mundo vivido dos moradores da favela, ou seja, usufruindo os serviços municipais de saúde, educação e creche. Percebemos também que o cotidiano das pessoas como cidadãos é o mesmo que o daqueles que vivem sob as normas da cidade legal, pois necessitam também dos serviços públicos.

Exemplo 12 – Elemento humano

Nesse mapa mental, o elemento humano que se destaca é a menina grávida que aparece fumando e conversando com uma amiga na rua. Percebemos que a rua é o ambiente das pessoas, principalmente dos adolescentes da favela. Observamos um mundo vivido caracterizado pelo tráfico de drogas e a marginalidade nas ruas. Os jovens não têm um lugar de lazer para passar o tempo e praticar esportes. Dessa forma, a criminalidade e a atividade sexual inicia-se cedo.

3.3.2 IDENTIFICANDO OS ELEMENTOS URBANOS POR MEIO DA REPRESENTAÇÃO DO MUNDO VIVIDO

Ao resgatarmos a identidade urbana de um lugar, interiorizando-nos no espaço particularmente vivido, sentido, percebido, desvendamos espaços de linguagens, evocações, sonhos e imagens. Deparamo-nos com um lugar de acontecimentos culturais e cenário de vivências, no qual o homem é o sujeito. Poderíamos dizer que a cidade é definida como a imagem de um mundo vivido, mas essa idéia se completaria dizendo-se que a cidade é também o contrário, ou seja, o mundo vivido, que lenta e coletivamente vai sendo construído e volta a construir-se, incessantemente. (SILVA, 2001)

As transformações no espaço ocorrem diariamente, surgem locais de referência, que se transformam em pontos de referência à medida que tornam-se espaços de identificação e de expressão urbana, ou seja, à medida que esses locais relacionam-se com o homem pelos sentimentos e vivências. Dessa forma, o urbano da cidade se constrói. Cada cidade tem seu próprio estilo, cada bairro tem suas próprias características, cada vila tem sua identidade, assim como cada favela é diferente da outra. Essa diferença deve-se a um complexo conjunto de características, sejam ambientais, sociais, culturais, espaciais e locacionais. São essas características do lugar que levam os indivíduos terem imagens diferentes de outros moradores de outras favelas, bem como entre si, pois a formação mental de cada um deve-se às relações do meio em que vive e consigo mesmo e a sua capacidade de abstrair do mundo real o que é visível si mesmo.

Nesse sentido, percebemos, nas representações mentais, a imagem que cada entrevistado tem sobre o lugar, baseada em suas experiências e vivências no lugar. Essas imagens do vivido permitiram identificar, a partir dos resultados das interpretações dos mapas mentais, alguns elementos urbanos essenciais, relevantes aos processos de intervenção urbana. Esses elementos a que nos referimos são aqueles de natureza física, por exemplo, as ruas, a casa, o rio, a vegetação, as construções comerciais, a iluminação, o transporte coletivo, as quadras de esporte, etc. e, numa escala maior, o traçado das quadras e a proximidade com o centro da cidade. Esses elementos desvendam a visão de cada indivíduo sobre o lugar e o grau de importância de cada um dentro do contexto urbano. Mesmo com pouca instrução ou conhecimento das leis urbanas,

os indivíduos revelam, na representação mental, a verdadeira imagem do vivido. Nela, percebemos que o silêncio e o medo dos moradores indicaram uma realidade de sonhos e de desejos. Percebe-se, então, que as imagens mostram as necessidades dos moradores e a plena consciência do lugar onde moram.

Uma intervenção urbana numa favela, iniciada a partir deste momento, no qual os desejos e os sonhos dos moradores são conhecidos, elevaria o homem a condição de sujeito nesse processo. Contudo, os aspectos físicos e legais são os principais determinantes nas práticas de planejamento urbano. Assim, esta pesquisa busca mostrar a importância do estudo do mundo vivido para se descobrir os elementos urbanos de lugar e contrapor os seus valores aos do mundo concebido pela cidade legal.

3.3.3 ASSOCIANDO O MUNDO VIVIDO COM O MUNDO CONCEBIDO DA CIDADE LEGAL

Com base nos resultados obtidos nos mapas mentais, nas tabelas, nos gráficos e nas entrevistas com os indivíduos dos grupos de moradores, não-moradores e planejadores urbanos, procuramos reunir as informações que mais incidiram, organizando-as no quadro a seguir.⁵⁵ (QUADRO 04)

QUADRO 04 – ASSOCIAÇÃO DO MUNDO VIVIDO E SENTIDO COM O MUNDO CONCEBIDO DA CIDADE LEGAL

ELEMENTOS ANALISADOS	PERCEPÇÃO DO LUGAR					
	MUNDO VIVIDO E SENTIDO				MUNDO CONCEBIDO LEGAL	
	MORADOR		NÃO-MORADOR		PLANEJ. URBANOS	
FAVELA	Cidade	União	Banditismo	Medo	Ponto de Conflito	Ocupação irregular
RIO	Lixão	Doença	Mau cheiro	Boa "lembança"	Esgoto	Rio poluído
RUA	Lazer	Esperança	Comércio de drogas	Insegurança	Espaço de convivência	Acesso, circulação
MORADIA	Posse	Segurança	Desvalorização imóvel	Proteção	Identidade	Abrigo
LOCALIZAÇÃO	Garantia do alimento	Sobrevivência	Privilégio	Economia	Estratégico	Zona Nobre, central
INTERVENÇÃO	Asfalto	Dignidade	Remoção favela	Paz	Relocação das famílias	Verticalização da área

FONTE: KASHIWAGI, H., 2004.

Esse quadro visa associar a visão dos grupos sobre a percepção quanto à favela, ao rio, à rua, à moradia, bem como sua localização e sobre qual seria a intervenção adequada ao local. Elegemos esses itens por terem sido os mais apresentados nos mapas e discutidos durante as entrevistas. Dessa forma, temos duas colunas para cada grupo, para os moradores e não-moradores: uma coluna refere-se ao mundo vivido e a outra ao mundo sentido. Para os planejadores urbanos, a primeira coluna é o mundo real e a segunda é o mundo concebido e legal.

⁵⁵ Ao descrever o quadro acima, citamos as falas dos grupos entrevistados, mas para proteger a identidade das pessoas, considerando-se os obstáculos enfrentados durante as entrevistas, usamos nomes fictícios.

Aos planejadores urbanos questionou-se como percebiam e o que representavam a favela, o rio, a rua, a moradia, bem como sua localização e qual seria a intervenção urbana adequada ao local. Solicitou-se duas respostas para cada item, ou seja, devido à formação do grupo, a primeira resposta mostrou uma visão de um mundo concebido legal (concreto). Entretanto, a segunda resposta solicitada mostrou como aqueles itens eram subjetivamente representados, na tentativa de construir o mundo de sentimentos e qualidades, moldado por eles. A associação dessas informações mostra como as visões sobre um mesmo elemento contrapõem-se, bem como se complementam. De acordo com GOODEY & GOLD (1986), os estudos e as pesquisas da Geografia Humanística e da Percepção para a política de planejamento têm oferecido conhecimento inegável aos profissionais que atuam em desenho urbano e ao planejamento urbano-regional. Assim, ao alinharmos os significados, percebemos que, para se intervir num espaço e obter bons resultados, o conhecimento e compreensão da essência dos lugares é de fundamental importância. Dessa forma, com base nesses itens, elaborou-se esse quadro esquemático das respostas levantadas, na tentativa de associar o mundo vivido e sentido ao mundo concebido da cidade legal.

Assim sendo, ao iniciarmos esta análise pelo elemento “favela”, verificamos que, para os moradores da favela, ela representa uma cidade que necessita de ruas, calçadas, pavimentação, iluminação pública, abastecimento de água e saneamento básico. Mas, ao mesmo tempo, ela representa união, como acredita Edivaldo, nascido na favela e desempregado, 29 anos: “aqui a gente vive unido como se fosse uma pequena cidade. Quando um precisa de alguma coisa todo mundo ajuda”. Nota-se que todos se ajudam, compartilham alimentos, alegrias e sofrimentos. Por outro lado, para o não-morador da favela, na opinião de Marilena, zeladora de escola, 41 anos: “É o ninho de bandidos e maloqueiros”. Essa opinião é complementada por Carmosina, do lar, 65 anos: “Não dá pra andar na rua com segurança”, ou seja, a favela transmite aos não-moradores sentimento de medo e de insegurança ao caminhar pelas ruas do bairro. Já para os planejadores urbanos, essa favela é um ponto de conflito dentro da cidade, um entrave urbano de difícil solução e, do ponto de vista legal, é apenas mais uma ocupação irregular.

O elemento natural “rio”, nesse caso o rio Vila Guaíra, em cujo entorno desenvolveu-se a favela, para os moradores da favela, ficou claro nas entrevistas que todos o consideram como o “lixão”, confirmado nas falas de Adonildo, papeleiro, 32 anos: “A gente separa o papel bom e o que não serve a gente joga no rio”. Para Joseval, auxiliar de pedreiro, 39 anos: “Eu entendo dos tubos da casa, mas aqui a gente joga o esgoto no rio”. Obviamente, devido a essa atitude o rio representa foco de doenças, como reclama Silvicléia, do lar, 28 anos: “A gente não vence levar as crianças no postinho. Elas vivem doentes”. Já para o não-morador, o rio é referenciado com nostalgia, como comenta Lorival, vendedor aposentado, 68 anos: “Quando vim morar no bairro, há 22 anos, o rio era limpo, bonito de ver, tinha peixe, dava até pra gente banhar-se nele”. Outra lembrança agradável é de Maria de Lourdes, do lar, 54 anos, “Era tudo campo, tinha muitas flores, nos dias quentes era bom... A gente brincava no rio”. Apesar das boas lembranças, nos dias atuais, Maria de Lourdes tem opinião contrária sobre o rio: “Nos dias de calor, o rio tem mau cheiro, mesmo aqui em casa que é alto”. Na mesma idéia, Elvira, aposentada, 73 anos, lembra: “Os da favela jogam lixo no rio e no verão o cheiro é insuportável”. Para os planejadores urbanos, o rio representa o esgoto daquela favela e para as leis de preservação ambiental é um rio poluído, morto, mas cuja mata ciliar, mesmo assim, precisa ser preservada.

A “rua” para os moradores da favela é a extensão da casa, pois como não existe o quintal, a rua é usada como espaço de lazer, como relata Maria, do lar, 37 anos: “A gente não tem quintal, os barracos são tudo juntinho, daí as crianças brincam na rua”, bem como para festas, conforme comenta João, vigia, 27 anos: “Quando alguém da vila vai casar, a gente fecha a rua e faz a festa de casamento, a gente não tem outro lugar, faz tudo na rua mesmo”. A rua é palco de comemorações. Mas além do lazer, a rua tem outro significado, o que ficou claro nos comentários de Edivaldo, 29 anos: “Todo mundo quer uma rua passando em frente de casa porque daí a gente tem um endereço”. Para os moradores da favela ter uma rua passando em frente de suas casas representa a esperança de ter um endereço. Para os não-moradores, a rua é o local de comércio de drogas, conforme delata Amarildo, pedreiro aposentado, 72 anos: “Seja de dia ou de noite eles estão ali nas esquinas vendendo as pedras”. Maria de Lourdes, 54 anos, lembra: “Mandeí meu filho pra casa da minha irmã lá no interior, porque um dos amigos dele vendia droga lá na frente do mercadinho”.

Essa atitude mostra a preocupação dela, quanto à vida e ao bem-estar de seus filhos, obrigando-os a morarem com parentes distantes. A rua também é, para os não-moradores, um lugar inseguro, palco de tiroteios, assaltos, lembrada amargamente pela senhora “A”: “Naquele dia já tinha passado da hora da minha filha chegar, quando ela bateu na porta... Tava toda machucada... Não dá pra falar...”. Jurandir, comerciante, 68 anos, previne com a experiência de quem mora a 48 anos no local: “Se a gente tá na rua à noite e estourar pipoca, a gente corre pra casa”. Para os planejadores urbanos, a rua é considerada o espaço de convivência dos moradores e não-moradores, mas que representa tecnicamente acesso, circulação e integração com a malha urbana.

A “moradia” é senão o principal elemento analisado, mas talvez o mais importante na vida dos moradores da favela, pois, para eles, ter uma casa é ter a posse sobre o lugar. Miriam, copeira, 39 anos, relembra: “Quando meu pai decidiu tentar a vida na cidade, viemos direto pra cá e rapidinho meu pai fez a nossa casa. Mais tarde casei e meu marido fez a nossa casinha do lado do meu pai... A gente não tem documento, mas também não sai daqui”. O senhor “H”, pai de Miriam, 71 anos, lembra que: “Lá na nossa cidade, no interior, um falou pro outro e muita gente veio pra cá. Os mais antigos pegaram os melhores lugares e fizeram suas casas. Os mais novos, dividem uma casa em duas, três, ou mais famílias”. A casa, para os moradores da favela, representa a segurança de continuar no lugar. Contudo, para os não-moradores, a moradia próxima à favela significa a desvalorização do imóvel e de difícil venda, observada por Maria de Lourdes, 54 anos: “Meu marido é doente, meu filho mora longe. Eu queria vender essa casa, mas é difícil”. Isso causa certa imobilidade para quem vive próximo à favela. Marilena, 41 anos, lembra que: “Meu marido é caminhoneiro e a gente queria se mudar pra outra cidade, mas a gente ainda não foi porque é difícil vender a casa por ser perto da favela”. Por outro lado, a casa é para eles ainda o lugar mais seguro, na qual se sentem protegidos, mas ainda vulneráveis à violência, como lembra Carmosina, 65 anos: “Eu moro há 45 anos aqui. Sempre ajudei as famílias da favela e, outro dia de manhã, ouvimos um barulho na sala e nos deparamos com um ladrão. Fiquei inconformada com a ingratidão deles. Agora quero me mudar daqui, mas quem é que vai querer comprar uma casa aqui, de frente pra favela?” Essa pessoa havia sido assaltada uma semana antes da entrevista. Talvez sua percepção sobre o lugar fosse outra antes do incidente.

Já para os planejadores urbanos, a moradia é a identidade do lugar, o que caracteriza um bairro e representa legalmente uma construção, um abrigo.

A localização é, para os moradores da favela, a garantia do alimento, pois estando próximos ao centro, encontram facilmente sua fonte de renda, que é o papel. Muitos são catadores de papel, “papeleiros”, e os vendem para grandes depósitos de papel, no próprio bairro. Adonildo, 32 anos, enfatiza: “Lá no centro tem bastante papel. Nos bairros tem pouco, por isso que é bom morar aqui. Quanto mais cato papel, mais certo é o pão lá de casa”. Essa atividade garante a subsistência de muitas famílias. Lina, do lar, 25 anos, destaca: “Saio cedinho com meu companheiro e catamos o papel o dia inteiro. À noite separamos. O dinheiro que a gente tira é garantia da barriga cheia”. Assim percebemos, diante de vários relatos, que a localização central da favela é a garantia do alimento e também da sobrevivência. Para os não-moradores, a localização representa apenas a economia em passagem de ônibus, é o que acha Marilena: “Eu e meu marido vamos a pé até o centro. É pertinho, dá uns 15 minutos. A gente acaba economizando. Pena que a favela desvaloriza o lugar”. No entanto, a impossibilidade de se mudar do bairro gera um grande sentimento de impotência. Carmosina destaca: “Meu marido já morava aqui, eu vim depois que casei com ele, no início achava um privilégio, morar perto do centro, porque a gente economiza em tempo e gasolina, mas depois do assalto aqui em casa...”. Para os planejadores urbanos, a localização é estratégica, para futuros empreendimentos comerciais, e também uma zona nobre, devido à existência de construções de alto padrão. E por estar há apenas alguns quarteirões do centro da cidade, sua localização é extremamente central e privilegiada.

A intervenção urbana a que nos referimos é a benfeitoria feita pelo poder público no local, onde qualquer melhoria é uma intervenção. Assim, solicitamos, entre as várias necessidades, que eles escolhessem a principal intervenção, o que não ignora a importância das demais. Sendo assim, para os moradores da favela, a intervenção mais importante para eles é o asfalto, que se sobrepõe à fome e à moradia, pois representa para eles a dignidade, os pés limpos, o progresso. Essa resposta é praticamente unânime entre os moradores da favela, na opinião de Edivaldo: “O asfalto vale ouro e as pessoas recuperam sua dignidade. Elas até deixam derrubar seus muros, o que for, pra passar o asfalto, porque é muito ruim ter barro no sapato, quando a gente chega em casa”. Para os não-moradores, a

melhor intervenção é a remoção total da favela, pois acreditam que só assim viveriam em paz. Opinião radical, mas diante dos assaltos à mão armada em plena luz do dia, muitos acreditam que a violência do bairro diminuirá se removerem a favela. É o que acha Viviane, professora, 34 anos: “Eu morei aqui, mas depois que casei fui pra outro bairro, venho na mãe só nos fins de semana, mas se removerem a favela, eu volto, porque a localização é boa”. Para os planejadores urbanos, o ideal seria a realocação das famílias (temporariamente), ou seja, o mesmo desejo dos não-moradores, mas com a seguinte diferença, verticalizando a área e vendendo os imóveis para os moradores daquele lugar. Recentemente, foi publicada a proposta de verticalização⁵⁶ da área por um grupo de arquitetos, que prevê a construção de sete prédios de cinco e seis pavimentos, para posterior venda aos próprios moradores da favela. Segundo a mentora do projeto, Consuelo Cornelsen, “O desafio de todos esses arquitetos é pensar na moradia a partir do ponto de vista do ser humano, de uma pessoa que tem vontade, idéia e gosto. Não é porque é um favelado que vai pegar qualquer coisa. A nossa proposta é justamente pensar na moradia e ter o favelado como um cliente é um grande desafio”. Não é de interesse desta pesquisa prolongar essa discussão, mas apontar sobre essa intervenção urbanística que, diante das discussões fenomenológicas do espaço, a idéia que “foi apresentada à COHAPAR e imediatamente inserida no programa Direito de Morar (que objetiva regularizar e urbanizar favelas em todo o Estado)”, mostra que o pensar mais humano esta ainda fortemente apoiado na visão do urbanismo progressista.

Assim sendo, os moradores da favela deixam claro que pretendem permanecer onde moram, mesmo que haja a oportunidade de serem realocados para áreas urbanizadas, pois a história deles está naquele lugar. Dos aspectos positivos, o que mais se destaca, até mesmo para os não-moradores é a localização, pois em alguns minutos de caminhada estão no centro da cidade. Os moradores da favela acreditam que, na condição de “papeleiros”, morando em áreas distantes não haveria como ganhar o sustento da família. Dos aspectos negativos, a falta de urbanização vem em primeiro lugar, pois urbanizar, em suma, engloba todos os serviços de infra-estrutura básica: água, luz, esgoto, arruamento, asfalto, etc. Outras características que levam esses moradores a resistir e não deixar o lugar, são a existência de *shopping center*, bancos,

⁵⁶ DEUS, Sérgio Luis de. Favela com grife. In: Revista CREA-PR. Curitiba, 2003. ano 6, nº 26. dez. 2003.

hipermercados, etc. Apesar de não terem condições de usufruir deles, sentem-se iguais aos outros. Nos bairros distantes, iriam sentir-se longe da civilização.

Os não-moradores, ao contrário dos moradores da favela, deixam claro a vontade de deixar o lugar e também o desejo de que a favela nunca tivesse existido. Para eles, mesmo que a área venha a ser urbanizada, o bairro nunca mais será o mesmo. Os traumas são evidentes. Durante as entrevistas percebíamos a acolhida em seus lares para, após sentirem-se seguros, iniciarem a conversa. A maioria já sofreu algum tipo de violência e histórias de assaltos, assassinatos e estupros foram reveladas. Em meio a tristeza e muita dor, compartilhamos muitas histórias. Dos aspectos positivos, apenas a localização próxima ao centro foi apontada. Dos aspectos negativos, ressaltaram a própria existência da favela, os assaltos a qualquer hora do dia e da noite, os riscos de sair de casa e de caminhar na rua, mas principalmente a desvalorização do imóvel que os impossibilita de deixar o lugar.

Os planejadores urbanos, do grupo entrevistado, vêm a Favela do Parolin como uma grande ocupação irregular, sobre propriedades particulares e públicas, cujas famílias invadiram a área e deixaram cicatrizes para o meio ambiente e a responsabilidade para o poder público de resolver seus problemas. Eles compartilham a mesma opinião dos não-moradores, quanto ao aspecto positivo, pois a região é vista tanto pelos urbanistas como para os especuladores imobiliários como local para futuros grandes empreendimentos e de expansão do centro da cidade. Algumas palavras citadas durante as entrevistas resumem os aspectos negativos sobre esta favela: agonia, caos, morte, esgoto, conflito, perigo, sucata, cicatriz, isolamento e tumor. Essas palavras traduzem a favela como o ponto de conflito, que faz parte da cidade, mas se isola, que representa o caos urbano, a morte e a vida caminhando juntos, num contexto de perigo e agonia, cujo espaço ao ser negligenciado torna-se uma sucata urbana, que é a cicatriz e ao mesmo tempo o tumor da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS

Nesta experiência, buscou-se olhar o urbano sobre os aportes teóricos e metodológicos da Fenomenologia, de forma a encontrar novas leituras sobre a cidade, particularizando as comunidades marginais urbanas, de forma a identificar a contribuição da Fenomenologia para os estudos teóricos do Planejamento Urbano.

Verificamos que, numa sociedade capitalista, dentro do pensamento marxista, as cidades sofrem transformações socioespaciais, gerando uma verdadeira revolução urbana, na qual nos deparamos com a luta de classes trabalhadoras pela inserção no mercado de trabalho e o direito à moradia. Em meio a essa revolução, percebemos a fragmentação do espaço, enquanto espaço social, cuja forma física da cidade, dentro da compreensão marxista, denuncia o conflito de classes e a acumulação do capital, responsável pelo crescimento da desigualdade social. Nesse sentido, analisar os males sociais e os desvios morais, presentes na atualidade, requer também transformações teórico-conceituais para se compreender e analisar essas mudanças. No entanto, a despeito do planejamento urbano adotado para a cidade de Curitiba, que é reconhecido na esfera nacional e internacional, percebemos ainda a forte tendência do pensamento apoiado nas idéias de um urbanismo técnico, estético e racional, com diretrizes de expansão lineares. Contudo, ao verificarmos as dificuldades nos processos de intervenção em favelas, percebemos que existem fragilidades nesse planejamento, que o reconhecimento efetivo do homem pelo homem ainda caminha a descontento. Isso nos mostra que até mesmo o conceito de favela deve ser revisto, pois nesta experiência real, aprendemos que precisamos ver as famílias das favelas, como comunidade marginalizada no espaço urbano, não confundindo a marginalidade urbana com os marginalizados no urbano.

Entendemos que o referido estudo é importante como subsídio às práticas de planejamento urbano, e também dentro da Geografia Humanística, visto que investiga o mundo vivido e percebido pelos moradores de comunidades marginais que de formas diferenciadas se apropriam do espaço. Novos olhares criam e recriam novas paisagens, invisíveis aos nossos olhos, mas que são reveladas pelas experiências e pelas vivências dos moradores.

Compreender o processo de percepção e de apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas é um desafio ao poder público, tendo em vista os insucessos nas realocações de famílias e nas regularizações fundiárias. Assim, acredita-se que o método fenomenológico complementa e subsidia o Planejamento Urbano, ao resgatar o caráter reflexivo e crítico do urbanismo. A abordagem do espaço caracterizada pelas experiências e vivências dos indivíduos, permite decodificar e perceber os elementos sócio-culturais essenciais que, aliados aos instrumentos legais de intervenção urbana, proporciona melhor compreensão do espaço urbano. De acordo com SÁ (1991), ao enfatizarmos as contribuições das ciências sociais e humanas ao urbanismo contemporâneo, estamos resgatando o estudo do espaço urbano a partir de uma abordagem interdisciplinar, cujos estudos teóricos, muitas vezes, são deixados em segundo plano pelos arquitetos e urbanistas, que ao desprezarem a crítica e reflexão em nome da pretendida objetividade não levam em consideração o perfil mais “humano” do planejamento urbano.

4.1 Os reflexos do empírico sobre o Planejamento Urbano

A simples definição de “empirismo”, por si, já denota uma provocação para o planejamento urbano, pois o conhecimento adquirido sobre as coisas deriva da experiência, ou seja, um método de análise baseado exclusivamente na experiência, nos fatos, sem levar em conta teorias preexistentes⁵⁷. Essa provocação deu origem a fendas no planejamento urbano, cujo conhecimento é adquirido pelos conceitos legais impostos pela legislação urbana. Essas fendas, ainda que pequenas aberturas, mostram-nos fragilidades nas leis, que são responsáveis pelos insucessos nas intervenções urbanas. Ao mesmo tempo, mostram-nos possibilidades de penetração de novos conhecimentos, ou seja, aqueles adquiridos no trabalho empírico.

Ao realizarmos o trabalho de campo, o material reunido apresentou uma riqueza de informações, desvendando os sistemas de atividades que interagem com a população, por meio de suas vivências, percepções e ações cotidianas. Assim sendo, como e de que forma interpretar o material, tornou-se um grande desafio, pois apesar dos dados obtidos serem empíricos, era necessário aplicar

⁵⁷ EMPIRISMO. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1990, p. 154.

uma metodologia de análise. Assim, adotamos a metodologia desenvolvida por KOZEL (2001) e, embora buscando uma interpretação qualitativa, procedeu-se à elaboração de tabelas e de gráficos e à classificação dos resultados observados. De modo que os resultados analisados estabelecessem uma ligação consistente entre o teórico e o empírico em direção à abordagem proposta.

Com base nas análises realizadas, percebemos elementos urbanos considerados essenciais para os usuários do espaço estudado, que foram desvendados pelos ícones representados nos mapas mentais. Este meio de investigação, aliado às entrevistas, permitiu-nos um maior conhecimento sobre o lugar, reforçando a participação do homem nos processos de intervenção. As imagens representadas ampliam a nossa visão do lugar, concebendo o inconsciente dos entrevistados, imagens intencionais que o consciente bloqueia. Percebemos também que o que não podia ser falado era representado, pois a imagem não denuncia, não identifica, mas revela o cotidiano do lugar.

Assim, no caso dos indivíduos da favela, o medo interfere na exposição oral, mas não impede a retratação da realidade nos desenhos. Esse receio em ser individualmente identificado foi um dos obstáculos para a concretização da pesquisa, e necessitou de muita paciência para se conquistar a confiança deles. Essa proximidade permite-nos aprofundar o conhecimento sobre o lugar, contribuindo para um melhor planejamento, pois o ato de planejar, para os urbanistas, tem sido uma resposta ao cientificismo que perpassa a formação desses profissionais, levando-os ao raciocínio lógico, objetivo, à mensuração, à fragmentação dos dados, à busca pelo entendimento e à explicação racional da realidade. Dessa forma, concluímos que os reflexos do empírico sobre o planejamento, permitiu-nos ver fragilidades nas leis, sensibilizando e clarificando os olhares sobre o urbano.

4.2 Estabelecendo os limites e o alcance da pesquisa

Clarificar os olhares sobre o espaço significa, ao mesmo tempo, compreender como as pessoas constroem os signos em relação ao espaço urbano e como os planejadores interpretam e decodificam estes signos. Nessa busca, sob novas formas de olhar-se o urbano, buscamos integrar os eixos teóricos da Geografia (em sua vertente Fenomenológica, Percepção e

Representação) e da Teoria Sínica (na perspectiva peirceana) com o Planejamento Urbano. Essa interface da Geografia, da Filosofia, da Semiótica e do Planejamento Urbano, ao se integrarem, permitiu-nos enriquecer as análises sobre o espaço urbano.

Essa integração de conceitos possibilitou construirmos um novo caminho de interpretação do espaço urbano, por meio dos mapas mentais, enquanto imagens do simbólico construídas na mente humana a partir do vivido e do experienciado no lugar. Dessa forma, o objeto de estudo desta pesquisa adquire vida, passa de uma paisagem estática e homogênea para uma paisagem dinâmica e diversificada.

Essa ótica interdisciplinar respaldada nos aportes teórico-metodológicos da Fenomenologia, busca uma visão mais humanizada do planejamento urbano. A abordagem fenomenológica do espaço tem como sujeito o homem, cujas experiências vivenciais e ações estão inseridas num contexto social. Essas ações são responsáveis pela construção do mundo vivido por elas e estabelecem a síntese entre os fenômenos cognitivos, afetivos e sociais pelo lugar. Essa associação de fenômenos permite-nos a percepção do lugar e criar subsídios às práticas de intervenção, possibilitando uma melhor morfologia do espaço. As representações dos mapas mentais apontaram para o conhecimento espacial pelos grupos entrevistados, articulando o real ao imaginário, o cotidiano à fantasia nas representações espaciais, revelando uma visão de mundo particularizada.

Rumo ao aprofundamento dessas representações enquanto construções sígnicas, adentramos nas teorias sígnicas com o intuito de melhor compreender o nosso objeto de estudo. Assim, encontramos na visão triádica peirceana um aporte mais coerente para nossa investigação, pois a construção de um signo depende da presença de um objeto e de seu interpretante. Segundo Pierce, a linguagem dos signos não advém de pressupostos lógicos, nem da língua, mas do exame atento e investigador da experiência. A abordagem peirceana tem por objetivo analisar os signos a partir da observação direta dos fenômenos, nos modos como eles se apresentam a mente, classificando-os em categorias. De forma que, esses conceitos sígnicos sejam gerais e sirvam de alicerce a qualquer ciência aplicada. Assim, a Semiótica peirceana propõem uma teoria “universal”, isto é, compreensiva a todas as filosofias e escolas, por exemplo, na Psicologia, Sociologia, Arquitetura, História, entre outras, fornecendo fundamentos lógicos

para suas construções como linguagem e singularizando os conceitos para torná-las compreensíveis às mentes empíricas.

Nesse sentido, percebemos que podemos interpretar as construções sígnicas correlacionando-as com elementos urbanos, numa relação triádica, pois os moradores e os não-moradores da favela assumem o papel de interpretante, retratando o objeto que é o ambiente experienciado, formado por elementos espaciais, como a rua, a casa, o rio, por exemplo, que ao serem interpretados adquirem significados sejam topofílicos, demonstrados pela afetividade pelo lugar ou de topofobia, percebidos nos sentimentos de medo e insegurança que representa a favela.

A Fenomenologia nos possibilita restabelecer o contato entre o mundo e as significações, o conceito de lugar é valorizado, ao ser interpretado como espaço vivido, lugar encarnado de experiências e de aspirações dos seus ocupantes, um espaço do cotidiano, no qual o homem, enquanto corpo, coloca-se em relação direta e harmônica com o mundo.

Os caminhos da interdisciplinaridade percorridos nesta pesquisa, integrando os conhecimentos com o propósito de ver o urbano sob um novo olhar, representaram um instigante desafio, que pretendemos aprofundar em trabalhos futuros, por propiciar o enriquecimento nas leituras e nas análises do espaço urbano. Salientamos que não se olhou o planejamento na busca de seus erros e acertos, tampouco analisamos o discurso do urbanismo com o objetivo de legitimá-lo como prática que transforma o espaço e o homem em objetos da razão técnica. Nesse sentido, baseados nessas premissas, pretendemos ampliar a pesquisa em duas vertentes:

1. Através da Geografia da Percepção dentro de sua vertente fenomenológica, investigar como grupos sociais, marginalizados ou não, se apropriam e percebem o espaço, identificando os elementos urbanos referenciais nas construções sígnicas e seus valores socioespaciais, culturais e ambientais, tendo em vista a importância desse aprofundamento, atualmente, nas práticas de planejamento urbano, cuja postura legal tem demonstrado a necessidade de saberes multidisciplinares nos processos de intervenção urbana;
2. Levar essas discussões a grupos técnicos que trabalham com o planejamento urbano, assim como nos cursos de Arquitetura e

Urbanismo, pois a compreensão da realidade urbana por meio do mundo vivido e percebido pelos indivíduos, adquire cada vez mais importância, sendo imprescindível que saibamos contrapor, ao mesmo tempo, associar aos valores da cidade legal, para o aprofundamento nas leituras da morfologia urbana, conseqüentemente apontando novas diretrizes para o desenho urbano.

Em resumo, esta dissertação representa o início de um instigante campo de investigações e de aprofundamento do conhecimento, rumo a novos horizontes, dentro de uma ótica interdisciplinar (doutorado), visando a ações futuras na área do planejamento urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M. C.; TOMAZI, N.D. Indivíduo e sociedade. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Org). **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 1993. p. 13-22.

AMORIM FILHO, O. B. **A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia**. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 11 (21 e 22), 67-87, jan./dez. 1999.

ALCÂNTARA, L. **Poder local: gestão municipal**. Caderno de Debates. Coleção Idéias n. 08. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEEP, 2001.

ALFONSIN, B. de M. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas – IPPUR: FASE, 1997.

BLEY, L. **Percepção do espaço urbano: o centro de Curitiba**. Rio Claro, 1982. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Parolin: o bairro na história da cidade**. v. 24 n. 121. Curitiba, nov. 1997.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, n. 133, 11 jul. 2001. Seção 1.

BRASIL. Lei 10.888 de 24 de junho de 2004. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, M. P. n. 182, 25 de jun. 2004.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **O poder da identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

COELHO NETTO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

CURITIBA. Lei 9460 de 23 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no

- Município de Curitiba, até a data de dezembro de 1.993, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, n. 98, 23 dez. 1998.
- CURITIBA. Decreto 297 de 20 de abril de 1999. Regulamenta a Lei n. 9460 e cria o Grupo de Análise e Aprovação de Loteamentos de Interesse Social – GAALIS. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, n. 36, 11 mai. 1999.
- CURITIBA. Lei 9802 de 3 de janeiro de 2000. Institui incentivos para a implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, 3 jan. 2000.
- DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. 1. ed. São Paulo: PINI, 1990.
- ENTRIKIN, J. N. "Contemporary Humanism in Geography". Transcrito dos Annals of the American Geographers. v. 66, n. 4, p. 615-632, 1976. Tradução Lucila Elisa Lorenz Goes. In: **Boletim Geografia Teórica**, Rio Claro. 1980. v. 10, n. 19, p. 5-30.
- EMPIRISMO. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1990, p. 154.
- ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- FEDOZZI, L. Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo. In: **Economia, Estado e Sociedade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n. 100, jan/jun. 2001
- FERRARA, L. D. **Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.
- FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- FOLADORI, G. Los problemas ambientales urbanos y sus causas. In: **Economia, estado e sociedade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n. 100, jan/jun. 2001.
- GARCIAS, C. M. A palavra é: favela. In: **Lócus** Revista do curso de Arquitetura & Urbanismo da PUC-PR, Curitiba, n. 4, p. 206-213, set. 2000.

- GESTÃO do uso do solo e disfunções do crescimento urbano. **Instrumentos de planejamento e gestão urbana: Curitiba**. IPEA, USP, IPPUC. Brasília: IPEA, 2001. v. 5, 288 p.
- GOODEY, B.; GOLD, J. **Geografia do Comportamento e da Percepção**. Belo Horizonte: Departamento de Geografia – UFMG, 1986.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOTTDIENER, M. **A produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- GUIMARÃES, B. M. As vilas favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 351-374.
- IBGE, **Censo demográfico 2000** – Agregado por setor censitário dos resultados do universo. Paraná e Santa Catarina. 2. ed. Rio de Janeiro, 2003. CD-ROM. v. 8. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Relatório bianual das ocupações irregulares de Curitiba 1999-2000**. Curitiba, 2000.
- JAMESON, F. **Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Organização e Tradução Ana Lúcia Almeida Gazolla. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994
- KANASHIRO, M. As cidades e os sentidos: sentir a cidade. In: **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: Diálogo de saberes e percepção ambiental**. Revista semestral do curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR (Doutorado), Curitiba: UFPR. n. 7, 2003.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- KOZEL, S. As representações no geográfico. In: KOZEL, S. e MENDONÇA, F. (Org) **Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.
- KOZEL TEIXEIRA, S. **Imagens e linguagens do geográfico. Curitiba capital ecológica**. São Paulo: FFLCH USP. 2001 (Tese de Doutorado)
- LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e lugar. In: Vicente Del Rio e Livia de Oliveira (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999 p. 97 - 172.
- MAMMARELLA, R. Apontamentos sobre a qualidade da urbanização: a região sul do País. In: **Economia, estado e sociedade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n. 100, jan/jun. 2001
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco e KOZEL, Salete (Orgs.). **Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 111 - 144.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. Tradução José de Anchieta Corrêa. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.
- MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MOREIRA, A. M. **Favela, um bairro?**. Disponível em: <http://www.anf.org.br/link.php?assunto=urbanismo&artigo=4>) Acesso em: 06 dez. 2003.
- MOURA, R. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, Henri (Org). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 203-237.
- NEGREIROS, R. Gestão metropolitana: um desafio que se renova. In: **Economia, estado e sociedade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n. 100, jan/jun. 2001.
- NASS, O. **O estatuto da cidade e a gestão urbana: instrumentos facilitadores para implementação de políticas habitacionais de interesse social**. Curitiba, 2002. 58 f. Monografia (Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Université de Technologie de Compiègne – França e Instituto Internacional de Gestão Técnica do Meio Urbano.
- OLIVEIRA, I. C. E. de. **Estatuto da Cidade para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

- OLIVEIRA, L. de. A percepção do meio ambiente e Geografia. In: **Revista OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, 2001. v. 1 n. 2. p. 14-18. CD-ROM.
- OLIVEIRA, L. de. Os estudos de percepção do meio ambiente no Brasil. In: ENCONTRO DE PERCEPÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: A INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTUDO DA PAISAGEM, 1, 2004, Rio Claro. **Anais**. Rio Claro: OLAM – Ciência & Tecnologia, 2004. p. 22-26. CD-ROM.
- PEREIRA, G. de F. **Planejamento urbano e qualidade de vida**: reflexão a partir de um bairro de Curitiba. Rio de Janeiro, 1993. 93 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, G. **Discutindo o estatuto da cidade**. 2. ed. Curitiba: Curitiba & Cidadania, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Proposta de atuação em áreas faveladas do Município de Curitiba**. Curitiba, 1981.
- RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia**. Rio Claro, UNESP, n. 7, v. 4, p. 1-25, abril 1979.
- SÁ, C. (Org) **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.
- SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPL. **Relatório da Fase Preparatória do PDI – RMC 2000**. Curitiba, 2001.
- SCHIER, R. A. **As concepções da paisagem no código florestal**. Curitiba, 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.
- SCHMIDT, E. M. **Regularização fundiária**: um processo de inclusão social? Curitiba: Torre de Papel, 2003.
- SERPA, A. **Percepção e Fenomenologia**: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. Rio Claro: OLAM – Ciência & Tecnologia. 1 (2) nov. 2001.
- SILVA, A. **Imagários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SILVEIRA, R. de J. Os movimentos sociais. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Org). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993. p. 209-219.
- SOJA, E. W. **Geografia pós-modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1993.

SOUZA, N. R. **Planejamento urbano, saber e poder**. O governo do espaço e da população em Curitiba. São Paulo. FFLCH USP. 1999 (Tese de Doutorado)

TOMAZI, N. D. (Org.) **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

ULTRAMARI, C. **Boas práticas e o fim das utopias urbanas**: o terceiro setor e as agências internacionais de financiamento e fomento. Curitiba: UFPR, 2001 (Tese de Doutorado)

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. (Org.) **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ABRAMS, C. **Habitação, desenvolvimento e urbanização**. Tradução Alexandre Lissovsky. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1967.

ANDRÉ, Y. **Enseigner les représentations spatiales**. Paris: Anthropos, 1998.

BOADA D. L. **O espaço recriado**. São Paulo: Nobel, 1991.

CHAUÍ, M. **Experiência do pensamento**: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

DIAS, G. F. **Populações marginais em ecossistemas urbanos**. Brasília, IBMARNR, 1992.

GONÇALVES, T. M. **O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar**. (Uma abordagem psico-sócio-ambiental do bairro Renascer / Mina Quatro de Criciúma – SC). Curitiba, 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo, Annablume, 2000.

HUSSERL, E. **A idéia da Fenomenologia**. Tradução Artur Mourão. Lisboa / Portugal: Edições 70 Ltda., 2000.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas** – sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. Tradução Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LEONARD, H. J. (Org.) **Meio ambiente e pobreza**. Estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

MERLEAU-PONTY, M. **Merleau-Ponty na Sorbonne**: resumo de cursos psicossociologia e filosofia. Tradução Constança Marcondes César. Campinas. São Paulo: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Tradução Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

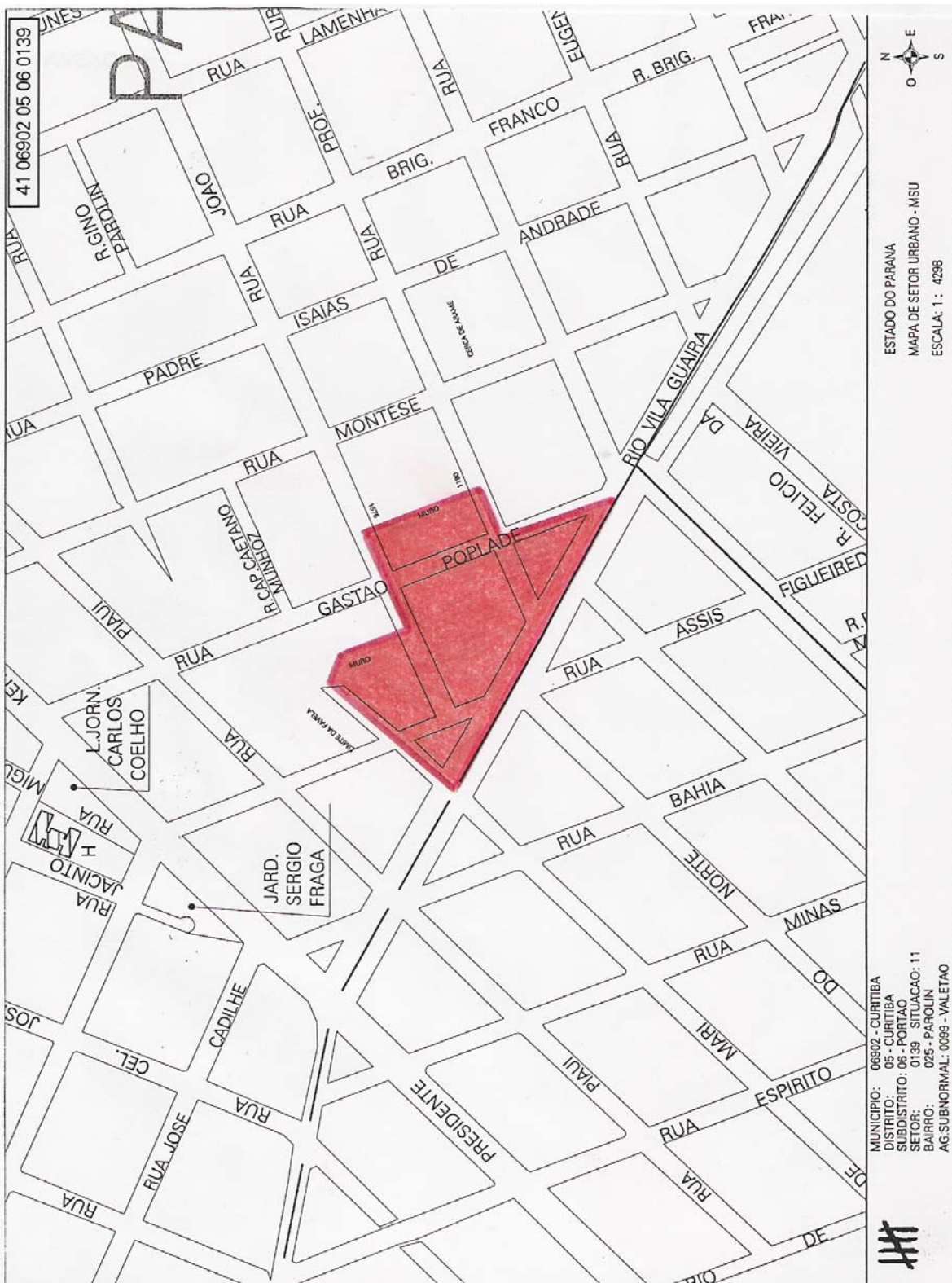
Revista RA'E GA, **O espaço geográfico em análise**. Departamento de Geografia, n. 1 ano I.

SILVA, A. C. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1986.

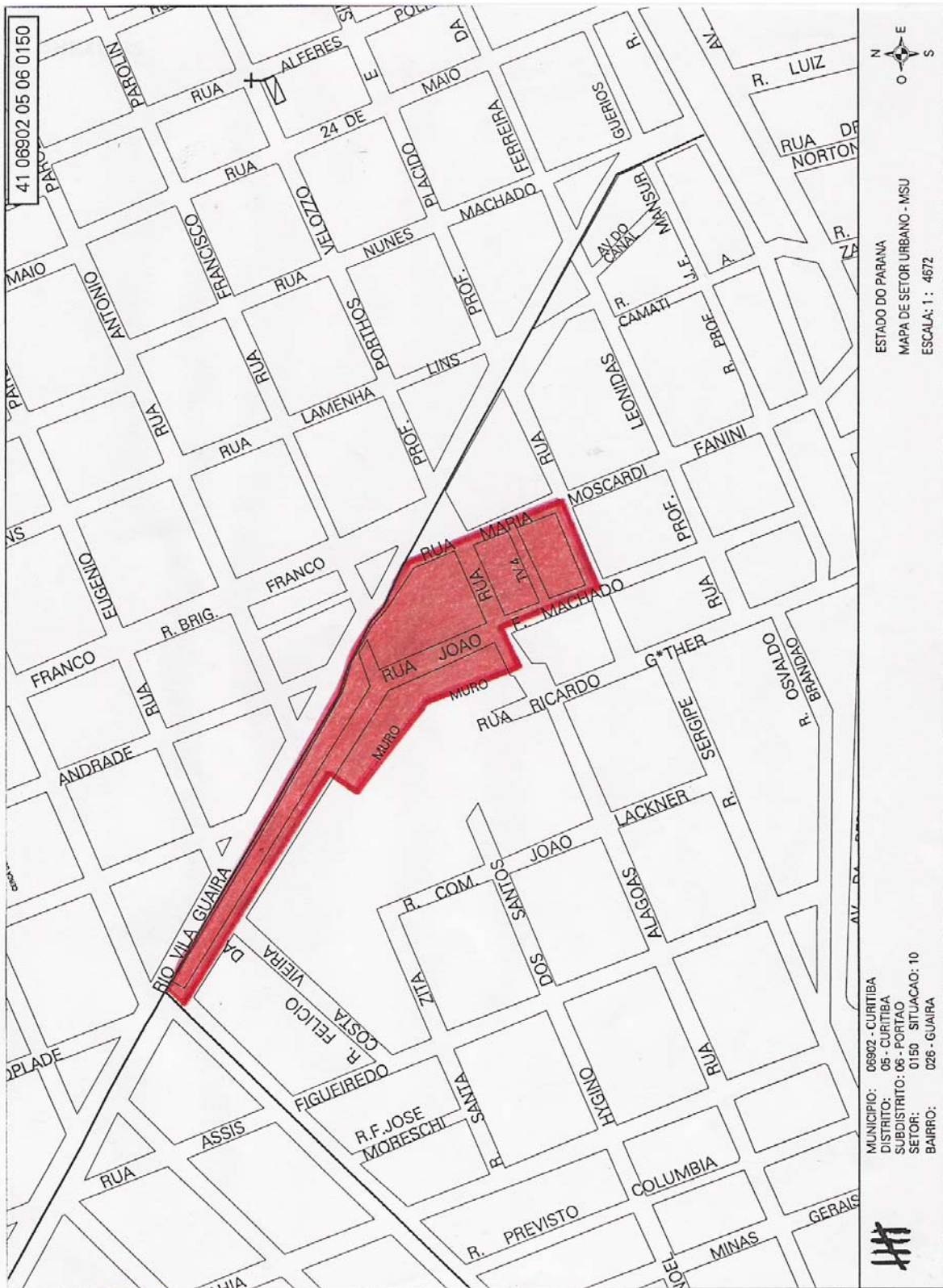
VALLADARES, L. do P. **Passa-se uma casa**. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

ANEXOS:

ANEXO 04:



ANEXO 05:



ANEXO 6

CARTA DA FAVELA:

em seis pontos, uma proposta de vida melhor*

Se Curitiba, como cidade, usufrui hoje de um inquestionável conceito em todo o País, isso se deve ao grau de responsabilidade e de ousadia com que sempre encarou seus problemas mais vitais. E, ao lado disso, à sua firme decisão de não contornar a realidade com soluções paliativas, mas de enfrentá-la com medidas efetivamente transformadoras.

Mas, se nestes anos conseguimos uma cidade melhor, a verdade é que isso não basta. Porque a cidade melhor precisa ser também mais igual e mais justa. E isso implica não apenas em tornar seus equipamentos e serviços acessíveis a parcelas cada vez maiores da população, mas, igualmente, em nos voltarmos para aqueles que a vida urbana assegura.

Pensar Curitiba nessa perspectiva significa, pois, pensar em medidas efetivas, de aplicação imediata, que, possibilitem a melhoria das condições de vida e a promoção social das populações que habitam nas áreas de favelas.

Esse problema, pelo crescimento que tem apresentado, constitui uma das preocupações centrais do Município na área social.

Em 1975, Curitiba apresentava uma população de 17 mil pessoas, distribuídas por suas então 17 favelas; hoje, são cerca de 31 mil habitantes e um total de 51 núcleos.

Esse crescimento é resultado direto do processo migratório do campo em direção à cidade, sendo, mais recentemente, reforçado por deslocamentos da população urbana de baixa renda, que encontra na favela uma alternativa de sobrevivência.

Os núcleos favelados situam-se, na sua grande maioria, em locais caracterizados como fundos de vale ou de propriedade particular, estando apenas uma parte em áreas públicas.

* Transcrito do Boletim de informações da cidade de Curitiba – PMC, 31/03/80 in SOUZA, 1999.

Ao par da questão da irregularidade quanto a posse da terra, verifica-se a extrema precariedade das condições de moradia e infra-estrutura sanitária, o que contribui para acentuar um quadro de vida indesejável, tanto no aspecto habitacional quanto no social.

Modificar essa situação é urgente, principalmente porque, entre a população favelada, o contingente infantil é o mais significativo, e, ao mesmo tempo, o mais vulnerável aos riscos oferecidos pela insatisfatória situação de vida. Esta aí um problema social que Curitiba vai assumir. Por uma questão de justiça e de consciência, é nosso dever impedir que gerações de brasileiros continuem sendo forjadas em condições onde a própria dignidade humana se vê comprometida.

A solução do problema habitacional, aspiração mais imediata da população, depende diretamente da disponibilidade de áreas públicas destináveis a esse fim e da viabilidade de compra de áreas particulares, já ocupadas ou não. Tendo em vista, entretanto, a amplitude do problema, a solução definitiva, abrangendo todos os núcleos, não pode se dar, como seria o ideal, a um só tempo e em curto prazo.

Assim – e considerando a necessidade da ação ter início imediato – a Prefeitura Municipal de Curitiba estabelece as seguintes propostas básicas de atuação:

1. Urbanização das favelas situadas em terrenos do Município, desde que as áreas apresentem condições favoráveis de salubridade. Para tanto, já estão sendo encaminhadas à apreciação da Câmara vários pedidos de autorização para se proceder a venda dos terrenos aos moradores;
2. Nas favelas situadas em terrenos insalubres será dada à comunidade favelada a oportunidade de aquisição de unidades em programas especiais da COHAB. A opção será da comunidade na sua totalidade. Oferecida a opção, ficará a Prefeitura desobrigada de manter programas de melhoria de qualidade de vida nessas áreas. Neste sentido, já tem a COHAB como programação para o biênio 80/81, a oferta de 2.400 unidades. Somente esse programa permitirá atender cerca de 40% do total de famílias residentes em favelas no Município;

3. Nos casos de favelas situadas em terrenos particulares a Prefeitura já está mantendo contatos com os proprietários, visando sua participação na solução do problema, que poderá ser a urbanização, quando a área é salubre e seu preço viável, ou a oferta de outras áreas que possibilitem ampla integração dos moradores à cidade;
4. As famílias que já adquiriram terreno próprio, ou que vierem a fazê-lo, terão a construção da moradia financiada pela COHAB, através do programa FICAM;
5. Implantação, em Curitiba e municípios da região metropolitana, de comunidades rurbanas, voltadas para a produção hortigranjeira, que absorverão famílias de origem rural, hoje residentes em favelas;
6. As populações, enquanto não beneficiadas por qualquer das medidas anteriores, terão assegurada a melhoria das condições de vida, ouvido o Conselho Comunitário de Melhoria da Qualidade de Vida nas Favelas, a ser criado por decreto e composto por representantes da Câmara Municipal, da Pastoral das Favelas, da Comissão de Justiça e Paz e da Prefeitura.

No que se refere a melhoria das condições de vida, é importante frisar que muitas providências já estão em curso, pelo Departamento de Desenvolvimento Social. As dez creches que a Prefeitura está construindo, específicas para os núcleos de favelas, atenderão a partir deste ano, do ponto de vista alimentar e educacional, a cerca de 900 crianças. O plano de assistência médica está sendo levado a todas as áreas. E, em diversos núcleos, já foram iniciadas obras como a implantação de iluminação e torneiras públicas, valetamento e abertura de ruas. Vale ressaltar que algumas dessas obras têm sido realizadas pela própria população, com o apoio do Município.

Ao anunciarmos este programa geral de atuação para as favelas da cidade, temos plena consciência das dificuldades a serem vencidas. Acreditamos, porém, que o desafio precisa ser enfrentado – este é o momento de fazê-lo. Nesta decisão, sabemos que estão ao nosso lado os que aspiram por uma Curitiba mais justa, e, como nós, entendem que o desenvolvimento não deve ser privilégio de uns poucos, mas um bem entre todos repartido.

Finalmente, afirmamos que esta proposta de atuação não foi fruto de elaborações internas, sem que se ouvisse os interessados. Pelo contrário: as populações foram amplamente consultadas, participaram das diversas fases da elaboração. Assim como, no mesmo grau, participarão de todas as fases da execução.

A maioria esmagadora da população residente nas favelas é constituída de trabalhadores, pessoas que dão uma contribuição efetiva ao desenvolvimento da cidade. Não são marginais, nem “diferentes”. Não optaram pela situação em que vivem, mas a ela foram constrangidos pela expulsão do meio rural ou pelas dificuldades econômicas que atingem, na área urbana, as camadas de baixa renda.

É assim que a cidade deve vê-los.

Porque é assim que a situação é.

ANEXO 07

ENTREVISTADO: _____ **IDADE:** _____ **DATA ENTREVISTA:** _____
Estado Civil: _____ **Nº Filhos:** _____ **Escolaridade:** _____ **Profissão:** _____
Local de nascimento: _____ **Tempo de residência em Curitiba:** _____

1ª PARTE – Execução dos Mapas Mentais

Representar por meio de desenho a Favela do Parolin no contexto urbano, destacando um ou mais elementos que considere importante num processo de intervenção urbana.

2ª PARTE – Aplicação de questionário

1 – O que representa para o Sr. este lugar?

2 – Gostaria de deixar este lugar? ()sim ()não

3 – Se sim... por quê? e se não...por quê?

4 – Cite 3 pontos positivos e 3 negativos deste lugar e explique:

POSITIVOS:

NEGATIVOS:

<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>

5 – O que representa o Rio?

6 – O que representa o asfalto?

7 – Poderia descrever o seu dia e sua noite?

8 – Poderia lembrar como e por quê o Sr. e sua família vieram morar neste lugar?

9 – Poderia lembrar-se como era aqui quando chegou a este lugar?

10 – Você é morador de que cidade?
